

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)**

MERABE PEREIRA DA COSTA MORAES

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE JAIR BOLSONARO NAS
CHARGES PUBLICADAS NA *FOLHA DE S. PAULO* NA CAMPANHA
ELEITORAL DE 2018**

**TERESINA – PI
2023**

MERABE PEREIRA DA COSTA MORAES

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE JAIR BOLSONARO NAS
CHARGES PUBLICADAS NA *FOLHA DE S. PAULO* NA CAMPANHA
ELEITORAL DE 2018**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório
para defesa no Programa de Pós-Graduação em
Comunicação (PPGCOM).

Orientação: Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho
Lopes

Co-Orientação: Profa. Dra. Livia Moreira Barroso

**TERESINA – PI
2023**

MERABE PEREIRA DA COSTA MORAES

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE JAIR BOLSONARO NAS
CHARGES PUBLICADAS NA *FOLHA DE S. PAULO* NA CAMPANHA
ELEITORAL DE 2018**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório
para obtenção do título de mestra no Programa de
Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM).

Orientação: Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho
Lopes

Co-Orientação: Profa. Dra. Livia Moreira Barroso

BANCA DE DEFESA

Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes
Orientador (UFPI)

Profa. Dra. Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho
Examinadora Interna (UFPI)

Profa. Dra. Sheila Borges de Oliveira
Examinador Externo (UFPE- CAA)

RESUMO

A campanha eleitoral de 2018 no Brasil teve repercussão mundial e as charges foram uma das formas de linguagem que muito ajudaram a construir tal repercussão, em especial na internet. Nesse caminho, o presente trabalho tem como escopo apresentar uma análise das imagens construídas em torno do candidato Bolsonaro nas charges publicadas na *Folha de S. Paulo* durante as eleições para presidente do Brasil em 2018, procurando com isso compreender o posicionamento da *Folha de S. Paulo* nas eleições presidenciais de 2018, assim como verificar a intencionalidade e como são construídos os discursos não verbais da *Folha de S. Paulo* sobre o então candidato a presidente Jair Messias Bolsonaro. Tenciona também, o presente trabalho, caracterizar a relação da *Folha de S. Paulo* com os partidos políticos e como isso refletiu na produção discursiva do jornal nas charges publicadas sobre Bolsonaro na campanha presidencial de 2018. Com o objetivo de se alcançar tal intento, este trabalho se vale de métodos qualitativos, para tanto tomou como referência o método de pesquisa Análise de Conteúdo defendida por Bardin (1977), se estruturou em três fases distintas, porém, interligadas: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material, categorização ou codificação; 3) Tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Palavras-chave: Charges. *Folha de S. Paulo*. Política. Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

The 2018 electoral campaign in Brazil had worldwide repercussions, and political cartoons were one of the forms of language that greatly contributed to building such an impact, especially on the internet. In this context, the present study aims to present an analysis of the images created around candidate Bolsonaro in the cartoons published in *Folha de S. Paulo* during the 2018 Brazilian presidential elections, seeking to understand *Folha de S. Paulo's* stance in the 2018 presidential elections, as well as to examine the intentionality and how the non-verbal discourses about then-candidate for president Jair Messias Bolsonaro are constructed by *Folha de S. Paulo*. This work also intends to characterize the relationship between *Folha de S. Paulo* and political parties and how this reflected in the newspaper's discursive production in the cartoons published about Bolsonaro during the 2018 presidential campaign. To achieve this aim, this study employs qualitative methods, using the Content Analysis research method advocated by Bardin (1977) as a reference, which is structured in three distinct yet interconnected phases: 1) Pre-analysis; 2) Material exploration, categorization, or coding; 3) Treatment of results, inferences, and interpretation.

Keywords: Cartoons. *Folha de S. Paulo*. Politics. Content Analysis.

SUMÁRIO

RESUMO4

ABSTRACT5

SUMÁRIO6

LISTA DE ILUSTRAÇÕES7

1 INTRODUÇÃO8

2 CHARGE: ASSINALADA NO JORNALISMO11

2.1 Charge11

2.1.1 A charge dá seus primeiros passos no Brasil11

2.1.2 A charge jornalística: definição e história14

2.1.3 As funções da charge jornalística21

2.2 A Charge23

2.2.1 Diferenciando Charge, Caricatura e Cartum27

2.2.2 Charge28

2.2.3 Caricatura32

2.2.3 Cartum37

2.2 A charge e seus elementos verbais38

2.3 Charge animada40

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS45

3.1 A *Folha de São Paulo*46

3.1.1 O nascimento da *Folha de S. Paulo*53

3.2 A *Folha de S. Paulo* e sua migração do papel para o digital58

3.3 A *Folha de S. Paulo* na Eleição presidencial de 201869

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS CHARGES PUBLICADAS NA FOLHA DE S. PAULO NO PERÍODO DAS ELEIÇÕES DE 201874

4.1 Análise de Conteúdo 76

4.1.1 Procedimento metodológicos78

4.2 Bolsonaro nazista ou fascista?79

4.3 Bolsonaro: um candidato grosseiro89

4.4 O discurso racista durante a campanha do candidato Bolsonaro96

4.5 O discurso autoritário durante a campanha do candidato Bolsonaro107

5 CONCLUSÃO120

REFERÊNCIAS 128

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Angelo Agostini. Revista Ilustrada. 1888**12**
- Figura 2** - Capa de *O Corcunda***15**
- Figura 3** – Marília Marz. *Revista Ilustrada*.**18**
- Figura 4** – Laerte. *Revista Ilustrada*. **19**
- Figura 5** – Honoré Daumier. Gargantua. 1831. *Jornal Le Charivari***24**
- Figura 6** - Honoré Daumier. Les Poires. *La Caricature*, janeiro de 1832, Paris, Musée Carnavalet.**25**
- Figura 7** – Junião, janeiro de 2022. *Charge sobre as queimadas criminosas, desmatamento ilegal e o favorecimento a fazendeiros no governo Bolsonaro***30**
- Figura 8** – *Melanchton*. 1546**33**
- Figura 9** – “Carlos Lacerda”. A Última Hora**34**
- Figura 10 – Amarildo. *Caricatura Jair Bolsonaro*.29 jul. 2019**36**
- Figura 11 – Junião. Cartum, 30 jul. 2018**38**
- Figura 12 – Benett. Humor político, 25 out. 2018 **40**
- Figura 13 – Mauricio Ricardo. Charge animada: Bolsonaro e Feliciano cantando Lulu Santos**43**
- Figura 14**49**
- Figura 15**49**
- Figura 16 - Belmonte. Juca Pato, 1921**55**
- Figura 17 – Folha WAP**64**
- Figura 18** – Poder **36067**
- Figura 19 – Poder 36068
- Figura 20 - Laerte Coutinho. Jornal Folha de São Paulo. 28.08.2018**82**
- Figura 21 – Aroeira. Jornal O Dia. 31.11.2018**85**
- Figura 22 - Kamenese. Charge Online**86**
- Figura 23** - Laerte Coutinho. Jornal Folha de São Paulo. 09.10.2018**90**
- Figura 24 – Laerte Coutinho. Jornal Folha de São Paulo. 30.10.2018**91**
- Figura 25 – Renato Aroeira. Humorpolítico. 08.07.2018**92**
- Figura 26 – Bruno Maron. Folha de S. Paulo. 05.08.2019**93**
- Figura 27 – Duke. Tribuna da internet. 17.11.2017**94**
- Figura 28 – Modestos Brocos. A Rendação de Cam**97**
- Figura 29 – Bennet. Jornal Folha de São Paulo. 18.10.2018**101**
- Figura 30** – Latuff. *Forum*. 29.03.2011**103**
- Figura 31 – Laerte Coutinho. Jornal Folha de São Paulo. 16.09.2018**109**
- Figura 32 – Claudio Mor. Jornal Folha de São Paulo. 28.09.2018**111**
- Figura 33 – Claudio Mor. Jornal Folha de São Paulo. 26.10.2018**112**
- Figura 34 – Laerte. Jornal Folha de S. Paulo. 23.10.2018**113**
- Figura 35 – Gilmar. Facebook. 08.10.2019**114**
- Figura 36****116**
- Figura 37** – João Montanaro. Jornal Folha de São Paulo. 30.04.2018**116**

1 INTRODUÇÃO

Em 2018, o capitão reformado do Exército Brasileiro, presidenciável e Deputado Federal integrante do, jocosamente, grupo de deputados federais conhecido “Baixo Clero” da Câmara de Deputados, Jair Messias Bolsonaro, foi eleito como Presidente da República Federativa do Brasil. Jair Bolsonaro venceu as eleições presidenciais no segundo turno com 55,13% dos votos válidos apurados, superando Fernando Haddad, que fez 44,87%.

Baixo Clero, é um termo, nas palavras de Messenberg (2010, p. 79):

Numa alusão ao Sacro Colégio Pontifício, que congrega os cardeais da Igreja Católica, e em oposição à grande parte do corpo de parlamentares, jocosamente identificados como “baixo clero”.

Messenberg afirma ainda que este seria o estrato menos destacado da política brasileira, sendo constituído por um conjunto de políticos pouco notáveis, cujos votos, em geral, estão disponíveis para aquisição. Dentro desse conjunto, costumam estar os deputados que, em geral, não desempenham um papel considerado relevante pela maioria de seus colegas no que diz respeito à estrutura organizacional da Câmara dos Deputados, nem se destacam nas atividades legislativas. São aqueles que, devido à sua falta de experiência e atuação parlamentar pouco notória, tanto em termos de visibilidade nas ações quanto de posicionamentos, geralmente ocupam as últimas fileiras de assentos no plenário da Câmara.

Tido como *outsider* da política por muitos, um político com mais de 28 anos de atuação na Câmara Federal sem apresentar um projeto, Bolsonaro saiu do lugar de uma figura polêmica por suas ideias radicais e de extrema direita como parlamentar federal, sempre relacionado a controvérsias e midiaticamente construído como engraçado ou bobo, para vencedor de uma das eleições mais disputadas e cercadas de tensões e polêmicas da história recente brasileira.

Nesta referida eleição, em especial, ocorreu o famigerado episódio do atentado a faca que atingiu o então candidato Bolsonaro e lhe colocou em primeiro lugar nas intenções de votos. O candidato do PSL ficou mais de 30 dias afastado da campanha e mesmo assim viu as intenções de voto só aumentarem. Este fato derrubou, definitivamente, a chance de uma eleição de um candidato ligado a uma “terceira via”, concentrando a disputa entre o candidato do PT e Jair Bolsonaro.

Tal contexto contribuiu para uma das formas mais singulares e antigas do jornalismo político: a charge. Durante as eleições presidenciais do ano de 2018, fez-se o uso das charges para retratar os candidatos Fernando Hadad e Jair Messias Bolsonaro nas mais diferentes

situações e discursos políticos. Ante este cenário, o presente trabalho tem como questão central investigar o problema de pesquisa: “como se deu a construção da imagem do candidato Jair Bolsonaro nas charges divulgadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* durante a campanha eleitoral para presidente do Brasil no ano de 2018?”.

Importante relatar que a preferência da charge para a presente investigação se deu precipuamente pelas seguintes razões: 1. A charge é ao mesmo tempo arte e linguagem, possuindo estreita relação com o jornalismo; 2. Tem uma forte carga discursiva e opinativa; 3. Busca explicitar um ponto de vista em suas iterações. Além dos pontos anteriores, ela se assume como um produto de humor, que provoca o riso, o chiste, e também uma reflexão. E sobre o riso o filósofo Henry Bergson (1980), preceitua que o riso sempre deve ter uma significação social.

Oliveira e Almeida (2006) aduzem que a charge alcança, em um pequeno espaço de desenho, sintetizar e criticar conteúdos relevantes invocando a sátira e o ridículo de determinado fato. Também, Oliveira e Almeida (2006, p. 86) afirma que a “charge é crítica porque discute e opina sobre acontecimentos noticiosos, usando para tal outra linguagem, a do desenho”.

Maringoni (1996, p. 85) pondera que a charge tem a obrigação de fazer o leitor pensar, sob pena de perder sua razão de ser, conforme segue: “só têm função se funcionarem como antenas do jornal, abridores de picadas, aventureiros por ‘mares nunca dantes navegados’ dentro das páginas diárias”.

Ainda sobre a compreensão de charge, Oliveira aponta como uma das características que a leva a ser tão facilmente compreendida é a natureza gráfica, sendo que algumas não precisam sequer de texto para que a mensagem seja transmitida em face do recurso visual. Corroborando o acima, Bressanin (2006, p. 505), aponta a importância da charge jornalística, nestes termos: “charge jornalística atrai o leitor, pois, enquanto imagem é de rápida leitura, transmitindo múltiplas informações e de forma condensada.”

A eleição de 2018 se tornou crucial, uma vez que marcou o momento em que o Partido dos Trabalhadores (PT) perdeu a presidência, após ser derrotado no segundo turno pelo candidato Jair Messias Bolsonaro, encerrando seu período no Poder Executivo, conforme observado por Capelato e Prado.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informação”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (Capelato; Prado, 1980, p. 19).

A escolha do jornal Folha de S. Paulo como fonte primordial para a pesquisa, visando compreender as representações do antipetismo na seção de Política do periódico, é respaldada por uma abordagem interdisciplinar que leva em consideração os trabalhos das autoras Capelato, Prado (1980), Cruz, Peixoto (2007) e Luca (2010) no campo da história e da imprensa. Essas pesquisadoras auxiliam na construção de uma análise crítica histórica ao destacar que qualquer jornal, independentemente de sua tiragem, está inextricavelmente vinculado a um projeto político.

É essencial compreender que os meios de comunicação, como fonte histórica, desempenham um papel ativo na história do capitalismo, indo além de serem meros depósitos de acontecimentos em diversos contextos e conjunturas. A imprensa não adota uma posição de "opinião" objetiva, mas, por sua atuação, influencia na delimitação de temas, na mobilização de opiniões e na formação de adesões e consensos (Cruz, Peixoto, 2007, p. 5).

Além disso, é fundamental ressaltar que os meios de comunicação, como a imprensa, representam uma fonte valiosa para os historiadores, pois fornecem informações que abrangem desde eventos históricos até as ideologias que eles expressam (Cruz, Peixoto, 2007, p. 9).

A imprensa desempenha um papel singular na história, atuando de maneira complexa tanto no âmbito público quanto no privado. Ela exerce uma influência política significativa na formação dos cidadãos, não apenas divulgando eventos, mas também participando ativamente da construção histórica ao difundir textos abrangendo tópicos sociais, políticos e econômicos (Cruz, Peixoto, 2007, p. 9).

Assim, buscamos investigar quais os principais temas abordados pelo Jornal Folha de S. Paulo, durante as eleições presidenciais de 2018, em especial a forma da representação do candidato vencedor daquele pleito. Dessa forma, nosso objetivo geral é, portanto, verificar como se deu essa construção da imagem do então candidato Jair Bolsonaro nas charges publicadas no referido período eleitoral.

E como objetivos específicos, temos: analisar o posicionamento da *Folha de S. Paulo* nas eleições presidenciais de 2018; verificar a intencionalidade e como são construídos os discursos não verbais da *Folha de São Paulo* sobre o então candidato a presidente Jair Bolsonaro; caracterizar a relação da *Folha de São Paulo* com um viés político que se identifica com determinados partidos políticos; refletir sobre o modo que esta relação tem

força de atuação na produção discursiva do jornal nas charges publicadas sobre Bolsonaro na campanha presidencial de 2018.

Para alcançar os objetivos acima elencados, optamos por combinar ainda uma pesquisa bibliográfica e histórica, que possa nos conduzir ao levantamento de questões pertinentes neste trabalho, a partir de um exame mais acurado do conteúdo coletado. Focamos na categorização por temas quando da apresentação e análise das charges, porque este mostrou-se mais eficaz para os propósitos aqui mencionados. A interpretação do material coletado e categorizado foi feita reunindo a observação do *corpus* ao nosso levantamento histórico e bibliográfico.

Assim, esta dissertação está organizada em quatro capítulos, sendo o primeiro deles a presente introdução, o segundo tem como título “A Charge Assinalada no Jornalismo”, a qual tem como escopo contextualizar a charge, apresentando suas características, os elementos que a formam, suas diferenças para com outras manifestações gráficas que ocorrem no jornalismo e suas evoluções. Também, nesse capítulo se evidenciará a charge na esfera do jornalismo, definindo-a e contextualizando-a historicamente, assim também como revelando suas funções no âmbito de um jornal. No capítulo três, se fez um estudo mais acurado do jornal *Folha de S. Paulo*, fazendo-se um levantamento histórico de seu surgimento, sua migração do papel para o digital e sua participação na Eleição Presidencial de 2018, evidenciando as referidas eleições presidenciais em si, o jornal “*Folha de S. Paulo*” no contexto da referida eleição.

No capítulo quatro se fará a análise de conteúdo das charges publicadas na *Folha de S. Paulo* no período eleitoral de 2018. Para tanto se apresentará a metodologia e a análise definidas nas categorias: a) Bolsonaro nazista ou fascista? ; b) Bolsonaro: um candidato grosseiro; c) O discurso racista durante a campanha do candidato Bolsonaro; d) O discurso autoritário durante a campanha do candidato Bolsonaro. Nas considerações finais, apresentaremos os principais resultados alcançados.

2 CHARGE: ASSINALADA NO JORNALISMO

2.1 Charge

2.1.1 A charge dá seus primeiros passos no Brasil

Ao realizar análises nos movimentos históricos no Brasil, verifica-se que as charges começaram a de fato a ganhar espaço neste país a partir das lutas abolicionistas. Sendo vistas nos jornais em circulação na época, como os conhecidos *Jornal do Commercio* e *Gazeta da Tarde*. (Fausto, 2006).

Historiadores e jornalistas ao realizar os exames nas charges dispostas nos jornais, no período do Segundo Reinado do Império do Brasil demonstram que as diversas correntes do abolicionismo passaram a utilizar com força este recurso gráfico como forma de criticar o fato do Brasil demorar em abolir a escravidão (Modenesi, 2011). Ao falar sobre a abolição da escravidão tardia no Brasil como um processo de lutas e conquistas graduais, Modenesi (2011), afirma:

A formação da corrente abolicionista atraiu parte da elite da época que se reunia nos cafês e era influenciada pelas opiniões que chegavam da Europa. Somando-se a isso, uma parcela do povo menos letrado e sem oportunidade de acesso à escola acabou sendo ganha pelas críticas ao Imperador e ao regime vigente. As charges que eram publicadas nas revistas que circularam no país no século XIX foram o grande instrumento para esse acontecimento. (Modenesi, 2011, p. 93)

Dessa forma, as charges serviram efetivamente como uma importante contribuição crítica à prática de exploração da mão-de-obra de escravizados africanos, esta situação colocava o Brasil como a última nação das Américas que ainda não havia abolido a escravidão no país.

Importa afirmar que, as críticas levadas pelas charges divulgadas em publicações abolicionistas, como a *Revista Ilustrada*, produziam efeitos que atingiam diretamente a elite escravista brasileira, esta mesma elite que detinha o monopólio do letramento no Brasil de então.

No Brasil, a primeira charge data de 1837, poucos anos após a independência do país. A charge com o título de “A Campanha e o Cujo”, custava 160 réis nas ruas do Rio de Janeiro, de autoria do pintor e poeta Manuel de Araújo Porto Alegre. Tratava-se de uma mofa

do assunto aludido pelo jornalista Justiniano José da Rocha que acusava sobre as propinas recebidas por um servidor do governo ligado ao Correio Oficial. (Leite, 2015; Cardim, 1970)

Conforme Teixeira (2001), a revista *Lanterna Mágica*, criada por Manuel de Araújo Porto Alegre, foi aquela que iniciou o humor político na imprensa brasileira. Embora as revistas ilustradas originárias dessa época veiculassem a informação utilizando-se de discursos satíricos, a sátira apresentada por estes meios de comunicação ainda não tinha as características da charge. (Teixeira, 2001)

Ainda no Brasil, houve o lançamento da *Revista Ilustrada*, em 1876, capitaneada pelo multiartista ítalo-brasileiro Angelo Agostini, mostrando uma visão muito crítica da realidade brasileira, em especial do Rio de Janeiro, então capital do Império, por meio de representações de si próprio, se utilizando de caricaturas, onde os personagens fictícios satirizavam os problemas da cidade.

Angelo Agostini, primeiro chargista a utilizar a charge como crítica e conteúdo ideológico, transformando-a em um texto quadrinizado, sistematizando as narrativas em permanente sequências, sincrônicas em relação ao tempo e ordenadas no espaço, contudo, não se deve confundir as charges de Agostini com história em quadrinho, pois as charges de Agostini têm conteúdo eminentemente políticos e focados na observação crítica da realidade.

Figura 1 – Angelo Agostini. Revista Ilustrada. 1888.



A *Revista Ilustrada* se comprometeu com a campanha abolicionista e serve de veículo para posições anticlericais e republicanas. Joaquim Nabuco dispõe que, a "*Revista Ilustrada* era a Bíblia Abolicionista do povo que não sabia ler".

Conforme dispõe Teixeira (2001), nos últimos anos da Monarquia sucede o que se considera o momento secundário de desenvolvimento da charge no Brasil. Nesta ocasião, ocorre o posicionamento da charge como uma firme oposição à política imperial, sendo aplicado elementos do humor coesos à crítica política.

No período supramencionado, as charges apresentavam com desprezo as crises oficiais da segunda metade do século XIX. Logo, a *Revista Ilustrada* é considerada a publicação mais estimada da Monarquia, e Angelo Agostini, implementa seu traço pessoal nos ataques as sociedades aristocráticas fazendo uso de duas temáticas que perturbavam os poderosos da época: a abolição da escravatura e a Proclamação da República. (Teixeira, 2001)

Desse modo, Agostini tornou-se o primeiro chargista a explorar um projeto de mudança estrutural da sociedade, enquanto concede à charge a função crítica e o conteúdo ideológico, cujo objetivo principal não é fazer rir, e sim fazer refletir. (Teixeira, 2001)

Com vários elementos gráficos e dotados de muita informação, em seu princípio, o processo de criação das charges foi se aperfeiçoando e chegando finalmente a uma linguagem acessível e simplificada, gerando a capacidade do leitor compreender o sentido em segundos.

Atualmente ao abirmos qualquer jornal ou revista, em seu formato impresso ou digital, é comum nos depararmos com ilustrações diversas, as quais vão desde fotografias, desenhos, caricaturas, até mesmo as histórias em quadrinhos para o divertimento dos leitores.

2.1.2 A charge jornalística: definição e história

Segundo Peruzzolo (2006, p. 217), a capacidade de representar visualmente a realidade, foi notada durante o medievo pelo Papa Gregório, o Grande (540-604), que justificava a finalidade das pinturas nas igrejas. Ou seja, dava-se às imagens o papel de transmitir ideias e conhecimento.

Maggioni (2011) afirma que o surgimento do desenho como parte integrante do texto na imprensa escrita é anterior à fotografia e durante esse período era o recurso mais plausível para ilustrar o que se narra. Daí que a ilustração se torna “a pioneira a representar o texto de forma icônica”. (Maggioni, 2011)

Especificamente sobre charges, Romualdo (2000) assevera:

Desenhos e caricaturas começaram a ser usados para mostrar e criticar os fatos relativos à revolução de 1789 na França, por esta época pode-se estimar a quanto tempo este tipo de texto começou a ser usado jornalisticamente. Como aperfeiçoamento da tecnologia da foto tipografia e fotogravura as caricaturas e ilustrações conquistaram seu espaço permanentemente (Romualdo, 2000, p. 12).

Por conseguinte, aos poucos o desenho de humor, inadvertidamente incorporou o texto escrito dando assim, condições para ampliar o contexto semântico desta narrativa.

A associação de imagem contexto escrito gerou o que hoje se categoriza chamar por charge. Destarte, para Melo (1994), a charge se mostra como uma reprodução gráfica da notícia a partir da visão do chargista.

Para tornar ainda mais clara o que é e o que caracteriza a charge jornalística, Paulo Ramos dispõe que a charge é um texto de humor que aborda algum fato ou tema ligado ao noticiário. De certa forma ela recria o fato de forma ficcional, estabelecendo com a notícia uma relação intertextual. (Ramos, 2009, p. 21)

No campo histórico, Romualdo (2000) faz um apanhado do elemento pictórico no jornalismo, definindo que a primeira imagem produzida por uma artista usada para ilustrar uma reportagem em jornal nos Estados Unidos, foi publicada no ano de 1835 por James Gordon Bennett (1795-1872), embora as caricaturas já circulassem há mais tempo na forma de folheto, sendo que a aludida imagem fazia referência à bolsa dos comerciantes de Nova York que havia incendiado no mesmo ano.

Conforme dispõe ainda Romualdo (2000, p. 11), o jornal diário americano pioneiro a fazer uso de ilustrações de forma regular foi o *Daily Graphic*, de Nova York, em 1873. Os demais jornais perceberam a tendência do público em consumir os diários ilustrados e, na década de 1880, as ilustrações passaram definitivamente a fazer parte dos jornais americanos (Romualdo, 2000, p. 11).

Ainda no período acima, Romualdo (2000) relata a situação que viveu Joseph Pulitzer, criador do famoso prêmio Pulitzer de jornalismo dos Estados Unidos, o qual adotou técnicas de xilografia para ilustrar notícias em seu jornal chamado de *World*, na cidade de Nova York.

Conta Romualdo (2000), que Pulitzer inicialmente subestimou as ilustrações usadas, ordenando a retirada das mesmas das edições do jornal *World*, contudo, as tiragens de seus jornais foram caindo na medida em que as imagens eram retiradas. Ao perceber a preferência dos leitores pelas ilustrações, de imediato Pulitzer ordenou que fossem recolocadas em seu periódico.

As notícias do uso de elementos imagéticos em conjunto com texto, na França, datam da época da revolução francesa no ano de 1789. Porém, efetivamente os desenhos e gravuras se tornam mais evidentes na imprensa francesa a partir do século XIX com o aprimoramento de técnicas de foto tipografia e fotogravura, conforme Romualdo (2011, p. 12).

No contexto brasileiro, Debret e Rugendas ficaram responsáveis com os primeiros trabalhos de ilustração na famosa “Missão Artística Francesa”, representando pictoricamente a sociedade colonial da época.

Beltrão (1960), relata que somente no ano de 1831, com *O Carcundão*, surgido na cidade de Recife-PE, ocorre o nascimento da charge jornalística em nosso país. Contudo, o surgimento da charge neste jornal não é aceito por todos. Por exemplo, Lima (1963, p. 69) discorda que tenha aparecido em *O Carcundão* a primeira charge jornalística brasileira, pois a única ilustração que apareceria neste jornal é uma vinheta xilografada, com um burro corcunda derrubando a coices.

Figura 2 – Capa de *O Carcundão*



O Carcundão surgiu alguns dias após a renúncia de D. Pedro I, a qual ocorreu no dia 7 de abril de 1831, sendo que esta publicação atacava quem defendia o retorno de D. Pedro I

ao trono, em especial os membros da Sociedade Colunas do Trono e do Altar. Aliás, segundo o site da Biblioteca Nacional, “corcunda” era um termo pejorativo dos brasileiros para com os portugueses favoráveis ao absolutismo e conseqüentemente ao retorno de D. Pedro I.

Em que pese ter possuído somente três edições lançadas, *O Carcundão* é considerado por muitos estudiosos como o periódico brasileiro que iniciou a publicação de uma gravura feita de forma exclusiva para suas poucas edições, se configurando ainda como a primeira revista de humor gráfico brasileira.

A capa de *O Carcundão*, a qual surge como vinheta, apresenta um corcunda, com similaridade a um burro, ao lado de uma coluna grega quebrada, e que despenca sobre seu próprio corpo, fazendo referência aos portugueses que desejavam a restauração ao trono de D. Pedro I.

Em sua caçoada, *O Corcunda* era apresentado como escrito por uma figura “corcunda”, ou seja, absolutista e portuguesa. Em seu primeiro número, *O Corcunda* atestava:

Dar-se maior insolência! Ousar comparar nossa época degenerada à Idade d’ouro, em quanto só contemplamos em toda a parte Reis legítimos destronizados por se os súbditos rebeldes, e colônias emancipadas a despeito da obediência que elas devem a suas metrópoles! Um papo luxu incendiário surge do infernal abismo, e, calcando aos pés o Trono e o Altar, se atreve a comparar a torrente destruidora, que devasta em se o curso assolador nossas antigas e caras instituições a um manso regato, que fertiliza o nosso lamentado, e empobrecido El Dourado. O fel e o vinagre, que nos dão de beber os infames demagogos, são ironicamente chamados mel e leite pelo execrando Liberalão. Ó vergonha!!! Ó confusão!!! Ó raiva!!! (...) queimemos, degolemos, esfolemos, estrangulemos esses calangros indignos que pertencem sacudir o jugo da antiga escravidão, abolir nossos privilégios, vilipendiar se os antepassados, e proclamar a soberania do povo. (*O Corcunda*, 1831)

De qualquer modo, as ilustrações, tanto na imprensa brasileira, como na França e nos Estados Unidos, ganharam espaço de forma paulatina. Romualdo (2000) dispõe que os periódicos *Marmota Fluminense* (1852) e a *Lanterna Mágica de Porto Alegre* (1844), apareceram imagens fora do texto.

Com a publicação da *Marmota Fluminense*, iniciou-se no dia 07 de setembro do ano de 1849, sob o título de “Marmota na Côte”, a charge jornalística especificamente de vinhetas caricaturais no texto, expressando certos passos de dança que faziam sucesso em Paris.

Assim, a utilização da ilustração junto ao texto passa a ser o mais comum, alcançando ainda mais popularidade com a entrada dos inventos que possibilitavam maior facilidade para a reprodução de desenhos.

Segundo Romualdo (2000), foi graças a esses inventos que nos últimos anos do Império, a charge e as ilustrações de forma geral, foram adotados pela imprensa gerando a charge jornalística.

A charge, com o passar dos anos, se desvinculou da caricatura, tendo em vista que sua gênese teria sido em muito confundida com esta, contudo, adotou como seu diferencial a crítica humorística de um fato ou acontecimento específico, sugerindo uma gama de possibilidades de interpretações, em suas utilizações inseridas em um contexto jornalístico crítico que deve ser identificado por diferentes usuários desse veículo.

Em consoante ao contexto supracitado, ao definir o termo “texto”, Romualdo (2000, p. 5) assevera que texto seria “qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos”. Sendo que para esse autor, essa definição definitivamente não exclui a charge e muito menos outras possibilidades textuais que são apresentadas em qualquer periódico, tais como os textos verbais, as fotografias e as histórias em quadrinhos.

Beaugrande e Dressler (1981) afirma que sete seriam os fatores responsáveis pela textualidade da charge, a saber: a) a coerência e a coesão, centradas no texto; b) a intencionalidade, c) a aceitabilidade, d) a “informatividade”, e) a “situacionalidade” e, f) a intertextualidade.

Romualdo (2011) defende que as charges são textos coerentes e coesos, e sendo um texto visual desenhado, enquanto tal, possui algumas características comuns a todos os desenhos, pois formam um sentido amplo.

Na mesma perspectiva, verifica-se, que a charge constitui um texto que congrega diversas linguagens em sua estrutura, ao passo que consegue numerosos enfoques temáticos, comumente originados do jornal que lhe serve de plataforma.

Para demonstrar um pouco a força das charges jornalísticas e o discurso que elas encerram, importante analisar e usarmos como exemplos dessa força discursiva as charges publicadas na página online da *Folha de São de Paulo* sobre as ações da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro na Operação do Jacarezinho, onde podemos observar na imagem é a utilização de uma linguagem como pretexto para uma leitura interpretativa num texto em que não há elementos verbais, já que o texto escrito não é obrigatório nos gêneros em discussão, porém nessa pesquisa o trabalho deve se centrar na análise discursivas dos processos de comunicativos.

Figura 3 – Marília Marz. Revista Ilustrada. 2021.



A charge acima foi criada pela chargista Marília Marz, sendo publicada em 28 de maio de 2021, pelo que se observa de pronto o efeito proposto por Marília Marz, ficando graficamente evidente a política de guerra, inclusive, denota-se isso quando o policial surge de um lago de sangue com seu fuzil AR 15, pronto para matar ainda mais, inclusive, fazendo relembrar os filmes de ação hollywoodianos.

A partir dessa análise é possível enfatizar que toda essa operação sangrenta contradiz tudo aquilo pela qual foi imaginada, pois, de início seria uma “operação”, ou seja, algo cuidadoso, bem planejado e elaborado, com a possibilidade de pouca ou nenhuma perda de vida humana, o que na prática nenhuma dessas hipóteses acima ocorreram.

O que se viu e a charge acima evidencia de forma forte, notadamente com o uso da cor vermelha, a qual enfatiza a violência irrompida na comunidade do Jacarezinho-RJ. Ao se observar o PM com o fuzil em riste, observa-se um desenho idealizado, no sentido de que não se identifica o policial, pois a intenção da artista é simbolizar todos os policiais.

Além do acima, a charge enfatiza os olhos do policial, pintados de vermelho, que ao mesmo tempo desumaniza-o, bem como faz relembrar o conhecido ditado “com sangue nos olhos”.

Do ponto de vista político, a charge acima mencionada evidencia a total falta de relação, da citada operação, com o que se entende por Estado Democrático de Direito, vez que a “operação”, transformou-se em mera ação de vingança.

Seguindo esta linha de raciocínio, sobre as charges publicadas sobre o mesmo episódio, analisaremos a segunda charge publicada pela edição online do Jornal *Folha de São Paulo*:

Figura 4 – Laerte Revista Ilustrada. 2021



Esta charge da Revista Ilustrada foi criada pela célebre chargista/quadrinista e escritora Laerte, e publicada pela edição online da *Folha de São Paulo* em 28 de maio de 2021.

Nos quatro primeiros quadrinhos da charge, que pode ser também entendida como uma tira ou uma história em quadrinho, o artista desenha cinco cartuchos deflagrados, nos quais ao invés de constar o calibre dos cartuchos, consta conceitos jurídicos do direito penal brasileiro, tais como “ordem de prisão”, “audiência de custódia”, “direito de defesa”, “julgamento” e “veredito”.

Cumprir notar que o que foi dispensado como direito às 28 vítimas, são os “direitos” contidos nos dois últimos cartuchos desenhados por Laerte: julgamento e o veredito.

Aliás, tal mensagem é ainda mais evidenciada no último quadrinho da charge: “- quem era?”

“- Bandido”

Esse jogo de imagens não é indissociável da imagem produzida no interior do discurso utilizado pelos policiais, que só são identificados pelo curto diálogo travado, no qual atribui-se à vítima o epíteto de “bandido”.

Aliás, com o mesmo recurso acima, a chargista Laerte retrata esse mesmo diálogo travado por milhares de pessoas para quem mora em favela/comunidade, é sempre bandido.

Com isso, os sujeitos se apresentam como aqueles (apenas eles) que podem reger a ordem social explicando-o, e controlando-a conforme suas ideologias de normas e valores estabelecidas em seu meio.

Assim, vemos que a imagem que os sujeitos implícitos (policiais) fazem do lugar do ocorrido um cenário, onde só legitima simbolicamente sua posição como tal e como lhe certifica uma aptidão para agir sobre o social.

E sobre as relações desse jogo de imagens, Mussalim (2004) pontua que:

Esse jogo de imagens, mesmo estabelecendo as condições de produção do discurso, ou seja, aquilo que o sujeito pode/deve ou não dizer, a partir do lugar que ocupa e das representações que faz ao enunciar, não é preestabelecido antes que o sujeito enuncie o discurso, mas este jogo vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso (2004, p. 137).

As sequências das charges, por sua vez, concretizam-se, não apenas, nos segmentos de discursos implícitos, mas também explícitos e são imediatamente declarados pelos agentes que o formam em uma interação verbal (*charge 1*) e não verbal (*charge 2*) das quais falaremos mais adiante.

Como visto, este tipo de Charge jornalística trabalha com estereótipos, ou seja, representações que estão cristalizadas na sociedade e isso possibilita ao leitor uma leitura ou (re)leitura mais interpretativa dessas reproduções. O gênero charge na maioria das vezes veicula um discurso “proibido”, que não poderia ser tratado da mesma maneira por outros campos discursivos.

A charge jornalística indubitavelmente trabalha com estereótipos, ou seja, representações que estão arraigadas no imaginário da sociedade e isso permite ao leitor uma leitura ou releitura mais interpretativa dessas reproduções. Nesse campo, o gênero charge, na maioria das vezes, conduz um discurso “proibido”, que não poderia ser tratado da mesma maneira por outras categorias discursivas.

Isto posto, o discurso humorístico operado pela charge é concernente à diversas questões que se relacionam direta ou indiretamente com temáticas e polêmicas sociais e culturais as mais diversas: políticas, religiosas, as de natureza moral e/ou ética, costumes, tradições, valores, dogmas, tabus, preconceitos e estereótipos.

Desta forma, observamos que na charge jornalística há uma mescla entre a notícia, a crítica, o humorístico e o linguístico, tendo em vista que a inter-relação entre ambos constitui uma manifestação poderosa e atuante em nossa sociedade, servindo como seu reflexo ideológico e até mesmo como libertador em situações conflituosas.

Dito o acima, especificamente sobre o tema imprensa, entende-se que a participação desta na sociedade como formador de opinião, compreende-se que os discursos jornalísticos veiculados por esses órgãos de comunicação, são discursos que influenciam a opinião de seus leitores.

Ainda sobre a temática imprensa, Ubinski (2014, p. 25), afirma que:

Ao tratar da imprensa e seus atores como sendo órgãos constituintes do social, compreendemos que a atuação da imprensa está muito para além da “observação” da realidade e o papel de noticiar os acontecimentos. Como no trecho transcrito acima, podemos perceber a interpretação do golpe militar como um movimento que “termina com a vitória do espírito de legalidade”. A essa leitura da realidade efetuada pelo jornal é que procuramos nos atentar, tentando perceber como sua participação na sociedade brasileira se deu de acordo com convicções e vínculos que vamos desvendar mais adiante, na tentativa de perceber os discursos e os significados que a *Folha de São Paulo* pretendia anunciar aos seus leitores.

Por fim, necessário dizer que embora haja uma busca em firmar a imprensa como órgão importante e muitas vezes único na formação de opinião, fato esse evidenciado por editores, repórteres, artistas e demais colaboradores, inadvertidamente expressam seu ponto de vista e sua versão dos fatos.

Deste modo, o discurso humorístico aborda um sem-número de questões que se relacionam direta ou indiretamente com temáticas e polêmicas sociais e culturais as mais diversas: políticas, religiosas, as de natureza moral e/ou ética, costumes, tradições, valores, dogmas, tabus, preconceitos e estereótipos.

2.1.3 As funções da charge jornalística

Para Nani (2016), as charges têm importância no sentido de fornecer representações pictóricas para contar notícias. Segundo Salihu e Oparaugo (2017), os principais papéis das charges, assim como da caricatura e do cartum, são:

1. A charge serve como forma de entretenimento para leitores de jornais. 2. A charge proporciona alívio cômico aos leitores que estão estressados. 3. A charge informa os leitores sobre as mazelas sociais. 4. A charge complementa o editorial para facilitar e melhorar a compreensão, especialmente para leitores impacientes que não gostam de ler longos escritos. 5. Os chargistas usam de sua arte para expressar o que não pode ser expressa de outra forma notícias/editorial. 6. A charge fornece aos leitores a plataforma da formação da opinião pública. 7. Os jornais usam charges para atacar ou criticar os titulares de cargos públicos corruptos de uma maneira “inofensiva”. (Salihu; Oparaugo, 2017, p.153)

Teixeira (2005) dispõe que, a função da charge no jornal “é um instrumento de reflexão e fonte de pesquisa, [...] um produto cultural produzido sob condições históricas definidas, num tempo e espaço socialmente determinados”. Logo, esse gênero faz uso do jornal como suporte, que em razão de seu baixo custo é de fácil acesso.

No jornal, a charge ocupa um espaço alocado à opinião, espaço este dividido entre a charge e outro gênero, também dessa natureza, o artigo de opinião. Para Romualdo (2011), a charge é um gênero de natureza imagética e composto por linguagem verbal. E sobre a *Folha de S. Paulo*, Romualdo (2011) afirma que:

O leitor encontra diariamente a charge, no jornal Folha de S. Paulo, na página de opinião, ao lado do editorial. Essa diagramação diz respeito, em um primeiro momento, à situacionalidade. Como o leitor sabe que esta página é dedicada a textos opinativos, ao encontrar nela a charge, espera que está se posicione criticamente sobre o assunto que aborda. A diagramação do jornal, portanto, orienta a recepção do texto. A situacionalidade diz respeito também ao jornal enquanto discurso. O jornal Folha de S. Paulo possui um discurso pluralista e apresenta textos que podem até conter pontos de vista discordantes entre si. Ao defender um discurso pluralista, a Folha abre espaço para a charge, um tipo especial de texto. O leitor interpreta a charge usando os conhecimentos que a leitura desse tipo de texto exige (aceitabilidade). Alguns desses conhecimentos podem fazer parte do repertório do leitor ou podem ser adquiridos no próprio jornal, pela relação da charge com textos presentes no matutino (intertextualidade) (Romualdo, 2011, p. 32)

Através de seu discurso pluralizado, principalmente através da diversidade de assuntos abordados, o jornal utiliza a charge, conforme Teixeira (2005), a charge, como um instrumento de intervenção política.

Ainda para Teixeira (2005, p.13), a função da charge “é temperar a monotonia e a severa objetividade do texto com a permissividade de um discurso que diz o que o verbo não pode, não deve, não ousa expressar”.

A charge toma uma postura/leitura muito mais crítica da realidade do que a notícia que lhe serve de suporte, pois ao passo que esta busca uma suposta neutralidade, enquanto a charge quebra barreiras e de modo zombeteiro e sem qualquer respeito quebra essa suposta neutralidade das notícias. Sendo assim, segundo Romualdo, por emitir juízo de valor, a charge é comparada ao gênero editorial.

É evidente a parcialidade da charge jornalística, haja vista ser a charge fruto da interpretação do seu criador, o chargista, a partir da leitura de notícias diárias. Um dos mais prolíficos chargistas brasileiros, Chico Caruso, defende que a charge no jornal não conta uma notícia, não revela um fato novo, sendo o papel do chargista:

Embora [o chargista] não saia à caça da notícia como o repórter e não escreva sobre os fatos, ele vai armazenando informações não-objetivas e, aos poucos, uma sensibilidade tanto melhor quanto mais anormal de captar a realidade. Isso porque,

além da leitura dos jornais, e principalmente dos colunistas políticos, o chargista se alimenta de algo mais, o detalhe. [...] Vai atrás da pose, da ruga, do olhar, na ilusão de penetrar no pensamento dos figurantes. (Caruso, 1984, p. 15)

Miani (2000, p.64) evidencia que a charge possui uma faceta muito importante, a persuasão:

Uma outra qualidade da charge é a de constituir-se como instrumento de persuasão [...] intervindo no processo de definições políticas e ideológicas do receptor, através da sedução pelo humor e criando um sentimento de adesão que pode culminar num processo de mobilização (Miani, 2000, p. 64).

Nota-se que a persuasão da charge é comumente utilizada nos jornais a favor de sua própria linha editorial. Além da persuasão, Maringoni (1996) destaca que a charge tem um papel de conferir identidade ao jornal.

2.2 A charge

Na aurora do século XIX, o artista realista francês Honore Doumier fez uma crítica ao governo francês com um desenho chamado “Gargantua”. Esse gesto interpretativo e ousado ganhou destaque, quando foi veiculado ao jornal impresso.

E assim a história moderna da charge teve seu início, quando pessoas que se posicionavam contra um governo tiveram a coragem de criar uma nova forma de se expressarem, diante de um governo que se mostrava intolerante com as possíveis críticas que advinham a sua tirania e os desmandos de seus representantes.

E foi através da charge e principalmente o humor que vem carregada, que a sociedade da época pôde expressar em prática coletiva seus conflitos, mesmo que esse humor produzissem a desordem na ordem da razão estipulada naquele governo.

Essa nova forma de protestar contra o governo conseguiu aliar imagem e texto, por meio de uma linguagem que muitas vezes irreverente e com pitadas de humor, conquista a simpatia de uma sociedade que de alguma forma procurava um meio de se manifestar contra o governo e assim na medida que ia se propagando a nova forma de fazer esse gênero consolidou-se e tornou-se um dos mais apreciados até os dias de hoje. Hoje não há lei que não se exerça em detrimento do humor, e não há riso que não quebre alguma lei. (Sodré Texeira, 2001).

Antigamente na Grécia, o humor estava enraizado na sociedade, principalmente na cultura, estando inserida em seus rituais, cultos e festivais orgiástico. Porém a comédia e o

teatro foi se instaurando e o humor foi levando a sociedade para uma reflexão de mundo, num discurso funcional para uma visão de crítica às instituições do regime político.

Os Romanos também representavam em forma de comédia suas verdades, criticando seu governo, mesmo que de forma mundana as quais o povo romano estava acostumado no seu cotidiano.

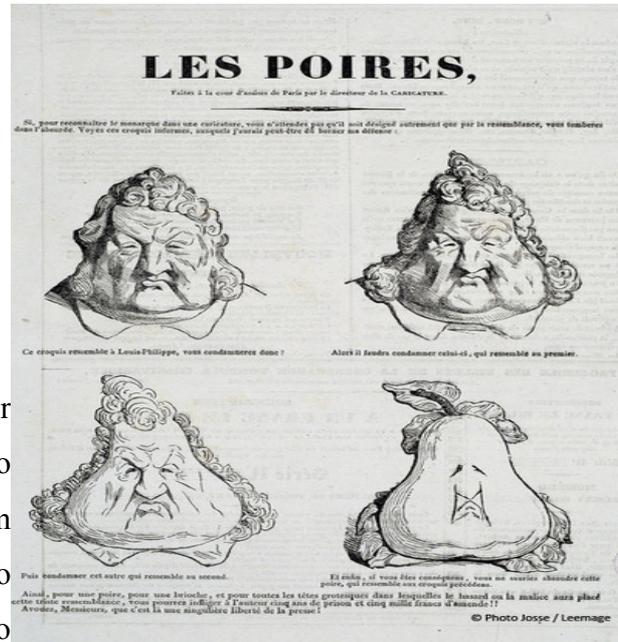
A charge tem esse mesmo objetivo de resumir situações políticas e recriá-las com humor dentro de seus recursos gráficos e de seu chargista que são únicos, de linguagem que sempre vão ao encontro da realidade que as compõem no seu dia a dia.

Figura 5 – Honoré Daumier. Gargantua. 1831. Jornal Le Charivari



Historicamente, na França, o surgimento da caricatura política sempre correspondeu a períodos de crises sociais e políticas: o movimento da Reforma, a Revolução Francesa, a monarquia de julho, o caso Dreyfus, por exemplo.

Figura 6 - Honoré Daumier. Les Poires. La Caricature, janeiro de 1832, Paris, Musée Carnavalet.



A partir percebe-se que o se transformar em próprio formato modo, a ilustração

da ilustração acima, rei Luiz Felipe I passa a uma pera, a partir do seu de seu rosto. Desse deforma propositalmente

os traços peculiares no sujeito retratado e arrancando daí o riso e o ridículo.

Um outro aspecto que se nota é que o artista também utilizou características temperamentais como um político considerado sisudo ou sempre mal-humorado passando a ser retratado com essas características, de forma geralmente exagerada pelo artista.

E é no século XIX, com o desenvolvimento da imprensa e da invenção da litografia que se dará origem a um grande número de jornais, como o *L'Assiette au Beurre*, semanal com dezesseis páginas a cores, com tendência anarquista, podendo ser considerado como um ancestral de publicações oriundas dos movimentos sociais ou estudantis da década de 1960, como *Hara-Kiri* (1960) e *Charlie Hebdo* (1970).

Na França, a charge é uma tradição republicana, protegida pela lei de liberdade de imprensa de 1881 e pela jurisprudência dos tribunais.

A palavra Charge advém do francês *Charger*, significando carregar, exagerar, atacar, sendo que conforme Rabaça & Barbosa (1995). Ela se constitui na relação com outros discursos, que se constituem na tensão do dizer com a memória discursiva.

O dicionário Houaiss traz a definição de charge:

Desenho humorístico, com ou sem legenda ou balão, veiculado pela imprensa e tendo por tema algum acontecimento atual, que comporta crítica e focaliza, por meio de caricatura, uma ou mais personagens envolvidas. Do francês *charge* (S. XII), significa carga que por extensão quer dizer que exagera o caráter de alguém ou de algo para torná-lo ridículo, representação exagerada e burlesca. (Houaiss, 2001).

A charge, após se fortalecer na base jornalístico, ainda na França do século XIX, foi se evidenciando de forma mais intensa e outros jornais passaram a publicá-la.

Ela também é uma crítica humorística de uma situação real ou acontecimento específico ocorrido no seio da sociedade, sendo, por conseguinte, a representação gráfica de uma notícia já familiar do público, mas através da visão do artista/desenhista. Desta maneira, a charge é demonstrada tanto através unicamente de imagens quanto juntamente com texto, absorvendo a caricatura em um ambiente próprio ilustrativo.

Assim combinando seus mecanismos próprios de linguagem que a diferencia dos demais traços de humor, mas com a mesma finalidade de que seu leitor consiga de forma prática interpretar seu sentido na hora que lhe é apresentada tanto na forma de desenho (visual) como a escrita (verbal).

Desse modo, a charge foi utilizada, nos períodos citados anteriormente principalmente na imprensa alternativa, como instrumento de crítica ao governo ditatorial militar. Todos os eventos políticos que advieram desse período, encurtaram o ambiente do humor gráfico nas revistas de alto porte, em face à censura posta aos meios de comunicação.

Vemos por exemplo que em 1969, no auge da ditadura Militar, surgiu o jornal humorístico mais importante e influente do país: *O Pasquim* (Goodwin, 2011, p. 538), nesta época o Pasquim mostrou-se como um grande farol para a charge nacional, sendo que segundo Goodwin (2011, p. 538), foi a partir dele que, no humor gráfico nacional, passou a predominar a charge, em detrimento do cartum, ocorrendo isso em razão da necessidade de reagir à ditadura militar que impedia a sociedade como um todo se manifestar.

Porém, O Pasquim “*fechou as portas*” no ano de 1991, sendo que daí em diante não houve outro periódico de humor com tanta expressão em querer manifestar-se contra aquele governo, ainda que, as tentativas terem sido feitas.

Concluindo, Charge é uma crítica humorística de um fato ou acontecimento específico ocorrido no seio da sociedade, sendo, portanto, a reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a percepção do artista/desenhista. Desta feita, a charge apresenta-se tanto através de imagens quanto combinando imagem e texto, absorvendo a caricatura em seu ambiente ilustrativo.

Cumprindo mencionar que etimologicamente o gênero tem seu significado de carregar, exagerar, e constitui um tipo de texto visual e desenhado, cujo objetivo é focalizar uma determinada realidade, geralmente política, sintetizando e satirizando esse fato (Mouco; Gregório, 2007)

Deste modo, para se decodificar a mensagem contida na charge, leva-se em conta a conjuntura sociopolítica em que ela foi produzida, posto que a charge menciona situações e acontecimentos no instante em que está acontecendo. Diante disso, importa destacar que a charge, mesmo com caráter humorístico, que possa parecer ser desprezioso e ingênuo, compõe um método de conscientização, logo que no instante em que diverte, denuncia, critica e informa, além de se integrar um recurso discursivo e ideológico.

Nesse sentido, verifica-se, portanto, que a charge constitui um texto que congrega várias linguagens em sua estrutura, ao passo que consegue vários enfoques temáticos, comumente originados do jornal que lhe serve de plataforma.

Para se decodificar a mensagem contida na charge, deve-se levar em conta o contexto sociopolítico em que ela foi produzida, posto que a charge menciona episódios e acontecimentos no tempo em que está acontecendo. Diante disso, importa destacar que a charge, além do seu caráter humorístico, que embora, pareça ser ingênuo e desprezioso, estabelece uma ferramenta de conscientização (Pozzebon, 2017), pois ao mesmo tempo em que diverte, informa, denuncia e critica, instituindo-se de um recurso discursivo e ideológico.

2.2.1 Diferenciando Charge, Cartum e Caricatura

Para falarmos de charge e as que foram escolhidas e o que elas representam para esse trabalho é preciso vimos sobre a sua origem e agora passamos para sua diferença dos outros gêneros como a caricatura e o cartum, que muitas vezes são facilmente confundidas por terem traços próximo ao expressar a realidade. Em outros termos, por possuírem também elementos visuais que sempre fazem relação de um fato ocorrido num momento específico.

Com isso, busca-se trazer as razões dessa diferença pelo qual nos afirma Teixeira (2005) que charge, caricatura e o cartum não são objetos consensuais e, por produzirem uma realidade através de um mesmo traço de humor, são alvos constantes de confusões terminológicas.

2.2.2 Charge

Verifica-se desde logo que a charge apresenta comumente um desenho único, embora isso não seja um dogma, e que tem como principal característica fazer uma crítica a um fato recente ou que ainda esteja em pauta. Para Teixeira (2005), a charge tem a capacidade

de fazer uma ruptura do cotidiano, pois para esse autor “a charge resume situações políticas que a sociedade vive como problemas, e os recria com os recursos gráficos que lhe são próprios”

Também segundo Silva (2008), a charge tem em sua composição uma imagem que pode ser tanto desenhada ou mesmo fotografada, mas que geralmente sofre intervenção do chargista, retocando-a ou inserindo texto, tendo como objetivo tornar a imagem cômica.

Desse modo, a charge busca uma captação do verídico, distintamente da caricatura e do cartum, trazendo sempre uma linguagem que faz com que as mesmas sejam usadas como reflexão, como afirma Rabaça e Barbosa (1978, p. 89):

Seu objetivo é a crítica humorística de um fato ou de um acontecimento específico. É a reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público segundo a ótica do chargista. Tanto se apresenta somente através de imagens quanto combinando imagem e texto. Sua ocorrência opera em cima de fatos e o conhecimento prévio do tema abordado na charge, por parte do leitor, é fator essencial para compreendê-la (Rabaça e Barbosa, 1978, p. 89).

Apesar de a charge ser vista muitas vezes como um texto leve e inocente, na verdade tem como principal alvo retratar algo que está em evidência na mídia, o que faz com que ela aprofunde a notícia em destaque de maneira cômica, crítica e intencional. A partir dessa ótica particular de visão de mundo, se compromete a levar os fatos ao leitor de modo clara, transparente e objetiva, mas de um jeito totalmente intencional, opaco e valorativo, oportunizando a esses leitores a alternativa de outras interpretações e entendimento das situações apresentadas nas charges.

Ou seja, a charge satiriza situações específicas, sempre apontando para uma figura da vida pública, tendo uma linguagem mista, ou seja, é associado à linguagem verbal e não verbal. (Silva; Souza; 2020)

Seguindo a mesma linha de pensamento, o autor Gawryszewski (2008) verificou que a charge tem como uma de suas características a temporalidade e a criticidade, também tem o humor como elemento principal, embora esse aspecto não seja uma regra.

Outra característica é que a charge carrega uma carga de agressividade que visa o despertar da consciência crítica no leitor. Para Teixeira (2005), a charge é uma arma de grosso calibre a serviço da manifestação de uma “opinião” pública canalizando sua agressividade latente contra quem se evidencia na atividade pública controversa da política.

Dessarte, a charge possui como seu principal objetivo não somente fazer um registro da realidade, mas fazer o leitor dar um novo significado, mesmo sendo ela portadora de veracidade.

Miani (2012), podemos entender que a charge se mostra como uma forma de discurso, bem diferente da caricatura, que em geral possui discurso distinto do universo político. A partir disso, entendendo o elemento do humor gráfico, que satiriza, ridiculariza e crítica através do humor, ela estabelece uma boa relação com a política.

A partir da afirmação de Miani (2012) se entende que a origem da charge está na caricatura, mas que ao ser transformada sua delimitação de ação, ultrapassa os usos que a caricatura até então possuía.

Por fim, para Silva (2008), a charge ainda possui o poder de reproduzir a realidade independentemente da razão e a verdade independente da realidade. Ela incorpora o humor como linguagem que produz uma verdade cujo sentido está fora da realidade e além da razão (2008). Conseqüentemente a charge nos permite ir além e confrontar seus próprios limites no campo da comunicação.

O notável crescimento do volume de produção das charges, as quais ultrapassam as margens dos jornais e migraram com sucesso para as telas de computadores, *smartphones* e afins se relacionam entre outras questões, à necessidade do ser humano em realizar críticas ao sistema sociopolítico no qual se encontra inserido, principalmente no que tange àqueles que detêm o poder político e/ou econômico ou para simplesmente ironizar, contradizer um acontecimento sociopolítico numa determinada sociedade. (Sousa, 2005)

Reconhece-se que a charge é um discurso e tem em sua marca a relação entre os interlocutores. Como todo discurso, possui uma exterioridade (simbólica e ideológica/política) que se origina a partir de um fato histórico, incomensurável e produz leituras interpretativas alternativas dos fatos que é assimilada por sujeitos leitores e, assim consiste em parte de um imaginário social sobre um dado assunto. (Cavalcanti, 2013)

Como já é possível inferir a partir do defendido por Teixeira (2011), Miani (2000), Rabaça e Barbosa (1978), dentre outros, a charge vem como um discurso, que gera efeitos de sentidos, carregado de incompletude e movimentação nas imagens que se materializa em texto e assim ela entra e faz parte desse discurso jornalístico.

Diante o surgimento de vários meios de produção comunicacional, a charge tem sido utilizada como importante estratégia comunicativa reveladora dos mais amplos e notórios acontecimentos na sociedade e principalmente nos processos políticos. (Miani, 2016)

Ressalta-se que há uma combinação entre o humor e a língua que merece ser analisada, haja vista que a inter-relação entre ambos os elementos forma uma manifestação

intensa e atuante na sociedade contemporânea, servindo como seu espelho ideológico e até mesmo como libertador em situações conflituosas. (Miani, 2016)

A charge, por ser um tipo de texto diversificado, propicia uma pluralidade textual e tornar-se um recurso de conscientização formidável no exercício da cidadania, de forma que, a charge está simultaneamente associada ao humor gráfico e pelo exagero dos traços e pela síntese dos fatos, e como precedentemente aludido por Teixeira (2005), a charge denota uma crítica à realidade social e política, onde o humor é o âmago de sua narrativa.

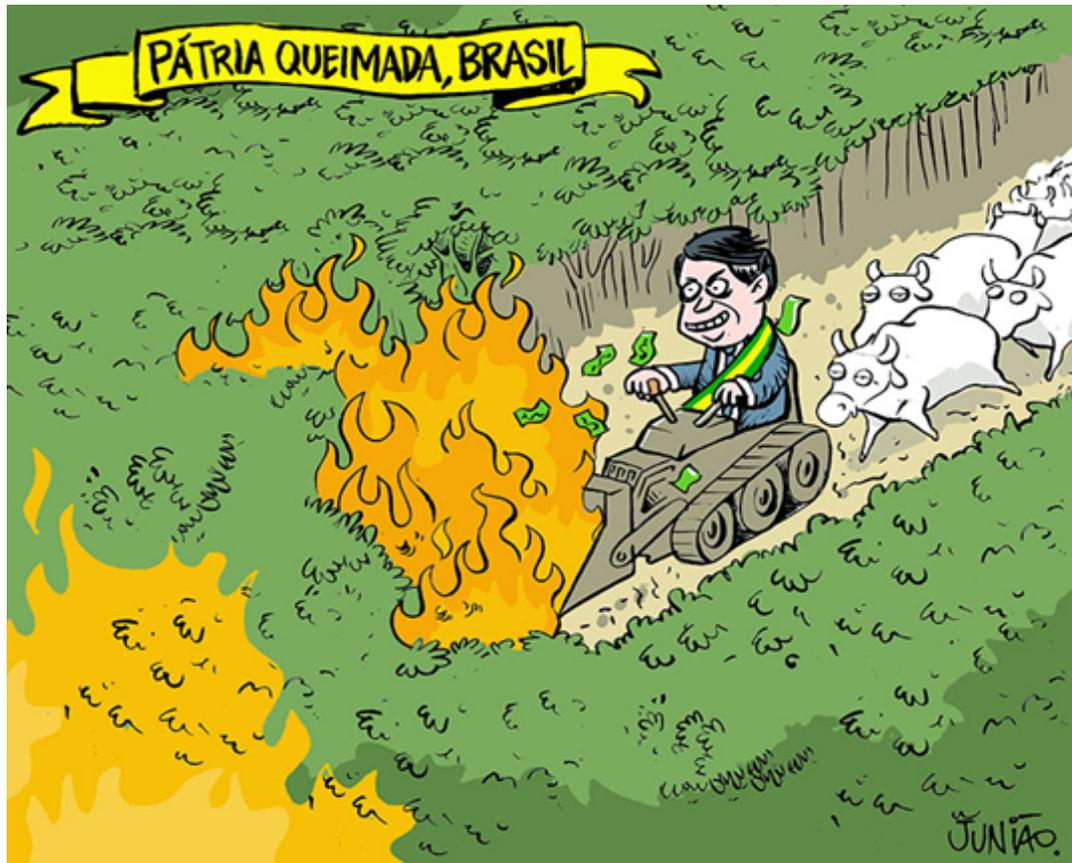
Ao abordar a importância da charge, Flôres (2002) afirma:

Não só do seu valor como documento histórico, como repositório das forças ideológicas em ação, mas, também, como espelho de imaginário de época e como corrente de comunicação subliminar, que ao mesmo tempo projeta e reproduz as principais concepções sociais, pontos de vista, ideologias em circulação (Flôres, 2002, p. 10).

Flôres (2002) aponta a charge como um interessante objeto de estudo por aquilo que mostra e diz de nós mesmos e do mundo em que vivemos. A autora enfatiza que a charge contém grande potencial de questionamento crítico e de confronto de opiniões a respeito da organização social, dos arranjos políticos e da disputa pelo poder.

Ainda no mesmo sentido, tomemos a charge publicada em janeiro de 2022, de autoria de chargista Junião, no jornal *Folha de S. Paulo*, a qual retratava as queimadas na Amazônia. Importante, no entanto, antes explicitar o conceito de charge trazido pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o qual define charge como uma palavra de origem francesa, “charge”, que significa lançar carga e esta, por sua vez, vem a ser um desenho humorístico, de caráter político, que é independente do texto que a explique, tendo em vista que seu objetivo é proporcionar diversas explicações. Aliás, segundo a própria *Folha de S. Paulo*, o noticiário do dia deve ser a fonte de inspiração do chargista como demonstraremos a seguir.

Figura 7 – Junião janeiro de 2022. Charge sobre as queimadas criminosas, desmatamento ilegal e o favorecimento a fazendeiros no governo Bolsonaro.



A figura acima, cria uma crítica ao presidente Bolsonaro como o artífice ou principal responsável por trás das queimadas na Amazônia, bem como indica a real motivação das ditas queimadas, que são mais pastos para o agronegócio.

A mesma faz referência ao famoso episódio que, em uma reunião do governo em que o então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, profere a icônica frase: “deixar passar a boiada.”

Teixeira (2005) esclarece que a charge tem uma raiz de agressividade em sua essência, sendo essa agressividade importante em firmar uma relação com o leitor, já que possibilita um despertar de consciência e crítica, tendo em vista que a agressividade da charge aditiva, o subsídio, o complemento da opinião prévia do leitor, que se expressa para e por ele, num tom acima dos limites da palavra. (Teixeira, 2005, p. 73)

Logo, percebe-se a política inserida na charge, sendo jamais neutra, tomando partido em todas as questões que se imiscuir, potencializando sempre seu humor e sua crítica.

A charge se distingue por sua natureza efêmera e aguçada, impulsionada pelo humor como sua peça central. Inerente a ela, há um componente de assertividade que incita a reflexão crítica no público, conforme apontado por Gawryszewski (2008).

Além disso, conforme o que Miani (2005) acrescentou, a charge serve como uma ferramenta de crítica e um instrumento retórico de confronto na sátira política. Ela é empregada tanto na defesa quanto na promoção de ideologias e agendas políticas.

Por fim, segundo Silva (2008), a charge é capaz de retratar a realidade desprovida de razão e expressar a verdade desvinculada da realidade. Nessa perspectiva, o humor atua como uma linguagem que gera uma verdade cujo significado transcende a realidade e vai além da lógica.

2.2.3 Caricatura

A caricatura pode ser considerada o “genitor” da charge, pois, para Fonseca (1999) é a caricatura que nasce primeiro, sendo esta, um fruto direto da renascença, principalmente com o desenvolvimento do retrato. O termo “caricatura” surgiu na metade final do século XVI, na Itália, no período do Renascimento, originando-se do verbo *caricare*, significando carregar, sublinhar. Em que pese esse aspecto, a “caricatura”, como estilo de representação gráfica, existe desde a antiguidade, notando-se sua presença desde o antigo Egito, conforme Romualdo (2000).

Segundo conta Fonseca (1999), a caricatura seria fruto inicial dos esforços dos artistas Lodovico Carracci (1555-1619), Agostino Carracci (1557-1602) e Annibale Carracci (1560-1609), principalmente a partir do interesse da observação do dia a dia, do trivial que os levou à produção de caricaturas.

Outro elemento observado pelos Carracci teria sido atentar às deformidades inerentes ao corpo humano e ao risco que essas deformidades provocavam. Por isso, o trabalho dos Carracci passou a ser imitado, o que deu início à popularização da caricatura.

Minois (2001), na obra *História do riso e do escárnio*, do mesmo modo que Fonseca (1999), relata que o aparecimento da caricatura remonta ao contexto europeu do século XVI, ressaltando que graças aos conflitos religiosos surgidos a partir da Reforma Protestante, houve um estímulo a criatividade, especialmente no campo religioso e mais nomeadamente dos assim chamados “heréticos”, que aproveitaram o caos para zombar da religião.

Para grupos reformados mais radicais, como os calvinistas, relacionar humor e a religião também era uma falta gravíssima, pois aos olhos dos religiosos extremistas, o riso e a fé seriam incompatíveis. Exemplifica-se o zelo religioso extremado a caricatura do “asno-papa” ou *Papstesel*, a mesma utilizada por Minois, de autoria de Melancton sobre o então papa.

Figura 8 – Melanchton. 1546.



A imagem acima, faz uma representação do Papa através de uma figura antropomórfica, sendo apresentada com um rosto de asno, a mão direita como uma pata de elefante, e torso feminino, todos esses elementos que compõem a caricatura, possuem a intenção de desmoralizar o principal regente do catolicismo, através da figura do “asno-papa”.

A caricatura define modos de transformações marcantes, como barriga proeminente, orelhão, narigão, um cabelo bem eriçado e expressões faciais que levam ao riso e a crítica. Atuando sempre no seu universo fechado de expressões, esgotando e transbordando esses sujeitos próprios com seus traços físicos deformados, porém originais, pois sua função é descaracterizar o sujeito ao mesmo tempo que ressalta sua identificação para melhor aceitação.

Conforme Gombrich sugere, a criação da caricatura-retrato implica na compreensão da diferença entre semelhança e equivalência. O cerne de uma caricatura bem-sucedida reside na capacidade de oferecer uma interpretação da fisionomia que se grava na memória, perpetuando-se como um "encantamento" para a vítima ou o evento, como destacado por Gallota (1997).

Um exemplo notável é a caricatura que retratou o jornalista Carlos Lacerda como um corvo, veiculada pela primeira vez no jornal "*A Última Hora*" em 1954, desenhada por Lan. A partir dessa representação, Carlos Lacerda passou a ser invariavelmente associado ao corvo pela mídia contrária a ele. Isso ilustra outra técnica empregada pelos caricaturistas, a zoomorfia. Essa imagem também desafia a concepção de efemeridade muitas vezes atribuída às caricaturas, uma vez que seu impacto pode perdurar por um longo período, como observado por Gawryszewski (2008).

Figura 9 – “Carlos Lacerda”. *A Última Hora*.



Imprensa Popular, 1955 (autoria Jorge Brandão)

De acordo com Ferraro (2002), a caricatura é definida por sua capacidade de desviar das convenções acadêmicas que enaltecem temas clássicos, pela não busca da perfeição nos traços, pela sua disposição para abordar temas controversos e por sua capacidade de introduzir novos padrões artísticos, sendo a caricatura notável, em primeiro lugar, por sua característica de exagero. No entanto, mais do que meramente acentuar as características

físicas de uma pessoa, ela visa caracterizá-la. Como afirmado por Silva (2008) "Uma caricatura de Hitler, Napoleão ou de qualquer ditador vai, frequentemente, além da mera exacerbação das características faciais, sugerindo uma revelação do perfil psicológico do sujeito."

No seu texto, o autor venezuelano Carlos Abreu (2001) enfatiza a relevância da liberdade de expressão no contexto da produção de caricaturas. Isso decorre do fato de que, frequentemente, a caricatura se revela como uma poderosa arma na luta ideológica. Por meio dela, o autor organiza suas concepções sobre a realidade e traduz seus valores, crenças e verdades. A caricatura emerge como uma voz que se manifesta em relação à sociedade, muitas vezes com o propósito de sensibilizar a população através da crítica e da sátira direcionadas a indivíduos e instituições.

Carlos Abreu (2000) observa que as características físicas, comportamentais e vestimentas ganham uma significativa profundidade psicológica nas caricaturas. Isso ocorre porque esses elementos são habilidosamente empregues como ferramentas de interpretação e codificação da personalidade em questão.

Para nós, a caricatura é um único gênero com diferentes desdobramentos, que englobam as classificações mencionadas anteriormente, com a exceção do humor em geral. Entendemos o humor como um recurso que pode ser utilizado em diversos gêneros do jornalismo, como, por exemplo, a crônica e, claro, a caricatura. (Abreu, 2000)

Publicamente, as caricaturas têm o poder de se comunicar por si mesmas, tornando visíveis os aspectos subjetivos subjacentes às representações de indivíduos e situações na sociedade. Elas, assim, operam como um "termômetro social genuíno, moldador de opiniões" (Gallotta, 1997).

A dessemelhança é um traço que molda e esculpe, que preenche o sujeito de si mesmo, que produz identidade entre objetos que, a princípio dessemelhantes, assemelham-se por dissemelhanças (Teixeira, 2005, p. 94) Salienta-se que para Fonseca (1999), o nascimento e desenvolvimento da caricatura se deu concomitante ao desenvolvimento da imprensa.

Riani (2002) buscou compreender e dar uma definição para o termo caricatura de forma mais específica, a partir do verbo italiano *caricare*, contudo, tal conceito a partir de *caricare* englobaria todas as categorias do humor gráfico (caricatura, charge, cartum e história em quadrinhos).

Diante de tal situação Riani (2002) propôs o conceito de caricatura como desenho humorístico que prioriza a distorção anatômica, geralmente com ênfase no rosto e/ou em

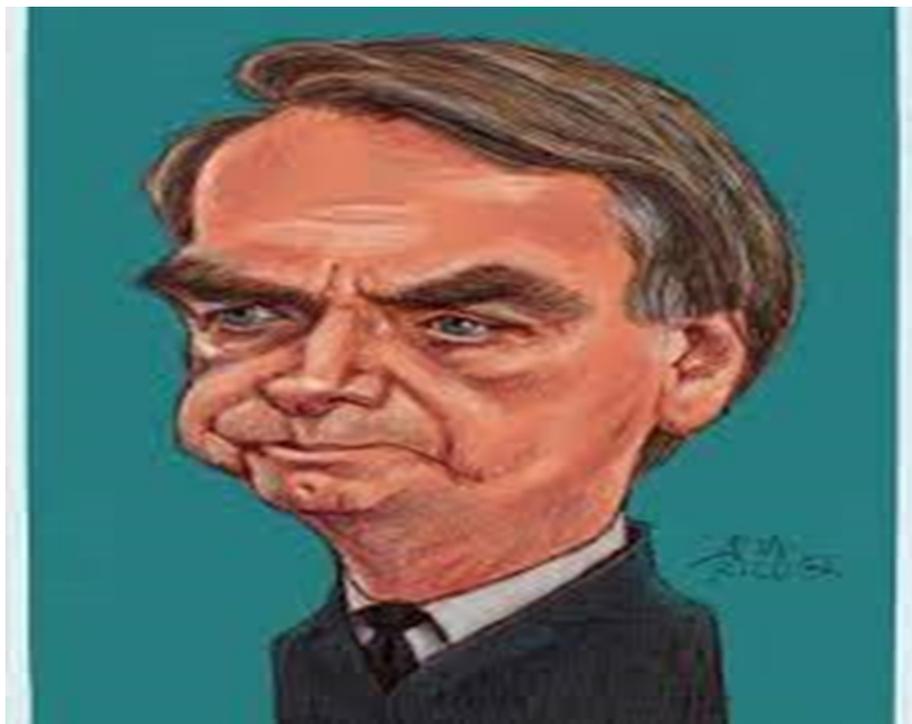
partes marcantes/diferenciadas do corpo do retratado, revelando também, implícita ou explicitamente, traços de sua personalidade. (Riani, 2002, p. 2008)

Nesse sentido, a caricatura seria o exagero proposital do rosto, revelando elementos ocultos. Diferentemente da charge e do cartum, que está sempre abordando a realidade, a caricatura se prende a um contexto temporal (atual ou passado), pois a caricatura não se liga a fatos ou acontecimentos específicos de um momento. (Gawryszewski, 2008)

Utilizando-se do conceito formulado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em que caricatura é qualquer desenho que acentue ou exagere, propositalmente, as características marcantes de um rosto. Importante dizer que a caricatura nem sempre é um desenho humorístico.

Para exemplificar o proposto aqui, tomemos a caricatura feita pelo caricaturista Amarildo, publicado em 29 de julho de 2019, em que o artista caricatura o rosto do presidente Bolsonaro, mas o fazendo sem qualquer crítica, apenas utilizando do exagero de partes anatômicas do rosto do presidente.

Figura 10 – Amarildo. Caricatura Jair Bolsonaro, 29 jul. 2019.



Fonte: <https://m.facebook.com/AmarildoCharges/photos/caricatura-jair-bolsonaro-2jairbolsonaro-bolsonaro-presidnte-brasil-psl-governo-/1156080181241691/>

Vemos que a caricatura, a partir do proposto por Riani (2002), possui em sua essência o aspecto humorístico, no entanto, este é ligado ao homem e visa destacar ou produzir suas deformidades anatômicas, podendo realçar, inclusive, aspectos de sua personalidade.

Bergson (183, p. 17), na obra *O Riso*, também atesta que o ato de caricaturar uma pessoa constitui em exagerar as expressões faciais de uma pessoa:

Discernimos sempre a indicação de um cacoete que se insinua, o esboço de uma possível careta, enfim, certa de formação em que se desenhe de preferência a natureza. A arte do caricaturista consiste em captar esse movimento às vezes imperceptível, e torná-lo visível a todos os olhos mediante ampliação dele. (Bergson, 183, p. 17)

Sucintamente, a definição de caricatura possui como concepção principal um desenho humorístico em que quem é retratado possui seus traços exagerados, “carregados”, expondo aspectos físicos que chamam a atenção.

2.2.4 Cartum

Segundo Arbach (2007), o termo cartum seria a forma aportuguesada do inglês *cartoon* (cartão) que, por seu turno, tem sua origem na palavra italiana *cartone* (pedaço grande de papel) o qual era aplicado nos moldes recortados e que, por sua vez, eram usados para transportar e marcar os desenhos nas obras artísticas de grande porte, como murais e tapeçarias.

Arbach (2007), afirma:

O cartum pode ser considerado a expressão gráfica de uma narrativa humorística. Se necessário, pode recorrer à legenda, podendo inserir elementos dos quadrinhos, como balões, onomatopeias e divisões de cenas. Sua ocorrência opera em cima de situações (Arbach, 2007, p. 204).

Observa-se que o cartum se afeiçoa como uma anedota gráfica, porém, sem a crítica ou o riso pelo riso. Ainda sobre cartum, Fonseca (1999), defende que:

A expressão, com o sentido que tem hoje, nasceu em 1841 nas páginas da revista inglesa *Punch*. O Príncipe Albert encomendou a seus artistas uma série de *cartoons* para os novos murais do Palácio de Westminster; os projetos dos artistas reais expostos foram alvo da crítica e da mordacidade do povo inglês, e a revista *Punch* resolveu publicar os seus próprios *cartoons*, parodiando a iniciativa da Corte. O nome pegou. (Fonseca, 1999, p. 12)

Para Arbach (2007) o cartum congrega ainda elementos da caricatura, pois proporciona que o ser humano seja visto sob o prisma do humor. Para este autor, cartum:

É uma anedota gráfica, uma crítica mordaz, que manifesta seu humor através do riso. Faz referências a fatos ou pessoas, sem o necessário vínculo com a realidade, representando uma situação criativa que penetra no domínio da invenção. Mantém-se, contudo, vinculado ao espírito do momento, incorporando eventualmente fatos ou personagens. (Arbach, 2007, p. 204)

O cartum possui diferenças para com a charge e caricatura, posto que os cartuns são atemporais e geralmente não fazem nenhuma referência a alguma personalidade ou fato do noticiário. Tanto a caricatura quanto a charge podem ser consideradas como um texto de humor universal. Há situações em que pessoas reais são retratadas nos cartuns, mas sua imagem evoca o simbolismo ligado à sua pessoa que é construído historicamente. (Silva, 2008)

Fazendo-se uso do conceito estabelecido pela própria *Folha de S. Paulo*, o cartum é um desenho humorístico, que pode servir de ilustração para algum texto. Sendo esse, um gênero em que o autor pode fazer “críticas de costumes”.

O conceito acima, de cartum como um desenho humorístico, pode servir de ilustração para algum texto, abrindo uma divergência quanto ao defendido por alguns estudiosos. Para outros estudiosos, a crítica aos costumes seria uma marca atribuída à *charge*.

O cartum não critica costumes ou políticos, podendo servir perfeitamente ao que é proposto pelo cartunista Junião, publicado em 30 de julho de 2018, no site “*Ponte.org*”:

Figura 11 – Junião. Cartum, 30 jul. 2018



Fonte: <https://ponte.org/usuario-e-foco-de-40-das-acoes-policiais-que-deveriam-combater-traffic-de-drogas/>

A figura acima faz referência ao ditado popular que atrás de peixe pequeno sempre vai ter um peixe maior querendo devorá-lo e que manda nele. Cabe notar que o chargista utilizou um jogo de informações que não dissocia a imagem do discurso utilizado no dito popular.

2.3 A charge e seus elementos verbais

Neste ponto há a necessidade de se evidenciar os componentes de uma charge, especificamente seus elementos verbais e visuais. Para tanto, Lima (2012), estabelece a divisão dos elementos composicionais de uma da charge, considerando o desdobramento da charge em três categorias diferentes, porém indissociáveis: a categoria dos elementos plásticos, visuais; dos elementos linguísticos, verbais; e a dos elementos extratextuais.

Todas dispõem de recursos expressivos próprios e a interrelação entre essas categorias é que torna possível a comicidade no gênero charge (Lima, 2012). Podemos melhor definir as três categorias composicionais como a divisão apresentada a seguir.

a. Elementos visuais

Para uma sociedade que tem pouco acesso ao conhecimento, a cultura de se comunicar através de uma linguagem visual, a charge se tornou um meio mais prático e mais rápido. No entanto, a imagem por si própria não produz conhecimento, mas, desperta uma série de reflexões de conteúdo específicos.

Segundo Lima (2021), é exatamente nesta categoria que há o reconhecimento dos sujeitos representados nos desenhos, seu cenário, seu tempo, quem fala e para quem fala, sobre a situação que se fala etc. Aqui é onde ocorre a primeira leitura, inicialmente superficial, mas considerada importante, pois em todas as oportunidades que um “leitor” de uma charge vislumbra uma imagem, ele entra em um complexo processo de criação de sentidos, reflexões e informações.

Ainda segundo Lima (2012), os personagens e a ambientação devem ser reconhecidos prontamente pelo leitor da charge, vez que o chargista passa a lançar mão de vários recursos para propiciar identificação e reconhecimento.

O reconhecimento do elemento acima, estabelece uma das fundamentações da leitura da charge. Para a construção de sentido, firma-se então, uma fusão entre os signos-objetos inseridos no enunciado.

b. Elementos verbais

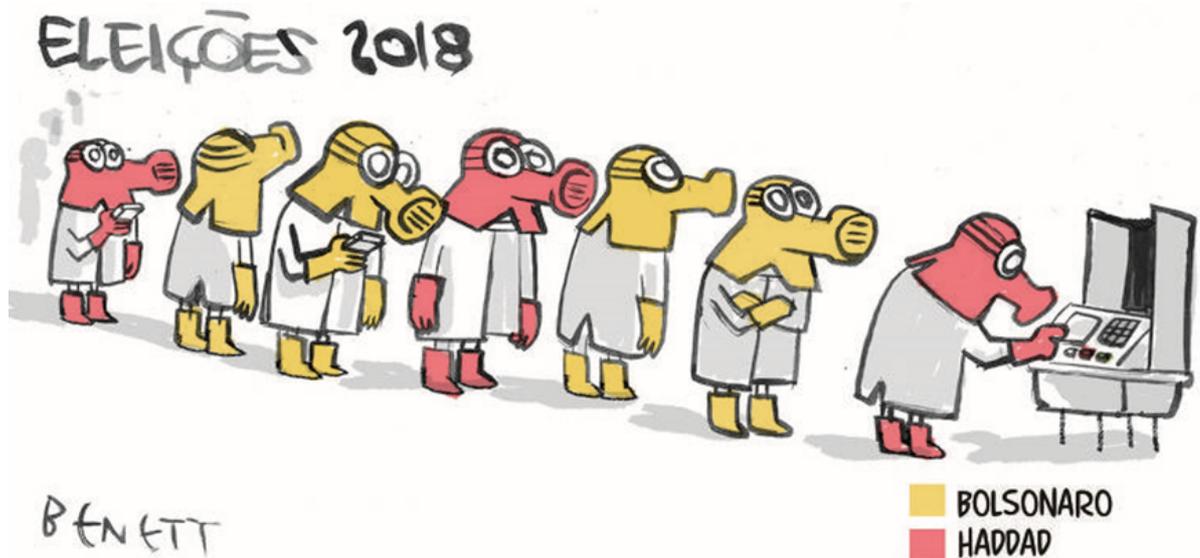
Embora não seja obrigatório o uso do elemento verbal em uma charge, o enunciado verbal estará intrinsecamente ligado ao enunciado pictórico, conforme Lima (2017):

Se as palavras não podem estar fora de um contexto que as dê sentido, não podem estar inseridas no que Bakhtin denomina de tema. Em muitos casos são os elementos verbais que se tornam a parte mais fundamental do cômico, graças a trocadilhos, a

formação de palavras novas a partir de outras já existentes, às movências entre sentido literal e metafórico etc. No entanto, as manipulações linguísticas estarão sempre ligadas ao elemento gráfico, não-verbal. O que acontece com qualquer palavra, acontece na charge: ela só adquire sentido dentro do contexto circundante, do contexto enunciativo. E esse contexto é representado pelas ilustrações e pelos enunciados linguísticos (Lima, 2017, p. 5).

Uma propriedade das charges que não se pode deixar de citar, é que os enunciados verbais aparecem sempre de modo conciso, sintético com várias ideias em frases curtas. Como discurso baseado exclusivamente em uma imagem, mas que sua prioridade é representar esse discurso de forma diferenciada, não existe a negação de que a charge não possa vir com um texto. Com o objetivo de melhor exemplificar o supramencionado, vejamos a charge publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 26 de outubro de 2018:

Figura 12 – Benett. Humor político, 25 out. 2018



Fonte: Disponível em: <https://angelorigon.com.br/2018/10/25/charge-1090/> Legenda: “Eleições 2018. Bolsonaro. Haddad”

Na figura acima, o artista apresenta a eleição, cristalizada no ato de votar, caracterizado como algo tóxico e perigoso, o que obriga os eleitores a se vestirem com roupas especiais para impedir contaminação. O texto verbal, muito conciso, aponta sem sombra de dúvidas diretamente para as eleições.

Ao realizar a análise na charge, tanto em caráter visual quanto textual, verifica-se os elementos supramencionados, e leva o leitor a compreender a informação proporcionada pela charge. Até mesmo o título a torna de fundamental importância e responsável pela compreensão completa do enunciado.

Os recursos discursivos são diversos podendo serem usados nas charges, porém, Lima (2017) aduz que, normalmente técnicas utilizadas em qualquer tipo de texto humorístico são as mesmas, sendo elas os diálogos entre textos e discursos (como as paródias), entre cruzamento de palavras, neologismos semânticos, ridicularização das personagens, ambiguidades, ironias, dentre inúmeros que poderíamos citar (Lima, 2017, p. 5).

2.4 Charge animada

Os meios de comunicação passaram a ocupar um papel central na sociedade hodierna, crescendo igualmente seu poder em reverberar ou rememorar discursos. Assim, contribuindo para a reprodução/transformação de práticas sociais. Pode se exemplificar, trazendo o próprio exercício do poder político, que tem sido cada vez mais impactado devido a mídia.

Temporalmente, com o fim da década de 1980 e a chegada dos anos de 1990, surgiu como um marco histórico, a internet, a qual mudou as relações entre a humanidade e seus veículos de mídia, que até então parecia dogmático.

Ainda na década de 1980, Tim Berners Lee, o inventor do WWW (*World Wide Web*), desenvolve um programa com a função de organizar os dados, de modo a serem “empacotados” e transmitidos entre vários computadores, sem perda da informação, facilitando a navegação, pois a interface gráfica era mais amigável e se baseava no princípio de que caberia ao usuário buscar as informações que desejasse na rede.

Com essa facilidade e a chegada da metade dos anos de 1990, a internet começou a influenciar a mídia jornalística de forma inevitável. Desta feita, o primeiro grande jornal que ofereceu serviços inteiramente online foi o *San Jose Mercury News*, o qual começou fornecendo gratuitamente resumos de notícias via *América Online*, sendo que a partir daí houve a inclusão total da edição impressa do jornal, mas um tempo depois, os editores do jornal passaram a cobrar o acesso ao seu conteúdo. (Manta, 1997)

Os jornais e veículos de mídia impressa no Brasil, em geral, ainda na década de 1990, buscaram seu espaço na rede de computadores, mesmo que de forma bastante rudimentar. (Barros, 2021)

O primeiro periódico a ingressar nessa mudança foi o *Jornal do Brasil*, ainda em 1995. Logo após, a *Net Estado*, do Grupo Estado, sendo que no ano de 1996 a *Folha de São Paulo* e *O Globo*, do Rio de Janeiro, também lançaram seus portais na internet.

Fazendo-se uso do conceito de web jornalismo, pensado por Pryor (2002), o qual busca dividir cronologicamente as fases de desenvolvimento do jornalismo online, poderíamos afirmar que os tradicionais meios de comunicação brasileiros chegaram à rede mundial de computadores na chamada “Segunda Onda”, que vai do ano de 1993 até o ano de 2001.

A partir dessa definição, a “Primeira Onda” se deu entre 1982 e 1992. E a Terceira, a partir de 2001, tendo como uma de suas principais características a relação do jornalismo com as plataformas móveis (*Twitter, Facebook, Youtube, Instagram*). Diante disso, conforme Gomez (2009):

A convergência tecnológica que atualmente multiplica as combinações de formatos, linguagens e estéticas, nas diversas telas, abre novos cenários e possibilidades que, por sua vez, contribuem para facilitar outros modos de interação comunicativa às suas audiências [...] as audiências vão deixando de ser apenas isso e vão se tornando usuárias, produtoras e emissoras, uma vez que a interatividade que as novas telas possibilitam ultrapassa a mera interação simbólica entre elas, para situar as audiências [...] como possíveis criadoras de seus próprio referentes e não apenas recreadoras simbólicas de significados ou interpretações dos referentes produzidos e emitidos por outros através dessas telas (Gomez, 2009, p. 183-184).

Nesse caminho, outros veículos também entraram na rede: *O Estado de Minas, Zero Hora, Diário de Pernambuco* e *Diário do Nordeste*. Entretanto, somente no ano de 1996, houve o lançamento do *Brasil Online*, primeiro jornal em tempo real, em língua portuguesa, da América Latina, conhecido hoje na rede como *Folha Online*.

Quatro anos após a *Folha Online*, o provedor de acesso à *Internet Grátis* (IG), colocou na rede o portal de notícia “*Último Segundo*”, um jornal digital produzido especialmente para a *Internet* brasileira. Observando-se que toda essa transformação pela qual passaram os jornais brasileiros, também ocorreu mudança na mesma medida a época das charges. (Silva; Sales, 2010)

O jornalismo *online* facilitou tanto o chargista como o usuário desse meio, possibilitando maior compreensão e dispondo de um espaço para algumas discussões desses fatos que são diariamente noticiados.

Assim, as tecnologias digitais potencializam o contato entre o jornalismo e o usuário, bem como a democracia em expressar-se sobre notícias sobre política, saúde e educação,

assuntos que porventura causam conflitos de interpretações, e que mais tiram opiniões alternativas deste usuário. É nesse ambiente que surge a charge animada.

Vasconcelos e Magalhães (2010) assim definem a charge animada:

A charge animada é um meio multimídia, pois agrega várias mídias em seu formato: áudio, imagem, animação e, às vezes, texto. Por ser “multimidiática” e está também inserida na web, encontramos nos elementos da narrativa uma forma viável para estudar as charges animadas. As narrativas possuem uma longa trajetória de atuação na sociedade. Com o advento da tecnologia, elas também se ampliaram para este campo com uma nova proposta de elementos das narrativas digitais. A simbiose entre os elementos da narrativa que propomos aqui para analisar as charges pode servir como base para futuros estudos sobre esse gênero, charge animada, que está em constante desenvolvimento (Vasconcelos; Magalhães, 2010, pp. 7-8).

Realizando uma referência aos estudos de Paiva (2007), com o surgimento das novas tecnologias, em especial a computadorizada, pode-se emergir diferentes formatos de produção, dentre elas, as narrativas multimodais ou multimídias. Do ponto de vista de Vasconcelos e Magalhães (2010):

As tecnologias possibilitam a incorporação de diferentes meios, contudo, elas mantêm a sua finalidade, ou seja, sua elaboração dos elementos básicos, como o tempo, o espaço, o narrador, a personagem e o enredo; estes são quase inalteráveis, mesmo havendo mudanças consoantes à mídia utilizada. (Vasconcelos; Magalhães, 2010, p. 5)

Ou seja, com o advento da tecnologia, ocorre a ampliação de uma nova proposta de elementos das narrativas digitais. Nos tempos midiáticos em que vivemos, onde a internet se faz presente em quase todo instante, artistas conceberam em unir som, legenda (às vezes é opcional), bem como sequências de imagens com animação e inserindo charge ‘tradicional’, e dessa equação surge a charge animada.

Figura 13 – Mauricio Ricardo. Charge animada: Bolsonaro e Feliciano cantando Lulu Santos



Fonte: <http://charges.uol.com.br/2013/03/22/jair-e-marco-cantam-toda-forma-de-amor/>

Uma característica bem evidente da charge animada é esta estar fora dos veículos impressos, sendo seu ambiente primordial a internet ou a TV. Costa (2007) aponta uma outra característica importante para a charge animada:

Proporcionar ao leitor e à leitora (‘internauta’/telespectador/a) as oportunidades de ouvir o(s) personagem(ns) (caricatura(s)) e vê-lo(s) em movimento têm sido algumas das razões de seu sucesso. O (tele) Jornal Nacional apresentava diariamente em sua programação (em 2005, por exemplo); é possível encontrá-la na *Internet*, nos sites: www.charges.com.br; www.supercharges.com.br; www.humortadela.com.br. (Costa, 2007, p. 49)

Costa (2007) afirma que, além de “charge animada”, é plausível ainda se reportar ao termo “charge eletrônica”, tal termo é apresentado no *Dicionário de Comunicação* de Rabaça e Barbosa (1998), ainda havendo a opção para o verbete “videocharge”, sendo conceituado como um cartum para televisão, com efeitos de animação, comumente produzido por meio de computador gráfico, ou através de técnicas tradicionais de desenho animado, *animated captions etc.* (Rabaça e Barbosa, 1998, p. 594).

O termo “charge animada” recentemente tem se tornado bem famoso em espaços virtuais da internet. Os termos “charge eletrônica” e “videocharge” foram preteridos neste trabalho, posto que a charge animada é mais abrangente, conectado tanto com a TV como com a *Internet*.

Para Costa (2007), a charge animada promove:

Análise por conta de suas características e pela multiplicidade de discursos que nela se entrecruzam (e a forma como os discursos estão presentes nos textos). Ela pode promover uma nova percepção dos temas e fatos que retrata até mesmo pelo uso do humor, abrindo espaço, inclusive, para uma percepção crítica. Se ela inova, avança ou mantém discursos é uma questão para se analisar em cada Charge animada (lembrando também do papel do(a) leitor(a)/receptor(a) no processo de interpretação (Costa, 2007, p. 50).

Sobre charge animada, é importante mencionar que esta traz à cena muitos dos principais assuntos/discursos veiculados pela grande mídia. Para Costa (2007), as charges animadas possuem a importante capacidade de reflexão das questões atinentes à estrutura social, conforme segue:

Representa um avanço na utilização de um meio de comunicação comum como forma diferenciada de expressão. Porém, mais significativo que essa constatação é refletir em uma questão de estrutura social e práticas sociais mais amplas. Como a mídia é um espaço de representação da sociedade, mas os meios de comunicação não representam toda a diversidade social, o exercício da democracia é prejudicado (Miguel, 2002). Seria necessária a abertura de espaço para diferentes vozes, um espaço plural. Essa ainda é uma questão a se discutir, pois diferentemente do que muitos pensam em relação ao suposto 'modelo democrático de comunicação' na Internet (anos atrás pensava-se que seria o rádio), a capacidade de resolução do problema não se extingue dessa forma. Uma questão simples é o número de 'excluídos digitais'. (Costa, 2007, p. 50)

Através da dinâmica das imagens, a charge animada cria o potencial de surpreender constantemente o receptor, à medida que se desenrola a sequência humorística. Segundo Brandão (2000, p. 26), ao comparar uma charge animada com outros gêneros, como artigos ou reportagens, fica evidente que as mesmas condições contextuais e em referência a um mesmo assunto, os discursos produzidos podem apresentar características distintas.

Uma característica que a charge eletrônica compartilha com a tradicional, conforme observado por Nair Gurgel (2003), é a habilidade do autor da charge de combinar elementos distintos. Isso envolve representar a autoridade e, ao mesmo tempo, desafiá-la, assim como expor o lado oposto da aparente seriedade da ordem estabelecida. Essa capacidade é um dos atributos que podem desencadear o riso.

Podemos citar como artistas que fazem uso da charge animada: Maurício Ricardo: Maurício Ricardo é conhecido por criar o "Charges.com.br", um dos primeiros sites de charges animadas no Brasil. Suas animações abordam uma variedade de temas, desde política até cultura pop, Amarildo de Souza, artista gráfico que se destacou na produção de charges animadas. Suas animações frequentemente abordam questões políticas e sociais do Brasil, Vitor Teixeira, que é conhecido por suas charges animadas que abordam temas atuais e questões políticas do Brasil e Cassio Leitão, chargista e cartunista que utiliza a animação para abordar temas variados, incluindo política, meio ambiente e cultura.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos no presente trabalho, optou-se por combinar a pesquisa bibliográfica e histórica, o que nos conduziu ao levantamento de questões pertinentes ao presente trabalho, assim, como naturalmente, nos ajudando a respondê-los, com um exame mais acurado do conteúdo coletado, focando-se na categorização por temas quando da apresentação e análise das charges, eis que este mostrou-se mais eficaz para os propósitos aqui mencionados. A interpretação do material coletado e categorizado foi feita reunindo a observação do *corpus* ao nosso levantamento histórico e bibliográfico. Assim, a investigação em evidência foi feita, buscando o equilíbrio entre o discurso implícito e explícito que de forma crítica ou humorística são construídos nas imagens vinculadas na *Folha de São de Paulo*.

Sobre a escolha do *corpus*, este se deu pela capacidade de circulação e influência do veículo comunicacional principalmente na atualidade, além de ser um dos veículos representativos no discurso jornalístico sendo um dos mais conhecidos nacionalmente.

Deste modo, tomamos, preferencialmente, como referência a técnica de pesquisa Análise de Conteúdo defendida por Bardin (1977), a qual se estrutura em três fases: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material, categorização ou codificação; 3) Tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Na primeira fase, organizamos a Análise de Conteúdo e o material da pesquisa em si, obtendo-se as ideias preliminares, a saber: a leitura flutuante; escolha dos documentos; reformulações de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores, as quais ofereceram a preparação do material como um todo.

Em ato contínuo, explorou-se o material coletado, notadamente as charges publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, referentes ao período eleitoral de 2018, fase de

categorização ou codificação das charges. Por fim, na última fase, se fez o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta específica etapa se destinou à procura de significação de mensagens das charges através ou junto da mensagem primordial. É neste momento que se procurou fazer a análise reflexiva e crítica.

Em seguimento ao desenho metodológico ora proposto, buscou-se combinar técnicas de coletas de informação, tais como levantamentos bibliográficos, em que se buscou, história, definição e características de charge, além do discurso e interpretação. Também se executou pesquisas no site da *Folha de S. Paulo*, com o objetivo de se coletar as charges relacionadas ao período, ora estudado.

3.1 A *Folha de São Paulo*

Até agora, este trabalho buscou apresentar o surgimento da charge na Europa, os primeiros passos da charge no Brasil, a definição e história da charge jornalística, as funções da charge, a diferença entre charge, cartum e caricatura, bem como os elementos verbais da charge e, por fim, a charge animada. Agora, levaremos nosso ponto-de-vista para a plataforma em que o objeto de nosso estudo são divulgados: o periódico *Folha de S. Paulo*.

O jornal *Folha de S. Paulo* é um dos mais importantes periódicos impressos jornalísticos do Brasil. Em suas páginas é possível encontrar, cotidianamente informações detalhadas que são acompanhadas por milhares de leitores. Indubitavelmente é um dos veículos de comunicação com grande peso no contexto brasileiro e não raramente faz parte do contexto histórico recente da nação, principalmente por conta da forte atuação que a imprensa comporta.

Como é sabido, os jornais impressos adotam o encargo de noticiar e comentar os fatos de cotidianos, quaisquer que sejam, de maneira detalhada, sempre fazendo conexão com os conceitos de informação. A *Folha de S. Paulo* não é diferente, inclusive, desenvolveu o bordão “Um jornal à serviço do Brasil”. Este lema foi criado em 1960 quando da fusão dos jornais *Folha da Tarde*, *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*. Segundo o site oficial da *Folha de S. Paulo*, o lema do jornal ocupa lugar privilegiado na primeira logo na página, vejamos:

Apresenta-se geralmente sob o logotipo da página primordial da *Folha*. Em locais distintos em que o logotipo é publicado (como nas colunas de editoriais, no topo), o bordão é empregado de três estrelas. Elas significam os três jornais que deram origem à *Folha*¹. (Folha, 2022)

Importante mencionar que o lema “a serviço do Brasil” cria uma perspectiva de qualidade patriótica, o qual garantiria ao jornal *Folha de S. Paulo* uma condição de intervir e influenciar no debate público realizado em meio à sociedade, conforme disposto por Barreto (2009). Essa qualidade patriótica, dado o contexto histórico da década de 1960 e nas décadas seguintes, acaba por dizer muito sobre o posicionamento político da *Folha de S. Paulo*, o qual na década de 1960 logo se alinhou aos militares e nas décadas pós democratização, ao espectro político da direita.

Apesar de seu histórico de apoio ao golpe de 1964, data que ficou marcada na história do Brasil, que por mais que não se fale muito, ainda está presente e são visíveis na nossa atualidade, a *Folha de S. Paulo* demonstra uma notável diversidade em sua abordagem editorial, o que a torna um dos veículos mais abertos quando comparada aos outros dois jornais de circulação nacional mais proeminentes, O Estado de São Paulo e O Globo. No que diz respeito à sua orientação ideológica, o jornal se define como liberal, tanto do ponto de vista político quanto do econômico:

Tanto no governo Lula quanto da Dilma, o jornal editorialmente reforçou e ampliou sua posição crítica, na medida em que, filosoficamente, o diário se define como liberal, tanto do ponto de vista político como econômico e, portanto, se localiza ideologicamente no polo oposto das políticas estatistas e nacional-desenvolvimentista empreendida nos últimos anos pelo PT. Nesse sentido, a Folha, por conta da sua pluralidade interna, pode ser localizada na margem mais próxima do centro do espectro político, que vai do centro a direita, mas certamente a sua posição mais precisa seria a de uma publicação liberal tanto no sentido político como no econômico. Assim, o jornal compartilha com seus dois outros concorrentes diretos, O Estado de São Paulo e O Globo, o campo centro direita, mas se distingue deles pela prática mais ampla e sistemática do pluralismo interno (Azevedo, 2016, p. 68).

Conforme observado por Azevedo, a Folha passou por uma série de transformações em seu posicionamento ideológico. Isso ocorreu após a falência dos primeiros proprietários, levando à venda do jornal em 1961 para os empresários "Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que, ao longo das duas décadas subsequentes, modernizaram-no (sendo o primeiro veículo offset da América Latina), expandiram sua circulação e aumentaram suas receitas publicitárias para competir pela liderança no segmento" (Azevedo, 2016, p. 65).

Nessa nova fase, o jornal passou por transformações significativas em sua posição política. Em um primeiro período, abrangendo os anos 1960 até meados dos anos 1970, "o

¹Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_projeto_f.htm#:~:text=O%20lema%20%22Um%20jornal%20a,da%20primeira%20p%C3%A1gina%20da%20Folha.

periódico adotou posturas políticas marcadas pela oposição às bandeiras de esquerda, como as reformas de base e o governo de João Goulart, o apoio ao golpe de 1964 e a defesa enfática e explícita do regime autoritário" (Azevedo, 2016, p. 66). O segundo período teve início a partir de 1976:

Marcado pela abertura política, em que a luta pela anistia e pela redemocratização começa a ganhar impulso no país e o coração e as mentes da classe média. Reposicionado editorialmente, o jornal cresceu nos segmentos da sociedade mais jovem e de classe média e apoiou a luta pela anistia, pela constituinte e pelas eleições diretas, fazendo coberturas extensas de episódios políticos críticos para o regime militar, como a morte de Wladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, a invasão da PUC e as greves do ABC paulista lideradas por Lula. Mas, o grande momento do jornal neste período foi, sem dúvida, durante a campanha das "Diretas, Já", que recebeu apoio incondicional da publicação e tornou o diário líder de circulação e audiência no mercado, ultrapassando seu principal concorrente local, O Estado de S. Paulo (Azevedo, 2016, p. 67).

Importante mencionar que a *Folha de S. Paulo* firmou um discurso extremamente crítico para com o candidato Fernando Haddad e seu partido, o Partido dos Trabalhadores – PT. Para demonstrar objetivamente o referido, importa destacar a coluna escrita por Demétrio Magnoli, de 15 de setembro de 2018, publicada na página A6 com o título "Tempo circular", e subintitulada "O lulismo tardio é um caudilhismo singular, com traços milenaristas", o autor abordou a carta publicada por Lula no site do PT. Essa carta foi divulgada após uma decisão judicial que resultou na prisão do ex-presidente Lula, enquanto ele buscava transferir seus votos para o candidato presidencial do PT, Fernando Haddad.

Após realizar uma análise detalhada da carta, o mencionado articulista relacionou o conteúdo da carta à ideia de caudilhismo peronista. Consultando o dicionário Aurélio, a palavra "caudilho" é definida como "1. Chefe militar. 2. Mandachuva. 3. Cabecilha." Em outras palavras, o PT seria um partido com características autoritárias. Vejamos:

Tudo que lhe peço, querido amigo, é que cuide com muito carinho das pessoas, como eu gostaria de estar cuidando". Abaixo da gosma paternalista, repousa a mensagem que, de fato, importa. Haddad deve mimetizar Lula – ou, melhor ainda, ser Lula. Jamais, na nossa história política, nem mesmo no caso de Dilma, a personalidade de um candidato foi plenamente anulada. O paralelo possível, muito imperfeito, é com o peronista Héctor Cámpora. Indicado por Perón como seu "delegado pessoal" para representá-lo nas eleições de março de 1973. Cámpora presidiu a Argentina por escassos meses, até renunciar em julho, propiciando novas eleições e o retorno do caudilho ao poder (Magnoli, Demétrio. Tempo circular. Folha de S. Paulo, São Paulo, n. 32.672, 15 set. 2018. Poder, A6)

Portanto, há uma evidente participação da *Folha de S. Paulo* na amplificação das pautas antipetistas, mesmo de forma sutil, como na promoção de políticas de orientação liberal e conservadora em detrimento das abordagens nacional-desenvolvimentistas, estatistas

e social-democratas, identificando o PT como um partido corrupto, com ênfase no período do governo do partido, ou seja, entre 2002 e 2014.

O que podemos observar, em relação a isso, é que durante as eleições de 2018, as colunas se apropriaram de todos esses conceitos já utilizados anteriormente contra Getúlio Vargas e João Goulart, mas de maneira indiscriminada. Ou seja, não houve mais uma divisão entre momentos em que o PT era caracterizado, em certo período, como mais radical e populista, e em outro, como corrupto. Em vez disso, essas representações foram agrupadas em uma única coluna, enfatizando a abordagem negativa em relação ao partido.

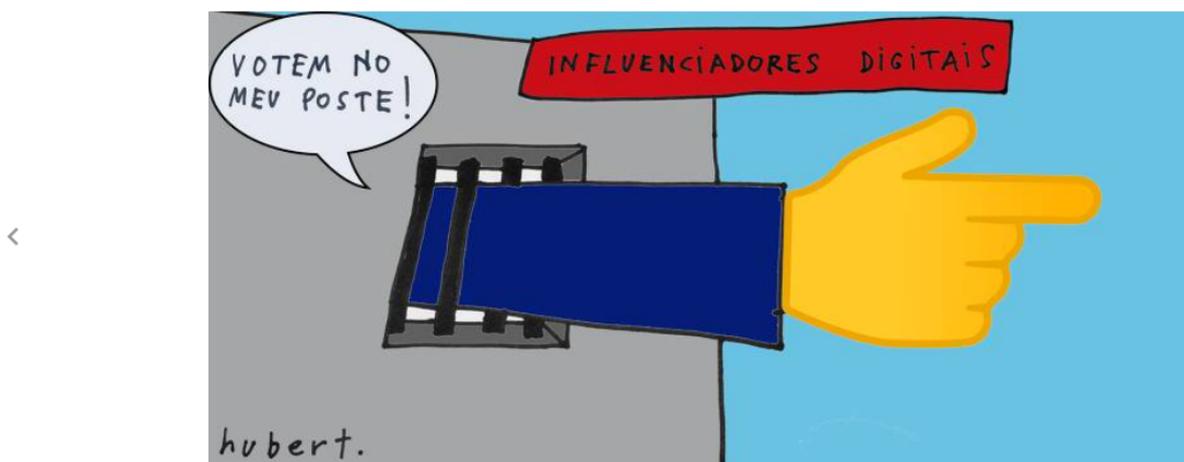
As duas charges abaixo, dos chargistas Renato Machado e Hubert, respectivamente, as quais foram publicadas durante a campanha eleitoral de 2018, materializaram o descrito o acima:

Figura 14



Charge publicada no sábado, 18 de agosto de 2018 Renato Machado

Figura 15



Charge publicada nesta quarta-feira, 19 de setembro de 2018 Hubert

A primeira charge enfatiza a prisão do principal líder do PT, Lula da Silva, simbolizado pela estrela vermelha, símbolo clássico associado ao Partido dos Trabalhadores. A cor vermelha tem uma longa tradição como símbolo do socialismo e da esquerda política.

A imagem da estrela acorrentada é um símbolo de restrição e aprisionamento. A corrente sugere uma perda de liberdade e movimento, indicando que o partido ou seus membros estão sendo de alguma forma limitados, evidenciado pela legenda "**Presidiários**". A legenda "presidiários" atribui ao PT a conotação de criminosos ou prisioneiros, sugerindo que o partido ou seus membros cometeram crimes e merecem punição, como prisão.

Dessa forma, a imagem levanta questões sobre justiça e punição. Ela sugere a ideia de que o partido ou seus membros devem ser punidos por suas ações, sejam elas quais forem. No âmbito da representação política e como os partidos políticos são percebidos pelos cidadãos, a charge sugere a imagem que o público deve ter do PT e de seus candidatos.

Desse modo, a charge é uma dura crítica ao PT e suas ações, refletindo uma ideologia política contrária à do partido. Em resumo, a imagem da estrela vermelha acorrentada com a legenda "presidiários" é altamente carregada de significado. Ela se relaciona a questões de justiça, representação política e ideologia, e sua análise é influenciada pelo contexto político e eleitoral do Brasil no ano de 2018.

A segunda charge, em uma certa medida complementa a primeira, embora estejam separadas por um mês de diferença, posto que o braço saindo da janela de um presídio é uma metáfora visual que sugere que Lula está controlando a situação política mesmo de dentro da prisão. Essa representação pode ser vista como uma tentativa de retratar Lula como um manipulador oculto.

Isso é enfatizado pelo balão com o texto "**Vote no Poste**". A mencionada legenda " é uma referência pejorativa ao candidato Fernando Haddad, apontando para a ideia de que ele é apenas uma marionete nas mãos de Lula, sem autonomia ou liderança própria. Isso implica que os eleitores não devem considerar Haddad como um candidato sério, mas sim como um "poste" sem poder real.

A charge em análise levanta questões sobre poder, liderança e representação política. A charge sugere uma narrativa em que o poder de Lula não está limitado pela prisão, mas continua a influenciar a política. Isso nos leva a considerar a filosofia política relacionada ao poder, sua natureza e alcance. Ademais, a representação de Haddad como um "poste" questiona a ideia de liderança na política. Como os candidatos são percebidos pelos eleitores?

Eles são considerados líderes independentes ou meros representantes de outras figuras políticas?

Fazendo-se uma análise ideológica da imagem, podemos inferir a charge pode ser vista como uma crítica contundente à influência de Lula na política brasileira. Reflete a ideologia daqueles que acreditam que Haddad é apenas um "poste" sem liderança real.

Finalizamos esse tópico com o exposto por Fernandes (2022, p. 161) sobre como a *Folha de S. Paulo*, através de vários colunistas, mostrou aos seus leitores sua visão sobre o candidato Fernando Haddad nas eleições de 2018:

Percebemos, no recorte temporal realizado por essa narrativa, que o ano de 2018 é caracterizado, a partir das representações desses jornalistas, enquanto um ano em que a *Folha* veiculou sistematicamente matérias negativas contra o PT através dos conceitos de patrimonialismo – onde o brasileiro seria corrupto por natureza, mas não o grande empresário –, o de populismo – que diz que as massas são cognitivamente inferiores e, portanto, fáceis de serem manipuladas – e enquanto um partido autoritário. (FERNANDES, 2022, p. 161)

O site oficial da *Folha de S. Paulo* traz uma assertiva importante sobre o objetivo do impresso jornalístico como “um órgão formador de opinião” (*Folha*). Além de formador de opinião, é objetivo da *Folha de S. Paulo* intervir no debate público, mudando convicções e hábitos, a partir de fatos e da verdade. Esses seriam a mola propulsora que move as convicções do jornal *Folha de S. Paulo*.

A análise da importância da *Folha de S. Paulo* no contexto comunicacional e político-social é capital para a compreensão de como esse órgão de comunicação conseguiu assumir um papel de quase hegemonia no campo comunicacional. Barreto (2009), ao tratar sobre o tema da importância da *Folha de S. Paulo* na área da comunicação diz que:

Os grandes órgãos de informação incluem-se nesse processo como um todo, facilitam a univocidade discursiva dos grupos dominantes e contribuem para o dissimular dessa mesma dominação. Essa é uma das principais funções da mídia no trabalho político da tessitura hegemônica. O crescimento empresarial e de prestígio, como veremos, são a prova de que a estratégia da *FOLHA* de ação junto ao público, pelo menos junto a um determinado segmento, aqui encarado como aquele nicho de mercado para o qual o jornal se volta, deu certo. Ao organizar-se encaminhou processo, ação ampla e profunda, quando deu andamento ao Projeto *Folha*. (Barreto, 2009, p. 42)

A *Folha* chegou à fase presente como um poderoso e influente ator político-econômico. No documento interno intitulado “Jornal ascende e torna-se um grupo de mídia”, comemorando-se os seus 80 anos: “Aqui, era tinta e papel. Especificamente 26 milhões de toneladas de tinta e 2 milhões de toneladas de papel [...]. Poderia envolver a Terra 11 vezes de

tanto jornal, firmar uma marca e alcançar um faturamento de R\$ 1 bilhão” (PATURY, 2008). A mentalidade monopolista antecipava a ação comunicacional a ser implementada a partir da expansão empresarial: “Neste momento, é outro negócio, a *Folha* não acha e não quer que pode ser unicamente um periódico. A adversidade é a transformação da empresa [...] em um grupo de comunicação, faz jornal também.” (PATURY, 2008)

Um fato que chamou a atenção do estudo da história da *Folha de S. Paulo*, foi que ela própria apresenta seu relato histórico sobre sua fundação em seu site oficial. Nesse sentido é importante fazer alusão a Henry (1994), quando este afirma que não há evento histórico que não faça sentido, que não exija interpretação e que não demande interpretação para que se possibilite compreender o sentido da própria história contada. No mesmo caminho trilhado por Henry vão, mesmo em momentos históricos distintos, Fausto (1995), Freitas (1999), Lins da Silva (1987; 2005), Mota e Capelato (1981).

Por fim, segundo o próprio site da *Folha de S. Paulo*², a sua história é resumida desta forma:

Segundo relatos, a história da *Folha* se inicia em 1921, com a constituição do periódico "*Folha da Noite*". Em 1925, no mês de julho, surge o periódico "*Folha da Manhã*", edição da manhã do "*Folha da Noite*". O "*Folha da Tarde*" é criada após 24 anos. No ano de 1960, em 1º de janeiro, os três títulos da empresa se unem e é criado o periódico *Folha de S. Paulo*. (Folha, 2022)

Concisamente, ao adentrar na história da *Folha de S. Paulo* faremos uso do pensamento de Freitas (1999), o qual divide a história do referido periódico em quatro fases: a primeira fase começa no ano de 1921 e finda no ano de 1930, período este assinalado pelo autor por uma falta de planejamento editorial definida. A segunda etapa inicia no ano de 1931 e finda no ano de 1945, sendo que nesse período começa, segundo Freitas, a consolidação empresarial da *Folha de S. Paulo*. A terceira fase inicia-se no ano de 1945 e finda no ano de 1962, quadra esta que, segundo Freitas, aponta o fortalecimento da estrutura organizacional e financeira da empresa. Ao final, Freitas aponta que a partir de 1962 até a presente data, inicia-se o período em que a *Folha de S. Paulo* se transforma em um dos periódicos brasileiros com maior circulação.

Com essa exposição, torna-se evidente a profundidade que o campo jornalístico alcança na esfera social, uma tese fundamental para a argumentação central deste estudo, que investiga as maneiras pelas quais os colunistas da *Folha de S. Paulo*, Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli, manifestam seu antipetismo no referido periódico. Utilizando conceitos

² Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm.

pertinentes do contexto acadêmico, como patrimonialismo e populismo, que, como destacado por Souza (2017; 2020), também são de certa forma priorizados por instituições (também influenciadas pelas elites econômicas, das quais a grande imprensa faz parte) que amplificam certas ideias e conceitos. Essa amplificação ocorre em consonância com a afinidade dessas ideias e conceitos com a orientação ideológica dessas instituições (Souza, 2017). Continuando com a análise da *Folha de S. Paulo*:

A Folha de S. Paulo se enquadra na categoria de jornais de opinião, fonte de credibilidade na informação política. Além disso, o veículo goza de considerável penetração, uma vez que, de acordo com dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), a Folha, líder entre os jornais do país, teve uma circulação média de 361.231 exemplares nos quatro primeiros meses do ano de 2015, o que configura uma alta de 6,4% na comparação com 2014 (Velooso; Vasconcelos; Cardoso, 2017, p. 35).

Ademais, “a imprensa escrita pauta grande parte das questões políticas e as outras mídias repercutem, ampliam e disseminam os temas em debate, realimentando o fluxo de informação” (Azevedo, 2018, p. 272). Isso significa que ao defender as políticas de enfraquecimento das instituições públicas implementadas por Temer, uma agenda é promovida, que naturalmente favorece os princípios liberais, criando o contexto ideal para o surgimento de um candidato que abrace esses princípios liberais.

3.1.1 O nascimento da *Folha de S. Paulo*

Como dito acima, para a concretização da pesquisa sobre a história da *F. de São Paulo*, faremos consulta ao site https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm, passemos a relatar os fatos ocorrido na primeira fase, que conforme Freitas (1999) começa no ano de 1921 e finda no ano de 1930. Segundo relato no site acima, em 1921, no dia 19 de fevereiro, o então chamado “jornal Folha da Noite, uma das bases do que viria a ser a *F de S. Paulo*, foi inaugurado pelos sócios Olival Costa e Pedro Cunha.

Inicialmente, conforme Mota e Capelato (1981), o objetivo era lançar um jornal vespertino, e que não concorresse com outros periódicos que circulavam no período matutino, tendo como público-alvo leitores da classe média urbana e em especial, os funcionários públicos e o segmento do pequeno comércio. Nesse período o *Folha da Noite* buscava mostrar uma visão essencialmente de cunho urbanístico e que diferenciava das ideias predominantes na época, que orbitavam os ideais da oligarquia agrária que detinha os

governantes do país. A *Folha da Noite*, no contexto histórico dos anos de 1921 e 1930, segundo Lopes (2012):

Lançou campanhas pelo voto secreto, forneceu suporte ao Partido Democrático e ao tenentismo e que nessa época, a Redação era localizada no segundo andar de um prédio na cidade de São Paulo, em uma sala, à rua São Bento, 66-A, e a impressão era realizada nas oficinas de *O Estado de S. Paulo*, à Rua 25 de março. (LOPES, 2012)

Desta feita, utilizando as informações retiradas do site da Fundação Getúlio Vargas e reiterando a linha histórica traçada por Freitas (1999), a *Folha de S. Paulo* foi antecedida por outros três jornais, os quais foram lançados entre os anos de 1921 e 1925, jornais estes que pertenciam à *Folha da Manhã S.A.*, os jornais em questão eram chamados de *Folha da Tarde*, *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*.

Com as crises políticas do Brasil no início do século XX, a *Folha da Noite* teve sua circulação proibida o que obrigou o lançamento da *Folha da Tarde*, com o fim de driblar a censura imposta. Uma possível razão da ocorrência da censura governamental foi que o *Folha da Noite* adotou uma linha editorial que possuía discreta simpatia pelo levante do Rio de Janeiro em 1922, e pela revolta de 1924, bem como por Júlio Prestes e sua candidatura à presidência da República no ano de 1930.

Com a erupção da Revolução de 1930, um movimento de âmbito nacional, o qual dispôs com a oposição das “folhas”, vez que no referido momento se uniram à oligarquia paulista, arrogando-se posição oposta aos revolucionários.

Nesse período, a concepção dos jornais que antecederam a *Folha de S. Paulo* era de que “temática social é um caso de polícia”, ou da proteção da necessidade de os governantes retornarem suas atenções para a temática social. Além desses aspectos, os jornais que antecederam a *Folha de S. Paulo* nunca se furtaram em demonstrar seu posicionamento político, conforme demonstra a Fundação Getúlio Vargas:

Intensamente anti-oligárquicas, contrárias ao PRP — compreendido como um “princípio das minorias absolutas sem controle algum e como um regime político oligárquico” (*FM*, 26/10/1926) —, visando a eleição de Washington Luís como a chance de uma nova etapa, dando suporte ao Partido Democrático (PD) então em crescimento, a *Folha da Noite* e a *Folha da Manhã* quase não se dedicavam aos temas da área econômica. Quando realizavam análises aos referidos temas, porém, sendo politicamente liberais para a conjuntura da época, buscando coerência para a proteção de uma política econômica liberal, assumindo uma posição, portanto, oposta ao intervencionismo do governo tendo como sentido, a preservação dos interesses da oligarquia cafeeira, e divergindo do protecionismo alfandegário em proteção da indústria nacional. (FGV)

Outro aspecto defendido pelas “*Folhas*” nesse período era a defesa do voto secreto, dispondo que “as eleições são fraudulentas; portanto, a necessidade do voto secreto”. No ano de 1931 o empresário Otaviano Alves de Lima, oriundo de uma família tradicional paulista, comprou a empresa. Segundo o site da FGV:

O novo grupo dirigente realizou a impressão de uma nova linha editorial, bastante diversa de sua antecessora. Os jornais retornaram sua atenção para o âmbito rural, buscando dirigir-se aos agricultores, ou como denominavam, os “lavradores da cidade de São Paulo”. Bastando afirmar que em diversas de suas edições a divulgação das assinaturas era realizado considerando a probabilidade de pagamento em espécie, ou seja, em café. (FGV)

O fato acima é amplamente corroborado pelo site oficial da *Folha de S. Paulo*, no mês de janeiro de 1931, o jornal *Folha da Noite* foi vendido para Octaviano Alves Lima, produtor de café paulista, sendo que nessa fase passou a priorizar a defesa dos interesses dos cafeicultores paulistas, assim como o liberalismo, bem como se opondo ao Estado Novo implantado por Getúlio Vargas. No ano de 1932 os “*Folhas*” começaram a marcar posição clara como contrários a Getúlio e à revolução de 1930, dada a falta de programas do governo.

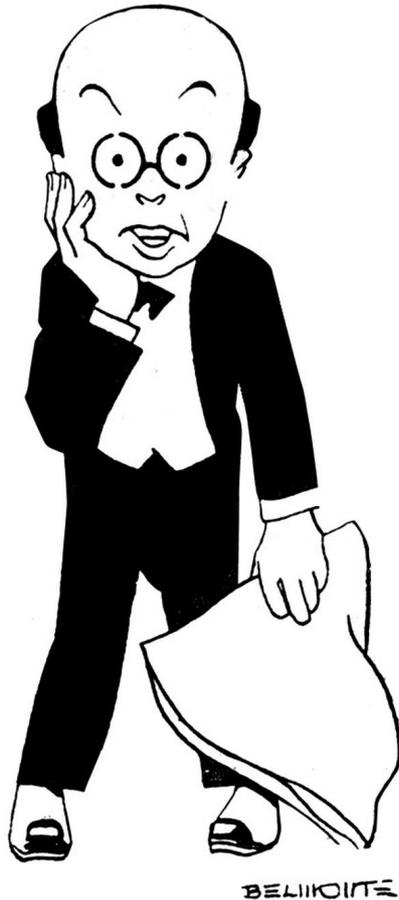
A firma de parlamentarismo em governo, por relevância das elites, o que melhor escolhe os valores humanos, é o aplicável às inclinações liberais do Brasil, conciliando-se com as nossas tradições. Retornando as suas práticas é que nos deparamos com fatores deliciosos de progresso social e político. (FM, 29/8/1933)

Fausto (1995), considera a tomada desse posicionamento em razão de Vargas ter determinado a destruição do café brasileiro que se encontrava estocado, visando controlar a produção cafeeira. Segundo Fausto (1995), nessa mesma época, a *Folha da Noite* passou de uma tiragem diária de 15 mil até 80 mil exemplares, possivelmente em razão da forte industrialização de São Paulo. Sobre a linha editorial do jornal *Folha da tarde*, a Fundação Getúlio Vargas afirma sobre isso que era intenção:

Realizar a impressão de um periódico de caráter muito mais informativo do que de ponto de vista, sem obstar na oportunidade do exercício da crítica. O que o grupo de redatores evitava, era realizar a impressão ao jornal uma linha editorial rígida, que faria a implantação da perda de uma esfera maior de manobra em decorrer dos acontecimentos sobre os quais o jornal deveria “informar” e poderia “apresentar sua perspectiva”. Não obstante, pode-se dispor que a *Folha da Noite* foi criada como um jornal direcionado ao leitor urbano paulista, por conseguinte com fortes traços antioligárquicos. (FGV)

Um dos elementos que fez com que a *Folha da Tarde* ganhasse uma grande importância foi através da utilização do humor gráfico, principalmente através da criação do artista Belmonte, “o Juca Pato”³, que facilmente burlava a censura da República Velha.

Figura 16 - Belmonte. *Juca Pato*, 1921.



Em que pese inicialmente “*As Folhas*” paulistas não tivessem origens na oligarquia e muito menos no campo operário, houve uma mudança essencial com os acontecimentos de 1930. Também, importante dizer que as “*folhas*” marcaram posição pró agricultores, em especial os produtores de café, pois que neste momento, o grande fundamento da economia do Brasil era o café, e, logo, este seria o produto com privilégio em qualquer medida econômica.

Com a chegada da década de 40, a linha editorial das *folhas* mudou, defendendo que as últimas razões dos males econômicos do país seriam buscadas na política do Estado, intervencionista em desfavor da liberdade econômica e expressa principalmente no protecionismo cambial.

Racionalizemos a nossa agricultura e a nossa indústria. Transformemos as nossas possibilidades em realidade, explorando tecnicamente as riquezas naturais de que nos ufanamos e nada rendem. Teçamos uma rede de transportes que ponham em comunicação rápida e barata os centros de produção e os mercados de consumo. Organizemos o crédito, a produção, as trocas, tendo em vista o comércio internacional e, sobretudo, o comércio interestadual. (*FM*, 8/4/1941)

³ Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/belmonte.htm>

Durante o período da chamada democracia populista, a linha editorial “*das folhas*” passou a defender o argumento que a prosperidade econômica levaria à paz social. Diante dessa nova linha editorial os jornais passaram a defender a contribuição operária nos lucros das empresas e a necessidade de implantação de políticas sociais que criariam um maior bem-estar social.

Por outro lado, as folhas eram opostas à interferência política dentro do sindicato por medo de que os sindicatos se politizassem e se tornassem efetivamente como canais de mobilização dos trabalhadores, em especial os sindicatos do meio rural, pois segundo os jornais Folhas “o ambiente rural se torna mais fácil de ser trabalhado por tais elementos (agitadores profissionais), pois o nível de cultura é baixo” (FM, 8/11/1956).

Outro elemento que recebeu oposição editorial dos jornais *Folhas* foi o direito à greve, tendo em vista que, “o fato simplista de haver greves é uma exibição de impatriotismo em relação aos que a instigam e a fazem” (FM, 3/9/1954). Uma posição que até hoje é acalentada pelo *Folha de S. Paulo* foi o modelo de desenvolvimento econômico, o qual deveria ser relacionado ao capital estrangeiro e admitir a tecnologia mais atual.

Segundo o site da *Folha de S. Paulo*, 15 anos depois da compra da *Folha da Noite*, o jornal passou para o controle acionário do advogado José Nabantino Ramos, havendo nesse período um incremento tecnológico no parque gráfico. Além desse incremento, o acionista majoritário José Nabantino procurou adotar uma política redacional de imparcialidade além de, segundo Moraes Neto, adotar uma linha de produção fordista, haja vista ter unificado instalações da impressão, redação, administração, publicidade e composição. Nabantino, segundo as informações do Grupo, teria garantido a adoção da imparcialidade como política redacional e, ano a ano, até o ano de 1953.

Continuando a linha histórica construída por Freitas (1999), no ano de 1949, foi criado o jornal *Folha da Tarde*, sendo que na data de 1º de janeiro de 1960, os jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* formaram a o jornal *Folha de S. Paulo*. Essa criação do jornal, segundo Lopes (2012) essa fusão:

Parece-me que essa integração entre os títulos ocorre, em grande parte, pela necessidade de criação de um jornal ‘mais completo’, capaz de competir com os sentidos de imediatismo e completude das informações apresentadas pela televisão, recém-inserida na sociedade brasileira. (Lopes, 2012)

Com início da década de 1960 o Brasil e o mundo, assistiram profundas mudanças e em meio a isso, mudou-se o nome para *Folha de S. Paulo*. A linha editorial a partir de então

tornou-se francamente contrário ao presidente João Goulart e favorável claramente ao golpe militar que ocorreu em 1964.

Com a chegada do ano de 1962, o advogado e então acionista majoritário José Nabantino sai da direção da *Folha de S. Paulo* e quem assume são os empresários Carlos Caldeira Filho e Octavio Frias de Oliveira, os quais passam a assumir o controle acionário da aludida empresa, encontrando a empresa, segundo Lopes, em sérias dificuldades financeiras. Ante os acontecimentos do golpe militar de 1964, o jornal se definiu como “liberal e democrático”, reafirmando a convicção de que o papel da imprensa é fundamentalmente o de formar a opinião pública.

No ano de 1974, já com a empresa saída da crise encontrada no ano de 1962, o empresário Octavio Frias, em um período pré-golpe militar, busca dar à linha editorial da *Folha de S. Paulo* uma linha mais aberta, buscando publicar notícias sobre os problemas das desigualdades sociais e tentando mostrar a ideia de manter o jornal independente.

Com a morte do outro acionista majoritário, Carlos Caldeira Filho, no início dos anos 1980, Octavio Frias passa a ser o acionista majoritário, preparando durante toda a década de 1980 o seu filho, também chamado de Octavio Frias, que a partir de 1984 passar a ser editor-chefe da *Folha de S. Paulo*, só deixando o comando editorial do jornal em 2018, quando do seu falecimento. Durante o período de direção de Octavio Frias Filho, segundo o próprio site da *Folha de S. Paulo*, foi estabelecido “Projeto Editorial, que defende um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. No mesmo ano, a Folha implanta o “*Manual da Redação*”, editado em livro”.

Segundo Freitas (1999), ainda durante a direção de Octavio Frias Filho, houve acentuado ritmo de crescimento ao jornal, principalmente por ações que levaram à diversificação midiática.

3.2 A *Folha de S. Paulo* e sua migração do papel para o digital

Antes de ingressar propriamente dito na migração do jornal impresso para a versão digital da *Folha de S. Paulo*, necessário se faz que se faça um breve relato sobre o histórico dos jornais impressos e no caso do Brasil, mais especificamente, sobre o surgimento do *Jornal do Brasil (JB)*, posto que este periódico foi o primeiro a migrar da versão impressa para a digital, sendo que no caso do *JB*, essa migração se deu de maneira total, sem possuir mais edição em papel.

Dito o acima, não é uma prática moderna a circulação de informações nas sociedades humanas, ao contrário, essa prática é notada desde o estabelecimento das sociedades mais antigas, porém, a circulação de informações vem a se consolidar de fato a partir do século XV, principalmente com a invenção da imprensa de tipos móveis, historicamente atribuída ao ourives alemão Johannes Gutemberg. Em que pese a invenção de Gutemberg, o primeiro jornal impresso só veio a surgir dois séculos depois da invenção da imprensa de tipos moveis, mais especificamente no período da Revolução Industrial, com periódicos voltados ao público urbano, conforme Mannarino (2000). No caso do Brasil, a chegada da imprensa ocorreu no ano de 1808, se dando em razão da família Real Portuguesa chegar à então colônia do Brasil, em razão das guerras napoleônicas que ocorriam no Velho Continente.

A firmação dos jornais impressos no Brasil foi balizada pelo surgimento e desaparecimento de vários periódicos, alguns, inclusive, já mencionados neste trabalho, contudo, com a transição de regime no Brasil, da Monarquia para a República, e com o início do desenvolvimento industrial brasileiro, houve um favorecimento à modernização dos jornais impressos. Sobre essa afirmação, Spannenberg e Barros (2016)⁴ discorrem:

O jornalismo passou a ser uma iniciativa empresarial de grande porte que, para sobrevivência mercadológica, exigia altos investimentos. O caráter opinativo, cultivado desde o surgimento para fidelização política e ideológica do leitor começou a ceder lugar ao viés informativo que é cultivado ainda hoje. (Spannenberg e Barros, 2016)

Diante do contexto acima elencado é que no ano de 1891 surgiu o *Jornal do Brasil (JB)*, inicialmente com viés monarquista, contudo, com a mudança de regime para a República, o JB, para continuar sobrevivendo, deixou de ser monarquista e passa a ser republicano. Sodré (1999) defende que desde o seu início, o *JB* começa a ocupar um lugar de destaque na imprensa, com publica o de críticas literárias e resenhas semanalmente. Esse mesmo posicionamento é defendido por Barros (2013):

No fim do século XIX, o *Jornal do Brasil* instala oficinas de fotografia e galvanoplastia e, em 1900, volta a contar com a colabora o de Rui Barbosa como redator de notas. Nesse ano, relata Sodré (1999), surge a *Revista da Semana*, como suplemento ilustrado do jornal e, em 2 de abril, inaugura-se a edi o vespertina do *JB*, que passa a ser o primeiro jornal brasileiro a ter duas edi es. O avanço nas tecnologias aumenta a tiragem para 50 mil exemplares. (Barros, 2013, p. 29)

Necessário agora fazer um corte temporal, eis que do contrário esse t pico ficaria excessivamente longo e desnecessário. Desse modo, rumaremos para a década de 1990, pois foi nessa década que a rede mundial de computadores (internet) começa a se espalhar e se

⁴ Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p230>

popularizar em cadeia mundial, esse evento acarretou grande mudança sobre o sistema de comunicação e isso em escala global. Nessa conjuntura de mudança global, Barbosa (2002) afirma que o primeiro veículo de comunicação a lançar uma edição completamente no formato digital foi o *The Chicago Tribune*, através do provedor de internet norte-americano *America Online – AOL*, no ano de 1992. Outros periódicos que são apontados como pioneiros da migração do jornal impresso para o digital foi o *San Jose Mercury Center* e do espanhol *Diário Expo 92* (BARBOSA, 2002; SOUSA, 2008), todos estes disponibilizados pela *America Online – AOL*.

Diante da conjunção histórica acima relatada, o *Jornal do Brasil*, no ano de 1993, adotando o modelo do *New York Times*, criou o Serviço Instantâneo de Notícias (SIN), que segundo Baldessar (2009), em seu início encaminhava enviar notas de economia e política às bolsas, corretoras e bancos. Já na data de 28 de maio de 1995, o *Jornal do Brasil* passa disponibilizar toda a sua edição completa na rede, tornando-se o primeiro periódico a circular inteiramente em meio digital.

Com a chegada do ano de 2010, este representou uma grande mudança no mundo dos jornais impressos, e isso em âmbito mundial. Aqui no Brasil, o primeiro “laboratório” dessa mudança, por assim dizer, ocorreu com a edição física do *Jornal do Brasil*, um periódico centenário e outrora muito influente, foi anunciado como o primeiro jornal 100% digital do país, fato ocorrido em 1º de setembro de 2010. Ou seja, sua versão em papel sumiria das bancas de jornais, adotando com isso o slogan “o primeiro jornal 100% digital do Brasil”. Tratando sobre a migração do *JB* para o digital, Barros (2013) observa:

Na nova arquitetura, o *JB* permanece com inovações: inaugura uma seção especializada em fotos e vídeos, e modifica a disposição do conteúdo em sua página inicial. [...] No suporte online, o volume de informações a serem veiculadas passa a ser maior do que o do impresso, especificamente por causa da característica do formato em não oferecer restrições quanto ao espaço para armazenamento. (Barros, 2013, p. 38)

Em que pese ter se tornado digital, segundo Lubianco (2019)⁵, nem tudo foram flores para o *Jornal do Brasil* com a mudança do papel para o digital:

Todavia, mesmo que sobreviva na internet – com um fracassado e breve ressurgimento em papel há um ano – o tradicional *JB* não conquistou, sem a versão física, manter a importância do qual tinha sido um dos maiores periódicos do país. A crise econômica do *JB* se alastrou desde os anos 1990, se consolidando com o seu desaparecimento das bancas. (LUBIANCO, 2019)

⁵ Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/no-brasil-mais-jornais-dao-adeus-ao-papel-para-investir-no-digital/>

Segundo ainda Lubianco (2019), o fim infeliz do *JB*, em seu formato impresso, não é precisamente uma regra que está recebendo seguimento por outros jornais brasileiros que, recentemente estão migrando para o formato digital, mas ainda com sua versão impressa. Fato verificado na migração do impresso para o digital através da internet, é que os veículos de comunicação estão entre aqueles que marcaram presença na rede de computadores desde o seu início. Em terras brasileiras, por exemplo, coube à Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações, disponibilizar a conexão para os veículos jornalísticos, posto que era interesse do Governo Federal a circulação de conteúdo em língua portuguesa na rede, ato este que, conforme Mielniczuk (2015 et al., 2015b, p. 55) “[...] incentivar o mercado – enquanto a legislação não estivesse totalmente definida – o Ministério das Comunicações planejou uma fase intermediária para o período de implantação da internet.

Segundo Adghirni (2012), com o paulatino desenvolvimento e popularização da rede mundial de informação, logo empresas do ramo de telecomunicações passaram a operar na produção de conteúdo, fato este tido como natural pelo autor referido, sendo que jornais e outros periódicos já consolidados no meio impresso passaram a investir e diversificar sua atuação na internet tendo como objetivo chamar cada vez mais a atenção do público em geral.

Luciana Mielniczuk (2001), ao elencar as fases que marcam a história do jornalismo na internet, relata que isso ocorreu durante os anos 1990, se dividindo em três fases distintas. A primeira fase é definida por Mielniczuk⁶ (2001) como “transpositivo”, que a referida autora define:

É de suma relevância perceber que as experiências pioneiras realizadas: o que era, portanto, denominado como jornal *online* não suportava a transposição de uma ou duas das matérias principais de algumas editorias. O referido material recebia atualizações a cada 24 horas, se relacionando com o fechamento das edições do impresso. Os jornais impressos simplesmente colavam os textos do impresso e o publicavam na internet (Mielniczuk, 2001).

Ultrapassada a primeira fase, Mielniczuk (2001) apresenta a segunda fase como o momento em que se aperfeiçoa e se desenvolve a estrutura da internet, que é chamada pela referida autora como “metáfora”, que é assim definida por Mielniczuk (2001):

Nesta fase, mesmo que meras cópias do impresso para a web, surgem links com chamadas para notícias de fatos que acontecem no período entre as edições; o e-mail passa a ser utilizado como uma possibilidade de comunicação entre jornalista e leitor, ou entre os leitores, através de fóruns de debates; a elaboração das notícias explora os recursos oferecidos pelo hipertexto. A tendência ainda era a existência de produtos vinculados, não só ao modelo do jornal impresso, mas também às empresas

⁶ Disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasi_mplificacoes.pdf

jornalísticas cuja credibilidade e rentabilidade estavam associadas ao jornalismo impresso. (Mielniczuk, 2001)

Na terceira e última fase, Mielniczuk (2001) aponta que com a evolução técnica da internet, começa a surgir iniciativa empresariais e no campo editorial, visões estas que visaram ultrapassar a simples transposição para a internet do jornal impresso, passando a utilizar o que a internet tinha de potencialidade, aparecendo em cena o *webjornalismo*. Para o desígnio deste trabalho, tomaremos como definição de *webjornalismo*, o conceito proposto por Canavilhas (2014), que o demarca como sendo o jornalismo realizado na *World Wide Web*, que é uma parte peculiar da internet, onde se possibilita o câmbio de informações por meio de interfaces gráficas. Mielniczuk (2001) ao tratar sobre a internet relacionada ao *webjornalismo* afirma:

Anteriormente à invenção do *World Wide Web* (WWW ou Web), a rede já estava em uso para a divulgação de informações, todavia, os serviços fornecidos tinham um público direcionados muito específico e operava mediante a distribuição de boletins e e-mails, disponibilizados através do *Gopher* ou de recursos similares. A Internet começa a ser aplicada, de maneira expressiva, para servir finalidades jornalísticas, após a utilização comercial, que ocorre com o desenvolvimento da *Web* no início dos anos 90. (Mielniczuk, 2001)

Dessa forma, com o surgimento do *webjornalismo*, que é definido por Mielniczuk (2003) como o jornalismo praticado na internet, sendo que a aludida expressão é mais particular no campo do jornalismo online. Por seu turno, Canavilhas (2014) caracteriza *webjornalismo* como: *multimedialidade/convergência*, interatividade, hipertextualidade, personalização, memória, instantaneidade e ubiquidade. Canavilhas (2014) não está sozinho nessa tarefa, razão pela qual colocamos aqui outros três autores que também caracterizaram o *webjornalismo*, tais como Bardoel e Deuze, e Palacios. Os autores Bardoel e Deuze (2000), assinalam quatro características: interatividade, customização de conteúdo, hipertextualidade e *multimedialidade*. Por fim, ao tratar sobre as características do *webjornalismo*, Palacios (1999), aponta cinco características: interatividade, *multimedialidade/convergência*, personalização, hipertextualidade e memória.

Com o fim de alcançar os objetivos deste tópico, distinguiremos as características do *webjornalismo/jornalismo online*, a partir das observações de Mielniczuk (2014) apresentadas no Núcleo de Pesquisa Jornalismo - NP02, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação em Salvador na Bahia, no período de 04 e 05 de setembro de 2002, são:

Interatividade - Bardoel e Deuze (2000) qualificam que a notícia online detém de maior capacidade de fazer com que o usuário/leitor se componente do processo. Isto pode acontecer de diversas maneiras, entre elas, pela troca de e-mails entre leitores e jornalistas; através da disponibilização da opinião dos leitores, como é feito em sites que abrigam fóruns de discussões; através de chats com jornalistas. Porém, os autores não contemplam a perspectiva da interatividade no âmbito da própria notícia, ou seja, a navegação pelo hipertexto que, conforme Machado (1997), constitui também uma situação interativa. **Customização de conteúdo/Personalização** - Também denominada de personalização ou individualização, consiste na opção oferecida ao usuário para configurar os produtos jornalísticos de acordo com os seus interesses individuais. Há sites noticiosos, entre eles o da CNN, que permitem a pré-seleção dos assuntos, bem como a sua hierarquização e formato de apresentação visual. Assim, quando o site é acessado, este já é carregado na máquina do usuário atendendo aos padrões previamente estabelecidos. **Hipertextualidade** - Esta característica, apontada como específica da natureza do jornalismo online, traz a possibilidade de interconectar textos através de links. Bardoel e Deuze (2000) chamam a atenção para a possibilidade de, a partir do texto noticioso, apontar para outros textos, como originais de relises, outros sites relacionados ao assunto, material de arquivo dos jornais, textos que possam gerar polêmica em torno do assunto noticiado, entre outros. **Multimedialidade/Convergência** - No contexto do jornalismo online, multimedialidade refere-se à convergência dos formatos das mídias tradicionais (imagem, texto e som) na narração do fato jornalístico. **Memória** - Palacios (1999) aponta para o fato de que o acúmulo das informações é mais viável técnica e economicamente do que em outras mídias. A memória pode ser recuperada tanto no nível do produtor da informação como do usuário. Sem as limitações anteriores de tempo e espaço, o jornalismo tem a sua primeira forma de memória múltipla, instantânea e cumulativa. Desta maneira, o volume de informação diretamente disponível ao usuário é potencialmente maior no jornalismo online, seja com relação ao tamanho da notícia ou à disponibilização imediata de informações anteriores, com a possibilidade de se acessar com maior facilidade material antigo. (Mielnickuz, 2014)

Outro elemento de grande importância para o entendimento do contexto que envolve a mutação do papel para o meio digital por parte do jornal *Folha de S. Paulo* é dado por Rabaça e Barbosa (2002), os quais apontam a existência de um caminho onde os grandes veículos da imprensa estão convergindo, se estruturando e se reinventando para atingir um público cada vez maior e de uma forma diferenciada, seguindo outros sites que já estão focados apenas em mídias digitais. Essa mutação exige do jornalismo online uma atualização constante e comunicação ao vivo com seu público. Os autores mencionados, também destacam que a convergência midiática, fato buscado pelas empresas de mídia e comunicação, sendo este o uso de diferentes ferramentas e métodos para abordar o mesmo teor jornalístico.

Feito o necessário relato histórico sobre a mutação da versão impressa dos jornais para as suas respectivas versões online, agora passaremos para o foco deste trabalho, a *Folha de S. Paulo* online, jornal este que ostenta uma das maiores tiragens em todo o Brasil. Desse modo, ao se falar da “pré-história online” da *Folha de S. Paulo*, iniciaremos por transcrever elucidativo trecho de uma entrevista concedida pela então diretora de conteúdo da *Folha de S.*

Paulo, Marion Strecker, ao pesquisador Lucena (2008), quando da realização de sua dissertação de mestrado:

“A pré-história é a da FolhaWeb”, lembra Márion Strecker, diretora de conteúdo da UOL, maior portal em língua portuguesa, que nasceu exatamente da investida do Grupo Folha na internet. Ela, que participou da criação de todo o projeto internético do grupo, conta: “Em julho de 1995, o Grupo Folha fez o seu primeiro site na internet, que se chamou FolhaWeb. Era a abertura de uma reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e muita pouca gente tinha acesso à internet naquela época, no Brasil. O acesso estava restrito a algumas universidades e a algumas pessoas na área de engenharia eletrônica. Mas aquele foi um momento em que a web se configurou, ou seja, a internet naquele momento já não era mais só texto monocromático. (Lucena, 2008, p. 19)

Interessante assinalar o mencionado por Ferrari (2004) quando do lançamento, por parte do *Grupo Folha*, do portal *Universo Online* (UOL) no ano de 1996, apontando que a quantidade de usuários de internet no Brasil, naquele ano, não passava do número de 100 mil pessoas. Para comparar, o relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado no ano de 2010, apontou que o Brasil tinha, àquela época, 67,9 milhões de usuários da internet.

Outro elemento que está nas origens da *Folha de S. Paulo* online foi a *Folha WAP*, que segundo Lopes (2012) seria um serviço que disponibilizava o noticiário e serviços da *Folha Online* para telefones celulares.

Figura 17

FOLHA WEB Esta é a home-page da *Folha de S. Paulo*, o maior jornal do Brasil.
Copyright © 1996 Empresa Folha da Manhã S/A
São Paulo, 21 de março de 1996.

ULTIMAS NOTÍCIAS
Agência Folha informa os principais fatos de hoje e manchetes dos jornais e da TV.

FOLHIMHO
Reportagens, quadrinhos, brincadeiras, roteiro cultural e links de interesse das crianças.

MUNDO DIGITAL
Reportagem, artigos, links, a coluna Netcom e informações sobre a Internet.

OUTROS
Veja a íntegra da mais completa pesquisa sobre preconceito de cor no Brasil.

FHC impõe derrota ao PMDB



Articulação de FHC com governadores do PMDB e parlamentares evitou quórum e impediu que convenção do partido discutisse o fim da CPI dos Bancos e a aprovação da Previdência.

O governo impôs derrotas ao presidente do PMDB, Páez de Andrade (CE), e ao presidente do Senado, José Sarney (AP), favorável à CPI. **Notícia**

Mônica Lopes // Folha Imagem
PALMEIRAS FAZ SEIS EM GOLEADA SOBRE O SANTOS.
O artilheiro Luizão salta sobre companheiros do Palmeiras para comemorar

Chacinas deixam nove mortos na Grande SP

Nova geração de

ALMA LAVADA

BRANCO TOTAL VAI SER DIFÍCIL!

Fonte: <http://sobre.uol.com.br/historia/homepages/>

Retornando ainda à pesquisa de Lucena (2008), esta traz ainda uma importante informação sobre a natureza online do jornal *Folha de S. Paulo*, desta feita, através do Redator e acionista majoritário da *Folha de S. Paulo*, Octavio Frias Filho, relatou o seguinte sobre a versão *online* da *Folha*.

São veículos diferentes, com públicos, ritmos e estilos diversos. O jornal impresso é mais seletivo, mais analítico, mais condensado e, sendo produzido com mais folga de tempo, é mais bem realizado e finalizado. A *Folha Online* é mais ágil, menos seletiva, oferece mais opções de leitura e consumo. (Filho, 2018)

Corroborando o entusiasmo de Octavio Frias Filho com relação à versão online, em reportagem do site *Poder360.com*, a jornalista Hanna Yahya (2022)⁷ aponta que no ano de 2021 as versões online de vários jornais, dentre os quais a *Folha de S. Paulo*, tiveram crescimento em sua versão online:

A mídia on-line permanece com a inclinação alta dos últimos 5 anos. O avanço foi de 5,8% no ano de 2021. O jornal, O Globo está no topo da lista em assinaturas pagas, com 305.959. Está na lista também como a publicação que mais avançou

⁷ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-em-2021-impresso-cai-13-digital-sobe-6/>

(16,1%). A *Folha* ocupa o 2º lugar (299.899), que nos últimos 5 anos (de 2016 a 2020) havia ocupado a posição de liderança. (Yahya, 2022)

Em que pese a *Folha de S. Paulo*, conforme Lucena (2008), ter começado a publicar sua versão online em 1995, chamada de *FolhaWeb*, a migração completa para a versão online só ocorreu anos depois. Após meados da primeira década do século 21, a *Folha de São Paulo* começou a reduzir a circulação de sua versão impressa e a investir cada vez mais em sua plataforma online.

Desse modo, como muitos outros jornais, a *Folha* também enfrentou a necessidade de se adaptar ao meio digital e iniciou sua migração para o meio online nos anos 2000. A versão online da *Folha de São Paulo* é acessível através do site www.folha.uol.com.br e oferece notícias, análises, reportagens e outros conteúdos de forma atualizada.

Importante salientar o definido por Salaverría (2005) quanto aos jornais que ingressam no *ciberjornalismo* e sua diferenciação para com as demais empresas de mídia, até mesmo a impressa:

O contexto retórico – aquele que é resultado da mistura de situações específicas do receptor, emissor, da linguagem, do canal e do conteúdo da mensagem – é distinto. [...] o jornalismo impresso (e da mesma maneira o radiofônico e o televisivo) não é semelhante ao *ciberjornalismo* pela razão simples de que cada canal determina um contexto retórico particular. (Salaverría, 2005, p. 23)

Hoje, mais que um jornal, a *Folha de S. Paulo* é uma empresa de mídia, pois possui um site com notícias atualizadas diariamente e também oferece uma versão digital do jornal para assinantes. Além disso, a *Folha* também possui uma presença ativa nas redes sociais, com perfis no *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, onde compartilha notícias e interage com seus leitores.

Desse modo, verifica-se que os veículos de mídia, como a *Folha de S. Paulo*, têm ocupado cada vez mais espaço na internet nos últimos anos, com a criação de sites de notícias, redes sociais e outras plataformas online. Uma vez que a internet tem se tornado uma importante fonte de informação para muitas pessoas, e os veículos de mídia têm se adaptado e ocupado esse novo cenário, desenvolvendo novas estratégias para atrair e manter leitores online, conforme se pode concluir a partir de Mizukami, Reia e Varon (2014).

Os veículos habituais de notícias começaram uma campanha massiva para apoderar-se do ambiente digital e estão amplificando progressivamente mais o número de ferramentas através das quais seu conteúdo é fornecido. A busca por modelos novos de negócio acarretou à produção de conteúdo que unem diferentes interfaces, de maneira que o texto diversas vezes vem acompanhado de componentes audiovisuais e interativos. A alta introdução das redes sociais no Brasil determinou o gerenciamento dessas ferramentas como uma função necessária aos veículos de notícias, que passam a ter pessoas especialistas nas tarefas específicas de mediar

conteúdos e espalhá-los através das redes. Isso inclui não somente difundir reportagens, mas também interagir acentuadamente com o público. A “*Folha de S. Paulo*”, exemplificando, criou contas no Twitter para seu *ombudsman* e para as seções/suplementos individuais de seus materiais impressos e *online*; ademais, detém de presença imponente no *Facebook*, especialmente mediante o próprio perfil e de um aplicativo. (Mizukami, Reia e Varon, 2014, p.77)

Outro elemento que traz grande vantagem aos jornais online é a sua versão adaptada para dispositivos móveis, o que facilita ainda mais o acesso ao conteúdo pelos leitores, no entanto, a migração para o meio digital também trouxe alguns desafios para a *Folha*, como a necessidade de se adaptar a novas formas de produção e distribuição de conteúdo, bem como a concorrência com outras fontes de notícias online. No entanto, a *Folha de S. Paulo* tem conseguido se manter como um importante veículo de informação no Brasil, tanto no meio digital quanto no impresso.

Com o

crescimento e popularização da versão online, a versão impressa tem enfrentado uma queda em sua circulação. Isso tem sido motivado por uma série de fatores, incluindo a mudança dos hábitos de leitura dos consumidores e a crescente preferência por notícias online. A migração para a versão online tem sido uma importante estratégia para a *Folha* manter-se relevante e atender às demandas dos leitores em uma sociedade cada vez relacionada ao digital.

Sobre a migração do papel para o online, importante destacar reportagem divulgada pelo site *Brasil247*, na já longínqua data de 01 de julho de 2012, em que destaca a migração da versão impressa para o digital por parte da *Folha de S. Paulo*⁸:

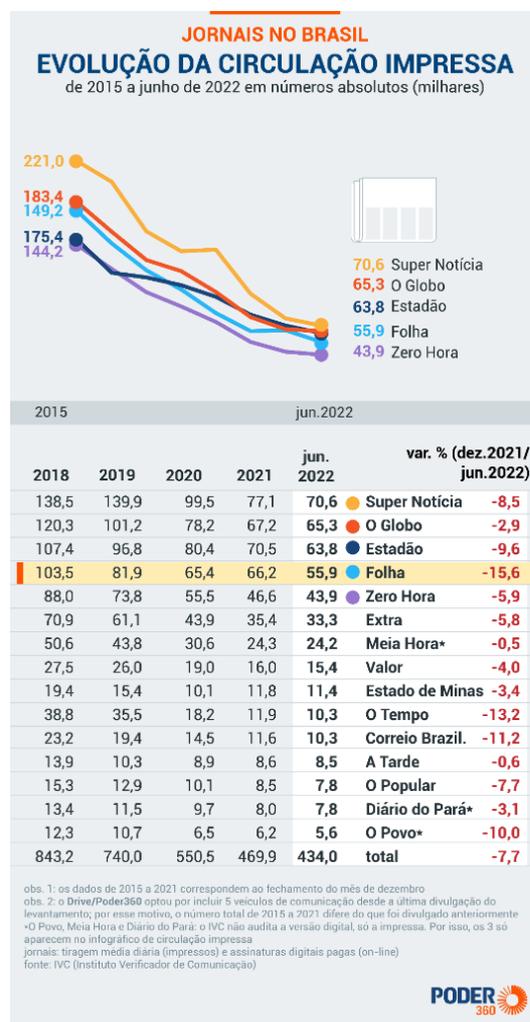
A *Folha*, mais do que qualquer outro jornal, tem buscado aprofundar sua transformação em empresa digital. Numa decisão polêmica, há pouco mais de uma semana, a empresa gerou seu muro de cobrança, autorizando que não assinantes obtivessem acesso a somente 20 textos por mês, na internet. No momento, a *Folha* está lançando a revista semanal “*Folha 10*”, uma nova publicação, que estará disponível apenas em tablets. (*Brasil247*, 2012)

De fato, a migração dos jornais impressos para o digital tem sido uma tendência nos últimos anos, com muitos jornais optando por oferecer conteúdo online em vez de publicar edições impressas. Isso tem sido motivado por uma série de fatores, incluindo a queda da circulação dos jornais impressos, a mudança dos hábitos de leitura dos consumidores e a necessidade de reduzir custos.

⁸ Disponível em: <https://www.brasil247.com/midia/folha-da-mais-um-passo-na-migracao-do-papel-para-o-online>

Para materializar a informação acima, importante retomar a reportagem de Hanna Yahya, publicado no *Portal Poder360.com*, publicada em 01 de agosto de 2022, tendo como título “Jornais no 1º semestre: impresso cai 7,7% e digital tem alta tímida: *Folha de S. Paulo* registrou a maior queda no impresso; “*O Globo*” tem o maior número de assinaturas on-line. Os dados são do IVC⁹”. Neste caso, especificamente os dois gráficos contidos na reportagem, sendo que o primeiro gráfico trata sobre a retração de publicação impressa do jornal *Folha de S. Paulo* e de outros impressos, sendo que na aludida reportagem informa que a pior retração foi da *Folha de S. Paulo*, de 66.188 para 55.881 (-15,6%). Vejamos:

Figura 18

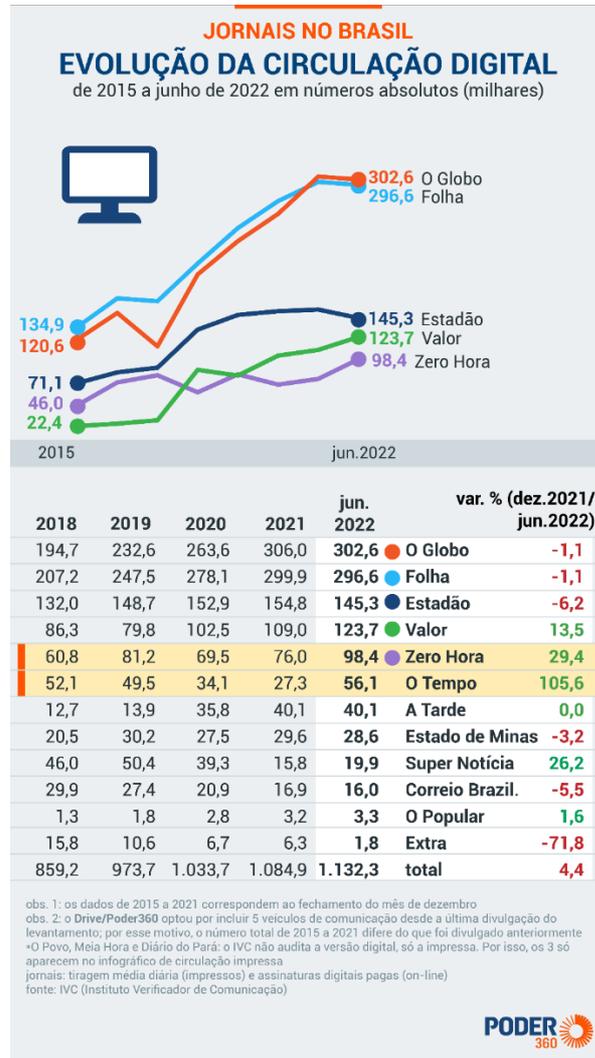


Fonte: Disponível: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-no-1o-semester-impresso-cai-77-e-digital-tem-alta-timida/>

O Segundo gráfico mostra o crescimento, mesmo que tímido, da circulação da versão online do jornal *Folha de S. Paulo* e dos demais periódicos listados na pesquisa. Vejamos:

Figura 19

⁹ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-no-1o-semester-impresso-cai-77-e-digital-tem-alta-timida/>



Fonte: Disponível: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-no-1o-semester-impresso-cai-77-e-digital-tem-alta-timida/>

A oferta de conteúdo digital permite que os jornais atinjam um público mais amplo e forneçam atualizações mais frequentes, o que pode ser atraente para os leitores. Além disso, os jornais podem utilizar várias ferramentas e recursos online para tornar o conteúdo mais interativo e envolvente, como vídeos, galerias de fotos e links para outras fontes de informação.

No entanto, a migração dos jornais impressos para o digital também tem desafiado a indústria do jornalismo. Muitos jornais têm enfrentado dificuldades em monetizar o conteúdo digital e em concorrer com outras fontes de notícias online. Alguns jornais também têm enfrentado críticas por diminuir o tamanho da equipe de reportagem e diminuir a qualidade do conteúdo publicado. Apesar desses desafios, muitos jornais continuam investindo no conteúdo digital e buscando maneiras de torná-lo rentável.

3.3 A *Folha de S. Paulo* na Eleição presidencial de 2018

As eleições presidenciais de 2018 no Brasil foram realizadas em 7 de outubro e 28 de outubro de 2018. No primeiro turno, Jair Bolsonaro, presidenciável pelo Partido Social Liberal (PSL), alcançou 46,03% dos votos válidos, ao mesmo tempo que Fernando Haddad, presidenciável do Partido dos Trabalhadores (PT), conseguiu 29,28% dos votos. Como nenhum dos candidatos obteve a maioria absoluta dos votos, um segundo turno foi realizado entre Bolsonaro e Haddad.

Na campanha para o segundo turno, a *Folha de São Paulo* publicou várias reportagens e análises sobre as eleições e os dois candidatos. O jornal também publicou diversos editoriais e colunas opinativas sobre o tema, expressando a opinião de seus editores e colunistas sobre a campanha e os candidatos.

No dia 28 de outubro de 2018, no segundo turno, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil com 55,13% dos votos válidos, enquanto Fernando Haddad obteve 44,87% dos votos.

Feito o resumo acima sobre o resultado das eleições presidenciais do ano de 2018 e com o objetivo de que este tópico não fique demasiadamente longo, assim como para manter o foco sobre o segundo turno das eleições, escolhemos três matérias jornalísticas publicadas pela *Folha de S. Paulo* durante o segundo turno da eleição presidencial de 2018, notadamente três matérias que consideramos momentos essenciais para as eleições e para o jornal *Folha de S. Paulo* em relação ao candidato Bolsonaro, que são: a) Bolsonaro é esfaqueado durante evento de campanha em Juiz de Fora (MG)¹⁰; b) Empresários sustentam campanha contra o PT através do *WhatsApp*¹¹; c) Bolsonaro confirma favoritismo e é o 42º presidente¹².

Antes ainda de adentrar nas matérias acima elencadas, importante mencionar que desde o início da campanha eleitoral para presidente de 2018, o então candidato Bolsonaro fez diversas críticas à mídia, chegando a aumentar essas críticas nas últimas semanas antes da votação, conforme reportagem de Ricardo Balthazar, publicado na *Folha de S. Paulo*¹³, na data do dia 03 de novembro de 2018:

¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/bolsonaro-leva-facada-durante-ato-de-campanha-em-juiz-de-fora.shtml>

¹¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>

¹² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-confirma-favoritismo-e-e-o-42o-presidente-projeta-datafolha.shtml>

¹³ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/ataques-de-bolsonaro-a-imprensa-chegaram-a-dez-por-semana-no-fim-da-campanha.shtml>

Jair Bolsonaro destratou imprensa dez vezes durante o mês de outubro, por semana, já ao final da campanha presidencial, segundo com análise realizada pela *Folha* em mensagens que ele postou nas redes sociais, entrevistas e pronunciamentos. A análise encontrou 129 ataques de Bolsonaro nos registros, à imprensa desde o início do ano e dispõe que houve a intensificação no último mês da corrida eleitoral, onde ocorreu 45 episódios nesse período, um terço do total. (Balthazar, 2018)

Naturalmente, com o aumento das críticas às mídias, Jair Bolsonaro angariou mais notoriedade e tempo na mesma mídia que criticou. Assim, iniciaremos a análise da matéria jornalística que noticiou, possivelmente, o evento mais dramático e importante das eleições de 2018, além da própria eleição, foi publicada em 06 de setembro de 2018, tendo como título “Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora”. A matéria trata o acontecimento da seguinte forma:

JUIZ DE FORA (MG) e SÃO PAULO. O candidato à presidência, Jair M. Bolsonaro (PSL) foi vítima de um esfaqueamento na tarde desta quinta-feira (6) em evento de campanha na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais (Zona da Mata), de acordo com a Polícia Militar do estado. O candidato era transportado por apoiadores durante caminhada na rua Halfeld, centro na cidade, quando um homem o atingiu com uma faca. Após o ataque, Bolsonaro foi retirado do local e conduzido à Santa Casa. Houve a confirmação de que o candidato sofreu uma perfuração na altura do abdômen através da unidade de saúde. Jair M. Bolsonaro realizou um ultrassom e foi levado ao centro cirúrgico. O estado de saúde é estável. A Santa Casa dispõe que divulgará informações com os detalhes do estado de saúde em um boletim médico. Flávio, seu filho, candidato ao Senado pelo PSL do Rio, afirmou no Twitter inicialmente que o corte foi superficial e, após duas horas, retificou. "Infelizmente foi mais grave que esperávamos. A perfuração atingiu parte do fígado, do pulmão e da alça do intestino. Perdeu muito sangue, chegou no hospital com pressão de 10/3, quase morto... Seu estado agora parece estabilizado. Orem, por favor!". (Folha, 2018)

Conforme relatado na matéria jornalística acima, o então candidato Jair Bolsonaro, foi esfaqueado em um comício de campanha em setembro de 2018. O ataque ocorreu durante a campanha de Bolsonaro para a presidência e ele ficou gravemente ferido, com a lâmina da faca perfurando seu intestino. Apesar dos ferimentos, Bolsonaro conseguiu se recuperar e continuar sua campanha, conquistando a presidência nas eleições de 2018. O perpetrador do ataque foi preso e posteriormente sentenciado a mais de 20 anos de prisão.

A segunda matéria a ser analisada e que, inclusive, teve repercussão jurídica e policial pós-eleições, a qual foi escrita pela jornalista Patrícia Campos Melo, e que tem como título “Empresários bancam campanha contra o PT pelo *WhatsApp*”, foram publicadas em 18 de outubro de 2018:

Empresas estão adquirindo pacotes de divulgação em massa de mensagens em desfavor do PT no *WhatsApp* e preparam uma operação de grande proporção na semana antecessora ao segundo turno. A prática é ilícita, pois trata-se de doação de campanha por empresas, sendo pela legislação eleitoral, vedada, e não declarada. A *Folha* verificou que cada contrato gira em torno de R\$ 12 milhões e, entre as empresas relatadas como compradoras, está a Havan. Os contratos são para a divulgação de milhares de mensagens. As empresas que estão dando o apoio ao candidato Jair M. Bolsonaro (PSL) adquirem um serviço denominado "disparo em massa", utilizando a base de usuários do próprio candidato ou bases vendidas por agências de estratégia digital. Isso também é ilícito, tendo em vista que a legislação eleitoral proíbe compra de base de terceiros, sendo só permitido o uso das listas de apoiadores do próprio candidato (números conseguidos voluntariamente). Quando utilizam bases de terceiros, as agências supramencionadas ofertam repartição por região geográfica e, de vez em quando, por renda. Ainda, fazem o envio ao cliente relatórios sobre a entrega, contendo data, hora e conteúdo divulgado. Entre as tais agências que prestam esse tipo de serviços estão a *Yacows*, a *Quickmobile*, *SMS Market* e *Croc Services*. (Melo, 2018)

De início, cabe mencionar que conforme descrito na matéria jornalística, as leis eleitorais brasileiras, vigentes à época da publicação da matéria acima, já proibiam o financiamento de campanhas eleitorais por parte de empresas, o que inclui o uso de recursos financeiros ou de bens fornecidos por empresas para apoiar ou promover candidatos ou partidos políticos. Naturalmente, empresários podem exercer a cidadania e participar da vida política de diversas formas, como por meio do voto, da participação em atividades partidárias ou do apoio a projetos ou iniciativas políticas. Também é permitido aos empresários fazerem doações de valores declarados a partidos políticos, desde que essas doações sejam feitas de forma transparente e dentro dos limites estabelecidos por lei.

Com relação à utilização do *WhatsApp* para disseminar informações durante uma campanha eleitoral, é importante lembrar que as leis eleitorais também estabelecem regras para o uso de redes sociais e outras plataformas online durante as eleições. Essas regras visam garantir a transparência e a responsabilidade na divulgação de informações durante a campanha eleitoral e previnem a disseminação de notícias falsas ou manipuladas

Sobre a repercussão policial da matéria acima analisada, essa recaiu sobre a jornalista que escreveu a matéria, a periodista da *Folha de S. Paulo* Patrícia Campos Mello passou a receber ameaças por telefone, assim como teve seu telefone celular hackeado e mensagens apagadas, como também seu aparelho celular foi utilizado para o envio de mensagens favoráveis ao candidato Jair Bolsonaro, e foi foco de montagens fotográficas e *fake news* distribuídas pelos adeptos de Bolsonaro.

Por fim, chegamos à última matéria jornalística que tem como título “Bolsonaro confirma favoritismo e é o 42º presidente”. A matéria assinada por Igor Gielow, datada de 28 de outubro de 2018:

Jair Messias, de 63 anos, foi eleito presidente do Brasil — o 42º da história e o 8º após o fim do regime militar (1964-85) que ele admira publicamente e no qual o caráter ditatorial relativiza. O deputado do Partido Social Liberal do Rio de Janeiro derrotou neste domingo (28) o ex-prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores. Jair M. Bolsonaro chefiou uma das mais surpreendentes disputas eleitorais desde o pleito de 1989 a partir de agosto, quando Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ex-presidente preso, teve sua inelegibilidade declarada. Fernando Haddad, plano B do PT que estrategicamente ocupava a vaga de vice de Lula antes de ser lançado candidato, ainda alcançou o segundo turno, porém, jamais ameaçou a liderança do deputado polêmico. Ele será o 3º presidente militar a chegar ao poder pelo voto direto e 16º presidente militar da história. Hermes da Fonseca, em 1910, e Eurico Gaspar Dutra, em 1945 foram os outros. Detentor de uma retórica agressiva e ajuntador de polêmicas que valeram pechas que vão de radical a fascista, é o primeiro eleito após Fernando Collor a declarar abertamente de direita. Sua identidade democrática é questionada constantemente, uma novidade em pleitos presidenciais também após Collor. Há uma semana, afirmou que seus opositores e adversários deveriam ser exilados ou presos, ao mesmo tempo em que o vídeo no qual seu filho Eduardo dizia ser simples fechar o Supremo Tribunal Federal – STF, em uma situação dúvida acerca da vitória do pai era divulgada. A campanha teve vários ineditismos. Notavelmente, foi a agressão em forma de atentado de uma facada que Bolsonaro sofreu em Juiz de Fora (MG), no dia 6 de setembro. (Gielo, 2018)

Após a confirmação da vitória de Jair Bolsonaro, a *Folha de S. Paulo*, divulgou seu posicionamento oficial em seu editorial, destacando a vitória democrática do político, contudo, sem camuflar a aversão pelo recém-eleito presidente¹⁴, o editorial escrito destaca:

O candidato representante da direita conservadora, Jair M. Bolsonaro, alcançou mediante as urnas eletrônicas o direito de usar a faixa presidencial. A maior parte dos eleitores demonstrou sua vontade de encerrar o ciclo de disputas entre o Partido dos Trabalhadores e Partido da Social-Democracia Brasileira e dar início a um novo capítulo de alternância de poder. Após a redemocratização, pela primeira vez, a direita assumiu de forma nítida e enraizada, ao ponto de que se fazer possível neste país de profundas divergências chegando de forma legítima ao Palácio do Planalto. Em suas falas acerca da vitória, o capitão reformado abrandou a retórica agressiva que estava empregando, direcionou-se genericamente a “todos os brasileiros” e elogiou devidamente a Constituição, a democracia e as liberdades. Se faz necessário o reconhecimento do gesto, todavia, sem deixar de elucidar que, no decorrer dos 27 anos como deputado e durante esta eleição, Bolsonaro forneceu inúmeros sinais de que se afasta dos rudimentos da convivência democrática, como a proteção das minorias, o respeito às instituições de Estado e a transigência com diferentes perspectivas. Ademais, demonstrou não conhecer a função da imprensa livre nas sociedades modernas. Não conformado com uma reportagem, se tornou autor de uma ação contra três profissionais deste jornal. Através de advogados, sugere que a *Folha* o tornou em alvo e agiu com o objetivo de prejudicar sua candidatura. Na melhor das hipóteses, embaralha jornalismo independente e crítico com atividade

¹⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/10/constituicao-acima-de-todos.shtml>

partidária. Na pior, tem como intenção a intimidação não só desta empresa, obcecada pelo pluralismo e pelo apartidarismo, porém, todos os veículos que se recusem a lhe prestar continência. Não há de errado em apregoar contra a imprensa. Todos os antecessores do candidato eleito vociferaram esta Folha —e essa tensão só não ocorreria se o periódico tivesse sido menos inquisitivo do que deveria. Porém, permanece uma distância entre o governante que apresenta seu incômodo e aquele que tem anseio em aniquilar a oposição e silenciar críticos; entre o governante com preparo para liderar uma nação democrática e aquele que não se adequa ao contraditório, a análise pública e à livre divulgação de ideias. Esta *Folha* ficará onde sempre esteve, com confiança na CRF de 1988, construção de um país melhor para todos e na força da democracia brasileira. Já Jair M. Bolsonaro necessitará assimilar as lições que jamais aprendeu e mostrar-se à altura do mandato recebido. Que realize um bom governo. (Folha, 2018)

O editorial é de suma importância para um jornal impresso, pois este gênero textual se faz como a opinião do veículo de mídia e como podemos ver, a *Folha de S. Paulo* formou uma opinião clara sobre Bolsonaro. Em artigo publicado na revista do *GELNE*, Oliveira (2020) afirma sobre editorial:

Nesse sentido, ao se analisar o discurso de opinião contido no editorial, verifica-se a necessidade de associá-lo também à visão de mundo e aos valores sustentados pelo veículo de informação que a pública. Esses valores caracterizam a chamada linha ideológica do jornal, ou seja, a ideologia que o veículo defende tradicionalmente, expresso, por vezes, em documentos divulgados ao público, como no caso da *Folha de S. Paulo* e do Estado de S. Paulo. (Oliveira, 2020, p. 151)

Como se pode notar do editorial da *Folha de S. Paulo*, após a vitória de Jair Bolsonaro no ano de 2018, esse veículo de mídia se apresenta a partir de então como elemento crítico ao seu futuro governo, apontando como características de Bolsonaro um perfil antidemocrático, com caráter agressivo e populista. Corroborando o edital da *Folha de S. Paulo*, o jornal eletrônico *The Intercept Brasil*¹⁵, em matéria assinada pelo jornalista Eduardo Goulart de Andrade, publicada em 23 de outubro de 2018, mostra que:

Além de se recusar a realizar entrevistas e ser questionado por jornalistas que não pode controlar, ele é criador/autor de 23 ações em 2018 em busca da retirada de circulação, as notícias negativas e *posts* críticos da internet. Isso o torna o político que mais provocou o Judiciário no ano de 2018 em busca do silêncio dos opositores. O levantamento foi realizado com o instrumento Ctrl+X, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a Abraji, que tem como função o monitoramento de tentativas judiciais que tentam impedir a divulgação de informações. O processo mais recente de Bolsonaro é contra a *Folha de S. Paulo*, em razão da reportagem que dispõe que o candidato do PSL estaria recebendo benefícios de empresários que teriam ‘bancado’ uma campanha no *WhatsApp* contra o Partido dos Trabalhadores – o que pode configurar-se como crime eleitoral. (Andrade, 2018)

¹⁵ Disponível em: <https://theintercept.com/2018/10/23/bolsonaro-censura/>

A visão exposta pelo editorial da *Folha de S. Paulo* apontando características extremamente negativas ao ainda por nascer governo de Jair Bolsonaro. Aliás, Alexandre (2020), ao comentar sobre a relação de políticos/celebridades com a imprensa nos traz o apontamento:

Políticos não gostam da imprensa. Ou, melhor dizendo, personalidades políticas públicas em geral tem uma relação de amor e ódio com a imprensa. Gostam de ver sua imagem, seu nome e seu trabalho propagados para milhões de pessoas, mas não gostam de serem importunados por fotógrafos, confrontados em entrevistas, nem criticados por especialistas (Alexandre, 2020, p. 47).

Ainda sobre a relação do então candidato Jair Bolsonaro com a imprensa, Alexandre (2020) informa que a postura de Bolsonaro foi de alimentar a imprensa ora com informações falsas, ora com notícias sem qualquer importância e com insultos a seus desafetos e à própria imprensa, visão esta que também corrobora com o editorial da *Folha de S. Paulo*.

Deysi Ciocari (2019)¹⁶ ao tratar em seu artigo sobre a construção do personagem político nas eleições de 2018, defende que a mídia tomou a centralidade do debate político com a propaganda eleitoral, uma vez que se tornou a principal ferramenta de interação entre os cidadãos comuns e a elite política, tendo como implicação que o acesso aos meios de comunicação de massa troca os planos políticos tradicionais e principalmente diminui o peso dos partidos políticos. Ainda sobre esse tema, Ciocari (2019) diz:

A literatura apresenta costumeiramente, entre as funções relevantes dos partidos, a de serem instrumentos permissivos para que a cúpula reúna seus apoiadores e, através deles, obtenha o conjunto dos cidadãos; contrariamente, que recolhem demandas das pessoas simples, permitindo, portanto, que elas cheguem aos espaços de exercício do poder. (Ciocari, 2019, p. 85)

Assim, verificou-se nesse tópico que Jair Bolsonaro, desde quando era candidato a presidente ainda no ano de 2018, tem uma relação bastante controversa e complicada com a imprensa, sendo um crítico ferrenho da mídia e em várias ocasiões intimidou jornalistas e vem sendo acusado de restringir a liberdade de imprensa no Brasil. Ademais, no ano de 2018 já era prática de Jair Bolsonaro fazer uso de seu perfil no *Twitter* para atacar jornalistas e veículos de notícias¹⁷.

¹⁶ Disponível em: Revista Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 58, c. 5. Curitiba – 2019

¹⁷ Conforme se pode ver nos seguintes links: <https://twitter.com/uolnoticias/status/1054447076426346497> e <https://www.estadao.com.br/politica/imprensa-e-alvo-de-bolsonaro-no-twitter-a-cada-3-dias/>

Em resumo, a relação de Bolsonaro com a imprensa, desde as eleições de 2018, tem sido bastante conturbada e é uma fonte de preocupação para aqueles que defendem a liberdade de imprensa e a transparência na política.

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS CHARGES PUBLICADAS NA *FOLHA DE S. PAULO* NO PERÍODO DAS ELEIÇÕES DE 2018

A mídia, incluindo jornais como a *Folha de São Paulo*, no contexto das eleições presidenciais de 2018, pode desempenhar um papel importante ao informar o público sobre candidatos e questões sensíveis durante a referida campanha eleitoral. Além de informar sobre os candidatos e seus cargos, a mídia também pode investigar e relatar qualquer possível má conduta ou irregularidade por parte dos mesmos e um dos instrumentos que mais foi ativo nesse período foi a charge. Desse modo, este capítulo passará a analisar como as charges publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, durante o período das eleições presidenciais do ano de 2018, constroem efeitos de sentido, para tanto usamos a Análise de Conteúdo de Bardin (1977) para melhor analisar o conteúdo proposto pelas charges.

4.1 Análise de Conteúdo

Para alcançar o intento deste trabalho, como já mencionado, utilizar-se-á da Análise de conteúdo proposta pela socióloga francesa Laurence Bardin (1977) especialista em comunicação, conhecida por seu trabalho na análise do discurso e do conteúdo. Ela desenvolveu um método chamado "*analyse de contenu*" (análise de conteúdo), que é uma abordagem sistemática para estudar o significado e a mensagem da comunicação escrita, oral ou visual.

A partir do proposto por Bardin (1977), a análise de conteúdo envolve dividir o conteúdo de uma mensagem em suas partes componentes e analisá-las para entender o significado subjacente e o propósito da mensagem. Isso pode ser feito por meio de uma variedade de técnicas, como codificação, categorização e análise de dados estatísticos. Campos (2004)¹⁸, ao abordar a Análise de Conteúdo de Bardin, aprecia:

Desta forma Bardin configura a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de

¹⁸ Rev Bras Enferm, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4

descrição do conteúdo das mensagens. Porém, a própria autora afirma que este conceito não é suficiente para definir a especificidade da técnica, acrescentando que a intenção é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência esta que ocorre a indicadores quantitativos ou não. (Campos, 2004)

De um ponto de vista mais amplo, a análise de conteúdo pode ser localizada no dilatado campo formado pelos métodos e técnicas de pesquisa sociológica, e definida como uma técnica "indireta". Considerando-se que a pesquisa e a observação podem ser feitas seguindo dois métodos diferentes: por um lado, a observação direta da realidade social através de entrevistas, inquéritos, questionários e observação participante e pela forma indireta, a partir da observação e análise de documentos diversos (incluindo livros, publicações diárias e periódicas, séries estatísticas, diários autobiográficos, documentos históricos, etc.), e materiais audiovisuais (como discos e outros registos sonoros, filmes, fotografias, vídeos, etc.). Neste trabalho utilizamos alguns dos métodos, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica. López-Aranguren (1986), ao se referir à técnica “indireta”, por último mencionada, comenta:

A análise de conteúdo é um método de investigação que consiste na análise da realidade social através da observação e análise dos documentos que são criados ou produzidos no seio de uma ou várias sociedades. O que é característico da análise de conteúdo, e o que a distingue de outras técnicas de pesquisa sociológica, é que é uma técnica que combina intrinsecamente, e daí a sua complexidade, observação e análise documental. (López-Aranguren 1986, p. 366).

Outra importante visão sobre a Análise de Conteúdo foi disposta por Franco (2003, p. 13), o qual afirma que se “O ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (ora ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido”. Nesse sentido, a análise de conteúdo é uma ferramenta valiosa para entender como as mensagens são construídas e como são recebidas por diferentes públicos. Pode ser usado para estudar uma ampla gama de comunicação, incluindo conteúdo de mídia, discursos políticos e materiais de marketing, entre outros, se tornando, deste modo, uma ferramenta valiosa para compreender o significado e o impacto da comunicação e para identificar padrões e tendências na forma como as ideias são expressas e disseminadas.

4.1.1 Procedimento metodológicos

Falando sobre o procedimento metodológico que terá como base a Análise de Conteúdo, Bardin a divide em três etapas essenciais, as quais devem ser adotadas, como: a) pré-análise; b) Exploração do material; e c) Análise dos resultados adquiridos e interpretação. Na fase de pré-análise, conforme Bardin, o pesquisador deve fazer uma leitura prévia e flutuante do material, para ver qual o conteúdo e do que se trata, bem como selecionar os documentos que serão examinados (a priori) ou escolher os documentos que foram arrecadados para a análise (a posteriori), montar o *corpus* com fundamento na representatividade, exaustividade, pertinência e homogeneidade, formular hipóteses e objetivos e, por fim, preparar o material.

Na segunda etapa, que é examinar o material ou código e processar os resultados/interpretações obtidos, nesta etapa devem ser extraídas as unidades de registro e contexto. As unidades de registro podem ser o objeto, o tema, a palavra, ou referente, o acontecimento, o personagem, ou o documento. Para escolher as unidades de contexto, pondera-se a pertinência e o custo. Deve ser feita também, a relação conforme os critérios estabelecidos anteriormente. A relação pode ser efetuada mediante a ausência (ou presença), direção, frequência ponderada, ordem, intensidade e co-ocorrência (análise de contingência). Depois de feita a codificação, deve ser feita a classificação, que seguirá os critérios sintático, semântico, expressivo ou léxico.

E a última etapa, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, a qual pode ser realizado através da inferência, sendo uma espécie de interpretação controlada. Segundo Bardin (1977, p. 133), a inferência poderá se “Apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor enquanto polos de inferência propriamente ditos”.

Ademais, Bardin chama atenção nessa etapa para o emissor ou produtor da mensagem, ao sujeito (ou grupo) receptor da mensagem, à mensagem propriamente dita e, por fim, ao *médium*, o intermediário por onde a mensagem foi enviada. O método de Bardin (1977), portanto, é amplamente utilizado em vários campos, incluindo ciências sociais, estudos de mídia e pesquisa de mercado, e para analisar e compreender o conteúdo de textos, mensagens de mídia e outras formas de comunicação, sendo que o processo de uma análise de conteúdo normalmente envolve a divisão da mensagem em suas partes constituintes, como temas, imagens, símbolos e escolhas de linguagem, e então a interpretação do significado e

significado desses elementos. Isso pode ser feito por meio de várias técnicas, como codificar o texto, identificar padrões e tendências e fazer comparações com outros textos ou contextos.

Dito o acima, necessário se faz mencionar que para se chegar aos objetivos traçados por este trabalho, algumas etapas preliminares foram devidamente estabelecidas, em conjunto com as propostas elencadas por Bardin em sua *Análise de Conteúdo*.

De início, se fez a seleção do material a ser analisado, no caso, as charges divulgadas no jornal *Folha de S. Paulo*, em sua versão *online*, durante as eleições presidenciais do ano de 2018, relacionando-as com estes temas: a) relação da campanha de Bolsonaro com a extrema-direita; b) Bolsonaro mostrado como um candidato grosseiro; c) o discurso racista; e d) o discurso autoritário. Também foram observadas as fontes, o ano de produção e o nome dos ilustradores, a presença ou ausência de legendas ou textos explicativos acompanhando tais imagens, os conceitos, temas e teorias aos quais a imagem se vincula.

4.2 Bolsonaro nazista ou fascista?

Um primeiro ponto a se destacar neste tópico é: por qual razão se relacionar Bolsonaro e a extrema-direita, muitas vezes com o fascismo, nas charges publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*? Para responder tal indagação traremos à discussão o conceito de fascismo e como o discurso do então candidato Jair Bolsonaro o credencia para ser relacionado com o fascismo. Para isso, utilizaremos os conceitos propostos por Bugalho (2022), Stanley (2017), Paxton (2004), Eco (2021) e Orwell (2014). Para dar início a essa discussão, vejamos o conceito de fascismo contido no dicionário Oxford (2021):

Movimento político e filosófico ou regime (como o estabelecido por Benito Mussolini na Itália, em 1922), que faz prevalecer os conceitos de nação e raça sobre os valores individuais e que é representado por um governo autocrático, centralizado na figura de um ditador. Tendência para ou o exercício de forte controle autocrático ou ditatorial (Oxford Languages, 2021, s/p).

Como bem exposto, o termo fascismo faz relação ao movimento político criado por Benito Mussolini na Itália, possuindo como principal valor estrutural a tomada do poder, por via democrática ou não, e a manutenção desse poder por via autocrática¹⁹. Aliás, é o próprio

¹⁹ Segundo o dicionário de Dicionário de Conceitos Políticos do Instituto do Legislativo Paulista, autocracia é o governo de um só homem, disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/24369_arquivo.pdf

Mussolini quem determina o dia de nascimento do fascismo como sendo o dia 19 de março de 1919. Trento (1993), ao tratar sobre a constituição formal do fascismo faz a seguinte análise:

O fascismo nasceu oficialmente em março de 1919, quando Mussolini fundou os *fasci di combattimento*, em Milão, com um programa de nacionalismo, ataque à classe liberal, republicanismo, anticlericalismo e anseios de renovação social, encarnando, assim, as posições de uma pequena burguesia irrequieta e, principalmente, dos ex-combatentes. (Trento, 1993 p.42-43).

Togliatti dispõe que o fascismo seria um “regime político reacionário de massa”:

O segundo elemento consiste no caráter de massa das organizações do fascismo. Muitas vezes o termo fascismo é usado de modo impreciso, como sinônimo de reação, terror etc. Isso não é correto. O fascismo não significa apenas a luta contra a democracia burguesa; nós não podemos usar essa expressão quando estamos na presença apenas dessa luta. Devemos usá-la apenas quando a luta contra a classe operária se desenvolve sobre nova base de massa de caráter pequeno-burguês, como vemos na Alemanha, na Itália, na França, na Inglaterra e em toda parte que existe um fascismo típico (Togliatti, 2010, p. 8).

Almeida (2021), caracteriza o fascismo nascente na Itália dos primeiros vinte anos do século XXb:

O fascismo, implantado na Itália de 1922, apresentou-se na forma de um Estado totalitário que, como tal, controlava todas as manifestações da vida individual e nacional. A autoridade do líder era indiscutível, pois ele era considerado o mais preparado e aquele que sabia exatamente de que a população necessitava. A defesa do nacionalismo prometia às massas a supremacia da nação e o conseqüente bem supremo de todos. Essa promessa viabilizava todo e qualquer sacrifício dos indivíduos, mesmo que a moeda de troca fosse a morte. No campo econômico, o regime fascista de Mussolini concordava com algumas ideias capitalistas, como a propriedade privada e a livre iniciativa das pequenas e médias empresas. Por outro lado, defendia a intervenção estatal na economia, o protecionismo e, no caso de algumas correntes fascistas, a nacionalização de grandes empresas. (Almeida, 2021, p. 22).

E em seguimento ao conceito de fascismo, Bugalho (2022) alerta para o fato de que o termo “Fascismo” estaria se esvaziando de significado, informando ainda que a esse esvaziamento não seria um fenômeno contemporâneo, pois aponta que George Orwell, ainda no ano de 1944, já assinalava uma confusão ou mesmo um abuso sobre o uso do termo, apontando que naquela época qualquer um seria acusado de ser “fascista” desde conservadores até pacifistas. No contexto contemporâneo brasileiro, Bugalho (2022) afirma:

No Brasil, “fascista” foi e é usado primordialmente para rotular a direita política como um todo, desde uma direita fisiológica (centrão), passando pelos liberais, pelos conservadores, pelos militaristas, pela bancada da bíblia, pelos monarquistas, pelos

reacionários, e, sem dúvida alguma, pelos próprios fascistas de fato, que englobam grupos extremados, como integralistas e neonazistas. (Bugalho, 2022, p. 05)

Com relação à praticidade do fascismo, Robert Paxton (1998) observou uma sequência de cinco etapas, sendo elas: 1) a criação dos movimentos; 2) a criação de raízes no sistema político; 3) a conquista do poder; 4) o exercício do poder; 5) e um longo período no qual os regimes escolheram entre a radicalização e a entropia. (Paxton, 1998)

Seguindo esta linha de raciocínio, houve a conclusão de que apenas os casos italiano e alemão empreenderam todas essas etapas, observando que a maior parte dos movimentos fascistas no período entreguerras ficaram entre a primeira e segunda.

As crises do sistema político e econômico abriram espaço para o fascismo, mas foram as infelizes escolhas de uns poucos dirigentes que de fato instalaram os fascistas nesse espaço. (Paxton, 2007, p. 196)

Uma vez determinando o conceito e a amplitude do termo “fascismo”, veremos a razão pela qual Bolsonaro, conceitualmente, é considerado uma representação fascista mesmo tendo estudiosos, como Paxton, afirmando que não, iniciando-se por Stanley (2017, p. 7), que diz: “Eu escolhi o rótulo fascismo para o ultranacionalismo de qualquer variedade (cultural, étnico, religioso), com a nação representada na pessoa de um líder autoritário que fala por ela”.

Ainda fazendo uso da perspectiva de Stanley (2017) sobre o fascismo, esse nos fornece uma visão atemorizante, pois os atributos e estratégias da política e políticos fascistas podem ser facilmente associados a vários governantes atuais, inclusive Bolsonaro:

O passado mítico, a propaganda, o antiintelectualismo, a irrealidade, a hierarquia, a vitimização, a lei e ordem, a ansiedade sexual, os apelos ao patriotismo e o desmantelamento do bemestar e da unidade pública. Embora a defesa de determinados elementos seja legítima, e por vezes necessária, há períodos na História em que se conjugam num partido ou movimento político. (Stanley, 2017, p. 7)

Prosseguindo a partir do que disse Stanley acima, a ideologia fascista da mitificação, designado por Jason Stanley (2017) como “Passado mítico”, que faz referência ao aferro conservador do fascismo a um hipotético passado honroso que outrora a nação carregava em sua história e que se perdeu juntamente com os princípios tradicionais relacionais principalmente ao nacionalismo e que foram desconstruídos:

Em todos os passados míticos fascistas, uma versão extrema da família patriarcal reina soberana [...] com guerras de conquista lideradas por generais patriotas, com

exércitos repletos de guerreiros leais, seus compatriotas, fisicamente aptos e cujas esposas ficavam em casa cuidando da próxima geração. No presente, esses mitos se tornam a base da identidade da nação submetida à política fascista. (Stanley, 2017, p. 12)

Neste momento é importante resgatar, para os objetivos deste tópico, em um artigo publicado na data de 25/10/2018, pelo jornal *Le Monde*²⁰, o qual foi assinado pelas pesquisadoras francesas Juliette Dumont, professora do *Iheal* - Instituto de Altos Estudos da América Latina, da Universidade *Sorbonne Nouvelle*, e Anaïs Fléchet, professora da *Universidade de Versalhes*, em que alertam, com a eleição de Jair Bolsonaro, tendo como título "*Diante de um retorno do fascismo, a neutralidade não seria uma escolha*", e as autoras lembram que a ascensão ao poder de Jair Bolsonaro retorna a dinâmica eleitoral dos períodos entre guerras e que coincide com o surgimento do fascismo na Itália.

Em que pese a entrevista concedida pelo historiador argentino, radicado nos Estados Unidos, Federico Finchelstein, à jornalista Rosana Pinheiro-Machado, ao site *The Intercept Brasil*²¹, datada de 07 de julho de 2020, portanto, após o contexto das eleições presidenciais de 2018, a referida entrevista se encaixa com o proposto neste tópico e o aludido historiador descreve os atos de Bolsonaro como de um líder fascista:

Então, Bolsonaro é um fascista? Para mim, ele gostaria de ser um fascista, ele é um fascista *wannabe*, mas ainda não chegou lá. Ele mente como um fascista – e eu escrevi isso durante sua campanha, em um artigo para a revista *Foreign Policy*. Como historiador do fascismo, analisando o jeito de Bolsonaro agir e fazer campanhas, ele parece saído de uma cartilha de *Goebbels*. Ele é como *Goebbels*, nesse sentido de glorificar a violência – com esse gesto horrível de apontar uma arma, usando a bandeira e a camiseta do Brasil, com a promessa de que a violência é uma fonte de regeneração para o país. Isso é tipicamente fascista. (Pinheiro-Machado, 2020)

Feita essa contextualização e relação do fascismo com Bolsonaro, passaremos a analisar a charge de Laerte Coutinho, publicada em 28/08/2018, no jornal *Folha de S. Paulo*.

Figura 20 – Laerte Coutinho. Jornal *Folha de São Paulo*. 28.08.2018.



Fonte: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1607554131825168-charges-agosto-2018>.

Laerte Coutinho, ou unicamente Laerte, é uma chargista e cartunista brasileira, tida como uma das artistas mais relevantes do país nestes segmentos. Estudou comunicação e música na ECA USP (Escola de Comunicações e Artes da USP), contudo, não se formou em nenhum destes cursos. Laerte colaborou em várias publicações como *O Pasquim* e a *Balão*. Também colaborou com as revistas *Isto é* e *Veja* os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*.

Nesta charge o autor busca demonstrar o uso de discurso político que objetiva tirar o foco do real plano governamental para o país. No primeiro quadro o balão traz um discurso de “parece fascismo” e enumera nos demais balões o que caracterizaria o fascismo: as ideias, as falas e por fim a imagem, que é o candidato, que tem no lugar da cabeça um revólver calibre 38, que não se reconhece como fascista, mas apenas um “sentimento de profundo de frustração”, o qual parece convencer os descrentes de que embora tivesse todas as características do fascismo, não se via como tal ou fingia isso.

Especificamente sobre a definição de fascismo, ao se pesquisar o conceito de fascismo no dicionário Oxford, encontramos:

Movimento político e filosófico ou regime (como o estabelecido por Benito Mussolini na Itália, em 1922), que faz prevalecer os conceitos de nação e raça sobre os valores individuais e que é representado por um governo autocrático, centralizado na figura de um ditador. Tendência para ou o exercício de forte controle autocrático ou ditatorial (Oxford Languages, 2021, s/p).

Assim, o termo “fascismo” refere-se ao movimento político criado por Benito Mussolini na Itália no ano de 1922, tendo como principal valor estrutural a tomada do poder e a manutenção deste pelo viés da autocracia.

Umberto Eco (2018), em sua obra *Fascismo Eterno*, descreve a maleabilidade das ideias do fascismo em seus mais diversos ambientes:

O termo “fascismo” adapta-se a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista. Tirem do fascismo o imperialismo e teremos Franco ou Salazar; tirem o colonialismo e teremos o fascismo balcânico. Acrescentem ao fascismo italiano um anticapitalismo radical (que nunca fascinou Mussolini) e teremos Ezra Pound. Acrescentem o culto da mitologia céltica e o misticismo do Graal (completamente estranho ao fascismo oficial) e teremos um dos mais respeitados gurus fascistas, Julius Evola. (Eco, 2018, p. 7)

Ultrapassado o conceito de fascismo, verifica-se que a charge trouxe uma importante mensagem sobre como o fascismo se mostrou aos eleitores brasileiros no ano de 2018 e mesmo assim, diante de todas as evidências, não se deu o devido combate a essas sempre perigosas ideias. Interessante que Laerte, em momento algum, retrata Bolsonaro na charge, que se encaixa também no gênero tirinhas, mas que mesmo assim até o mais desavisado leitor logo o relaciona facilmente com o Jair Bolsonaro.

A charge constante na figura evidencia a relação da campanha do candidato Bolsonaro com o discurso fascista, dentre os quais, o uso do nacionalismo exaltado. A relação do ex-presidente com o nazismo acontece principalmente ao se verificar o lema de campanha do candidato mencionado, qual seja, “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”. De pronto, verificou-se que o slogan da campanha de Bolsonaro teve forte inspiração em um lema bastante divulgado na propaganda nazistas dos anos de 1930 aos anos da década de 1940, eis que na Alemanha onde Adolf Hitler se consolidava, um dos lemas mais repetidos pelos nazistas era “*Deutschland über alles*”, que significa, em português, “Alemanha acima de tudo”. Ao abordar a importância com relação a essa charge, Flôres (2002, p. 10) afirma:

Não só do seu valor como documento histórico, como repositório das forças ideológicas em ação, mas, também, como espelho de imaginário de época e como corrente de comunicação subliminar, que ao mesmo tempo projeta e reproduz as principais concepções sociais, pontos de vista, ideologias em circulação. (Flôres, 2002, p. 10)

Importante salientar que sobre a chargista Laerte, que em entrevistas publicadas em outros meios eletrônicos, que não à *Folha de S. Paulo*, continuou apontando as tendências neofascistas de Jair Bolsonaro, como o descrito na entrevista cedida ao jornal de humor Micuim²², uma parceria com Brasil de Fato, em outubro de 2020 em que afirma que "Internar não dá certo, porque Bolsonaro não é louco. É um fascista." A cartunista sugere que Bolsonaro não deve ser considerado mentalmente doente, mas sim alguém que segue uma ideologia política de extrema direita, o fascismo. Em outro trecho da mesma entrevista reforça seu posicionamento sobre Bolsonaro:

Bolsonaro está comprometido com um projeto que deixou muito claro na vida parlamentar dele, nas entrevistas e nas falas, que é instalar uma ditadura nazista. Do que se vale? De tudo. Na pandemia, vai atuar de certa forma. Se acabar a pandemia, vai colocar as tropas dele na rua, os bolsonaristas, milicianos.

²² <https://revistaforum.com.br/cultura/2020/10/18/laerte-diz-que-bolsonaro-esta-comprometido-em-instalar-uma-ditadura-nazista-84321.html>

Ou seja, na entrevista de Laerte reforça o demonstrado graficamente na charge analisada, ou seja, que a política de Bolsonaro é vista como alinhada estreitamente com o fascismo, mas também aponta que seu governo pretende instalar uma ditadura nazista.

Reforçando a visão de Laerte, insta apresentar duas charges que demonstram as ideias que os chargistas têm de Bolsonaro e sua relação com o nazismo e a onda neofascista crescente no planeta.

A primeira é a charge trazida por Renato Aroeira, a qual foi publicada no jornal O Dia, na data de 31 de setembro de 2018.

Figura 21 – Aroeira. Jornal O Dia. 31.11.2018.



A charge de Aroeira acima, apresenta um discurso que já estava presente em relação a Bolsonaro, afirmando que ele teria tendências fascistas ou, no caso da charge, nazistas. A criação de humor nesse contexto é alcançada por meio da metonímia, ao representar o corpo de Bolsonaro com o símbolo da suástica, e da hipérbole, que exagera a representação.

Outra charge que evoca a relação de Bolsonaro com a extrema-direita é a charge de Kamenes, chargista menos conhecido do que Aroeira e Laerte, contudo, visualizou a mudança de posição do governo brasileira durante a administração Bolsonaro.

Figura 22 – Kamenese. Charge Online. 29.10.2018.



Fonte: Disponível em: <<https://www.chargeonline.com.br>>

A charge de Kamenes, publicada um dia após a eleição de Bolsonaro, reforça a ideia de que, a partir desse momento, um novo regime de governo está sendo implantado ou retomado, como sugerido pela substituição da bandeira do Brasil por outra com o símbolo da suástica. Vale notar que a charge acima dialoga com as charges e a entrevista de Laerte, ambas referenciadas neste tópico, em que aludidos trabalhos apontam o Bolsonaro e seu governo como alinhados com a extrema-direita.

A extrema-direita é um espectro político que defende ideias e valores conservadores e autoritários. Os extremistas de direita geralmente se opõem à democracia, à igualdade social e aos direitos humanos. Eles também costumam ser nacionalistas, xenofóbicos e racistas.

A definição de extrema-direita varia de acordo com o autor. Alguns estudiosos, como Roger Griffin, definem a extrema-direita como um movimento político que busca restaurar um passado mítico ou imaginário. Outros, como Juan Linz, definem a extrema-direita como um movimento político que rejeita a democracia e defende a ditadura. E ainda outros, como Cas Mudde, definem a extrema-direita como um movimento político que defende valores nacionalistas, autoritários e antidemocráticos.

No entanto, existem alguns elementos comuns que são geralmente associados à extrema-direita, os quais, conforme Griffin (2019), são apontados os seguintes elementos: **Conservadorismo:** Os extremistas de direita geralmente defendem valores tradicionais, como

a família, a religião e a ordem social. Eles também costumam ser contrários a mudanças sociais, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou a legalização da maconha; **Autoritarismo:** Os extremistas de direita acreditam que o governo deve ter um poder forte e centralizador. **Nacionalismo:** Os extremistas de direita acreditam que a nação é o principal valor político. Eles geralmente são nacionalistas extremos, que defendem a supremacia da própria nação sobre outras; **Xenofobia:** Os extremistas de direita têm medo ou aversão a pessoas de outras culturas ou nacionalidades. Eles geralmente são xenofóbicos, que defendem a exclusão de estrangeiros do país; **Racismo:** Os extremistas de direita acreditam que existem raças superiores e inferiores. Eles geralmente são racistas, que defendem a discriminação contra pessoas de raças diferentes da sua.

A ascensão da extrema-direita é um fenômeno complexo que tem sido associado a uma série de fatores, incluindo a globalização, a crise econômica e o aumento da desigualdade social.

A extrema-direita atual surge após a Segunda Guerra Mundial, ocasião em que o mundo testemunhou as implicações e os alcances dos Estados em matéria estratégica e política, a guerra trouxe como consequência uma nova ordem mundial, na qual o mundo se dividiu entre forças vencedoras (Estados Unidos e União Soviética) e uma iminente confrontação entre capitalismo e comunismo, dando origem assim, ao momento histórico que caracterizou as relações internacionais durante a segunda metade do século XX: a Guerra Fria. Durante este período, as potências enfrentadas mantiveram um relativo ordem e equilíbrio.

Por um lado, encontrava-se o bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos, consciente da necessidade de manter um controle no continente europeu, onde a rivalidade histórica de dois Estados: Alemanha e França, não permitiria a estabilidade, no sentido de que esta havia sido uma das causas da guerra.

Depois da Guerra Fria, o mundo experimentou um número incontável de mudanças importantes para o seu desenvolvimento e continuidade, especialmente no continente europeu, onde se apresentaram acontecimentos históricos que levaram a crises econômicas, sociais, culturais e ideológicas. Esta última foi uma das causas mais importantes para a consolidação daquilo que hoje é a extrema direita, a qual, por sua vez, para sobreviver em um continente caracterizado pela multiculturalidade, se alimenta de sentimentos que estão presentes no populismo, no racismo e na xenofobia. Uma mostra disso são os acontecimentos ocorridos nos últimos meses com a chegada de refugiados à Europa —a maior crise migratória na

Europa desde 1945 —, o que tem sido para a direita um terreno fértil para o seu discurso de ódio e xenofobia, ambiente propício ao crescimento da extrema-direita.

Tanto a charge de Aroeira como a de Kamenes evocam a memória recente de que Bolsonaro se apresentou como um defensor da ditadura militar, crítico de políticas voltadas para negros e indígenas, e contrário a medidas de reparação a perseguidos políticos da época da ditadura, entre outras posições consideradas reacionárias e associadas ao nazismo.

Falando ainda sobre o fascismo, especificamente na obra “O Fascismo Eterno”, o autor Umberto Eco lança interessante análise sobre diversos regimes totalitários, incluindo o Nazismo e o Franquismo, levando à conclusão de que, dentre eles, o fascismo parece ser o único que se adapta a condições culturais mais diversas.

E por comparar, observando o candidato Bolsonaro com uma representação fascista, parte considerável dos comentaristas internacionais preferiu caracterizar a figura de Jair Bolsonaro como “populista”, sendo muito usual sua comparação com o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump:

Trump foi definido como fascista não apenas por publicações de esquerda liberal como *The Nation* ou *The New Republic*, mas também por colunistas do *New York Times* e *Washington Post* (incluindo um analista neoconservador como Robert Kagan) e até pela ex-secretária de Estado Madeleine Albright. (Traverso, 2019, p. 24).

O sociólogo marxista estadunidense John Bellamy Foster, mesmo tentando provar a natureza neofascista do governo Trump, admitiu: “Não há violência paramilitar nas ruas. Não há camisas pretas ou marrons, nem Stormtroopers nazistas. De fato, não há partido fascista separado.” (Foster, 2017).

Contrapondo-se à manifestação de Trump, o movimento em torno ao governo Jair Bolsonaro não esconde suas pretensões ditatoriais, e a natureza da crise brasileira abre o caminho para uma mudança no regime. (Melo, 2020).

Importante, por último, ressaltar que a natureza da charge em análise, que faz excelente uso do ecletismo (verbal/não verbal), proporciona uma leitura que tem como mote principal a crítica, o que possibilita ser importante instrumento de conscientização no exercício da cidadania, sendo que desta feita, a charge está associada ao humor gráfico e pelo exagero dos traços e pela síntese dos fatos, e como já mencionado, a charge explicita uma crítica à realidade social e política, e do termo de que um dos candidatos possuía estreita relação com um discurso que já faz parte de uma nefasta história da humanidade enfocando um flagrante do cotidiano.

4.3 Bolsonaro: um candidato grosseiro

O cenário político brasileiro, ao longo dos anos tem sido marcado por figuras controversas e discursos polarizados nas últimas eleições, e Jair Bolsonaro emergiu como uma figura central desse panorama. Uma característica que foi e é amplamente debatida é o comportamento considerado por muitos como grosseiro e desrespeitoso do candidato Bolsonaro durante a campanha eleitoral do ano de 2018. Solano (2018) destaca a retórica de Bolsonaro como uma manifestação de populismo de direita, caracterizado por um discurso simplista, agressivo e muitas vezes ofensivo.

Além de seu comportamento em discursos públicos, Bolsonaro também tem sido ativo nas redes sociais, onde seu estilo é amplamente reconhecido como agressivo e provocador. Gomide (2019) relata que Bolsonaro quando utiliza as redes sociais, a utiliza como uma ferramenta para amplificar sua mensagem, frequentemente adotando uma linguagem ríspida e desrespeitosa em relação a críticos e opositores.

O comportamento grosseiro de Bolsonaro como candidato suscitou preocupações sobre o impacto na democracia e no debate político. A cientista política Rachel Meneguello (2019), afirma que o estilo de Bolsonaro poderia minar a qualidade do debate político, tornando-o mais polarizado e diversivo.

A figura do candidato Bolsonaro como alguém com um comportamento grosseiro é um tópico de considerável debate e análise. Autores e pesquisadores têm se dedicado a examinar seu discurso, comportamento nas redes sociais e o impacto disso na democracia brasileira. A compreensão desse fenômeno é fundamental para uma análise crítica da política contemporânea no Brasil.

“Império da ignorância, da estupidez”, foi com esses termos que a cartunista Laerte se referiu ao candidato Jair Bolsonaro, em entrevista concedida ao jornalista Luis Gomes, do site *Sul21*²³, ocorrida em 22 de outubro de 2018. Aliás, essa preocupação é demonstrada em editorial de diversas publicações, como por exemplo no site *Congresso em Foco*²⁴, que tem como título “*Bolsonaro é o pior que nos pode acontecer*”:

Um fracasso retumbante como legislador, Bolsonaro saiu-se pior ainda como orador. “Sou a favor, sim, a uma ditadura, a um regime de exceção”, disse em 1999 no plenário

²³ Disponível em: https://sul21.com.br/ultimas-noticiaspoliticaeleicoes-2018entrevistasz_areazero/2018/10/laerte-governo-bolsonaro-seria-o-imperio-da-ignorancia-e-da-estupidez-com-fartas-doses-de-revanchismo/

²⁴ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/cf-premio-e-analise/congresso-em-foco/nossa-opinioao-bolsonaro-e-o-pior-que-nos-pode-acontecer/>

da Câmara. “Jamais ia estuprar você porque você não merece”, declarou para a deputada Maria do Rosário (PT-RS), em 2003. “Ele deveria comer capim ali fora para manter as suas origens”, disparou em 2008 contra um indígena. “Dilma Rousseff, pare de mentir. Se gosta de homossexual, assume. Se o teu negócio é amor com homossexual, assumo”, sugeriu em 2011. (*Site CONGRESSO EM FOCO*, 2018)

Em outro momento ao ser entrevistada ao site *Sul21 Laerte*, que foi referenciada no início desse tópico suas falas tomou contornos quase profético, foi a ele perguntado como seria um eventual governo de Jair M. Bolsonaro em relação a classe artística, pelo que foi respondido:

Provavelmente é o império da ignorância, da estupidez. Eu acho que com fartas doses de revanchismo e de vinganças pessoais. Eu não sei, é difícil pensar, porque a campanha dele está deixando claro que ele solenemente não está ligando. Tá pouco se importando com a questão da cultura, da arte, da viabilidade industrial do cinema e de financiamentos para teatro, etc. Ele não liga para isso. Isso é bobagem para ele e ele deixa claro isso. E ele está se cercando de pessoas que também são reconhecidamente truculentas e estúpidas. Então, o que se pode esperar é um desastre, um período de grande aflição e crise nessa área cultural. (*Site Sul21*, 2018)

Feita a necessária contextualização acima, passaremos a analisar duas charges, ambas de autoria de Laerte Coutinho, publicadas, no jornal *Folha de S. Paulo*, respectivamente, nas datas de 09/10/2018 e 30/10/2018. A primeira charge a ser analisada, publicada em 09 de outubro de 2018, e disponível no endereço <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1613101255613626-charges-outubro-2018>, a qual segue abaixo:

Figura 23 – Laerte Coutinho. Jornal *Folha de São Paulo*. 09.10.2018.



Em sucinta descrição da charge em evidência, Laerte desenha uma urna eletrônica, e no interior dela coloca como legenda a palavra “Presidente”, tendo em seu lado uma

caricatura do candidato que se identifica de pronto como Jair Bolsonaro e logo abaixo o número “17”, número do então candidato Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, simulando, deste modo o ato do voto na urna eletrônica. Contudo, a charge em descrição evidencia a estupidez de Bolsonaro a partir da “segunda imagem”, ou seja, a imagem que surge no primeiro plano, pois a chargista Laerte desenha uma mão de um eleitor/eleitora que acabou de digitar o número 17 segurando uma arma para a própria direção. Laerte arremata que a estupidez se origina de seu próprio eleitorado.

Interessante que Laerte faz uso do simbolismo para evidenciar a estupidez de quem vota em Bolsonaro e não somente do próprio candidato, que é a arma voltada para a própria cabeça. Aliás, no campo do simbolismo, a campanha de Bolsonaro popularizou como um de seus símbolos a “arminha”, que de acordo com a *Folha de S. Paulo*²⁵ seria quando o candidato Bolsonaro, fez gesto de arma com as mãos. Um outro fator que evidencia o simbolismo da arma é a defesa de Bolsonaro à política armamentista.

A segunda charge analisada, também de autoria de Laerte e publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 30 de outubro de 2018, portanto, já eleito presidente, traz uma mensagem paradoxal com relação a Bolsonaro, o que evidencia sua estupidez. A charge em análise descreve Bolsonaro como um “*chef*” de cozinha, tentando seguir um livro de receitas que tem como título “Como pacificar o país”, inclusive, com uma pomba branca segurando um ramo ilustrando a capa, o que evidencia a ideia de paz como conteúdo.

Figura 24 – Laerte Coutinho. Jornal *Folha de São Paulo*. 30.10.2018.

²⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/conheca-simbolos-e-gestos-que-marcaram-a-campanha-de-bolsonaro.shtml>



Ocorre que Bolsonaro, de forma paradoxal é desenhado por Laerte segurando acima da cabeça um grande martelo de cozinha, em atitude de violência e prestes a golpear de forma violenta um pequeno e frágil ovo. Ou seja, Laerte nesta charge brinca com a contradição de Bolsonaro que ao ler um “livro de receitas” que tem como mote principal a pacificação do país, tem atitude diametralmente contrária, não seguindo a receita da pacificação e utilizando para resolver problemas pequenos ou delicados a violência da marreta, evidenciando o seu despreparo e uso incontido de sua estupidez.

Importante mencionar que a visão de Bolsonaro como alguém desprovido de senso humanitário não foi percebido apenas pela cartunista Laerte, outros artistas também o já tinha notado, como o artista Aroeira, o qual, ainda no ano de 2018, quando Bolsonaro ainda era apenas um pré-candidato publicou a charge:

Figura 25 – Renato Aroeira. Humorpolítico. 08.07.2018.

**NO FLAGRANTE, O DEPUTADO
DEFENDE SEUS PRINCÍPIOS,
SEUS MEIOS E SEUS FINS.**



Ao analisar a charge acima, a imagem retrata Jair Bolsonaro com cascos de um burro, o que é uma representação visual clara. Os cascos são atributos do corpo de um burro que, nesse contexto, são usados para criar uma metáfora visual, ou seja, Bolsonaro era desprovido de racionalidade. Neste caso, a imagem sugere que Bolsonaro está sendo representado como alguém teimoso, irracional ou inflexível em relação aos seus princípios. A legenda "no flagrante, o deputado defende seus princípios, meios e fins" reforça a ideia de incapacidade de mudar sua abordagem em relação a determinados assuntos.

A charge levanta questões sobre a ética na política. Ela evidencia a intransigência política, questionando se a defesa inflexível de princípios é uma abordagem ética ou se pode levar a consequências problemáticas. A charge sugere que Bolsonaro está disposto a manter suas posições a qualquer custo, mesmo que isso seja representado de forma negativa.

Outra interessante charge que reforça as perspectivas acima, é a publicada por Bruno Marton, na *Folha de S. Paulo*, em que mostra o já presidente como alguém patologicamente propenso à grosseria.

Figura 26 –Bruno Maron. Folha de S. Paulo. 05.08.2019.



Ao analisar a charge acima, vemos que a charge retrata dois cientistas em um laboratório. Um homem e uma mulher estão envolvidos em uma conversa de conclusão laboratorial. A configuração do laboratório é típica, com equipamentos científicos e frascos, sendo que os dois cientistas estão examinando o cérebro de Bolsonaro em busca de uma substância que causa gafes e constrangimento que no caso é encontrada (risos). Essa representação sugere que o presidente é propenso a cometer erros em suas ações e palavras.

Interessante notar a resposta da cientista mulher, mencionando a expressão "ignorância artificial," pode ser vista como uma crítica à liderança do presidente, insinuando que ele é artificialmente ignorante ou que sua ignorância é mantida ou encorajada de alguma forma. Simbolicamente, a substância encontrada no cérebro do presidente simboliza seus erros e declarações embaraçosas. O termo "ignorância artificial" sugere que a liderança do presidente é baseada em ignorância planejada ou artificial, o que pode ser interpretado como uma crítica à sua governança.

Por fim, a legenda da charge faz um trocadilho com um minério bastante mencionado por Bolsonaro, o grafeno, sendo que o chargista colocou como título de sua

charge a palavra “Gafeno”, de gafe.

Antes da publicação das charges acima referidas, a charge criada pelo artista mineiro Duke e publicada em 17 de novembro de 2017, coloca Bolsonaro como uma representação do passado e de ideias já ultrapassadas.

Figura 27 – Duke. Tribuna da internet. 17.11.2017.



Fonte: Disponível em: <<http://www.tribunadainternet.com.br/jair-bolsonaro-vem-ai-desempenhando-o-papel-do-anti-lula/>>

Ao fazer a análise da charge de Duke, de pronto verifica-se que a cabeça de Bolsonaro desenhada em um corpo de dinossauro é uma característica icônica que chama a atenção na imagem, posto que o chargista criou uma metáfora visual, combinando a figura de Bolsonaro com um dinossauro predador. Essa representação crítica da figura política de Bolsonaro, sugere que ele é um líder político comparável a um tiranossauro rex em sua abordagem política e em suas ideias.

As charges aqui elencadas e devidamente analisadas, nos leva a relacionar o candidato Bolsonaro a discursos que se afastam do discurso democrático, pois dentro dos seus termos está o autoritarismo, a estupidez e a intolerância, em que pese aludido candidato, desde cedo, se identificar como um militar conservador da moral e dos bons

costumes cristãos.

4.4 O discurso racista durante a campanha do candidato Bolsonaro

É ponto comum entre os estudiosos do assunto que o racismo nasceu no Brasil relacionado à escravidão, mas é especialmente após a abolição que ocorre a estruturação desse discurso, com fundamento em teses que tratavam da biologia dos negros como inferior, e se propagam no país como estopim para a versão da ascensão nacional.

O dicionário Aurélio (2017) dispõe que o racismo corresponde à:

Sistema que declara a superioridade de um determinado grupo racial acima dos outros, difundindo, especialmente, a divisão destes dentro de um país (segregação racial) ou mesmo aspirando o extermínio de uma minoria (racismo antisemita dos nazistas) (Aurélio, 2017).

Flauzina (2008) define o termo como:

O racismo é tomado como uma doutrina, um sistema ou uma ideologia acerca do qual se apoia um segmento populacional considerado superior, por causa de características fenotípicas ou culturais, a fim de conduzir e subjugar um outro, tido como inferior. Além de todos os aspectos presentes na definição, destacamos expressamente o caráter desumanizador inscrito na concepção de racismo. Em última instância, o racismo serve como forma de catalogação dos indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com suas características raciais. Essa peculiaridade faz dele uma das justificativas mais recorrentes nos episódios de genocídio e em toda sorte de vilipêndios materiais e simbólicos que tenham por objetivo violar a integridade dos seres humanos (Flauzina, 2008).

As teorias racistas, então largamente propaladas na sociedade brasileira do século XIX, e o projeto de branqueamento foram vigentes até os 30 primeiros anos do século XX, quando ocorreu o câmbio pela conhecida ideologia da “democracia racial”. (Moraes, 2022)

Sobre democracia racial Nakayama (2007) relata que:

A partir da terceira década do século XX, esses paradigmas, importados pela intelectualidade brasileira, nos anos 1870, são substituídos pela invenção genuinamente nacional – a Democracia Racial, que tinha por base a relação paternalista dos senhores de escravos, a falta de radicalismos ocasionada pela miscigenação, num cenário idealizado em que índios, negros e brancos, cada um à sua maneira e conforme sua cultura, participam da formação da sociedade brasileira. (Nakayama, 2007)

Segundo ainda Nakayama (2007), o imaginário racial da época fortemente influenciado pelo racismo científico, tomava os imigrantes como “poderosos e inteligentes

trabalhadores”, e particularmente os homens negros e mulatos eram vistos como desqualificados, pela sua ascendência escrava, recebendo estigma de “vagabundos”, “irresponsáveis” e “malandros” – reputação que os iria banir do mercado de trabalho urbano ou lhes destinar as ocupações mal remuneradas, desqualificadas, que se convencionou chamar de trabalho “braçal” ou “sujo”. (Moraes, 2022).

Nesse sentido, Leite (2020), ao tratar sobre a política de branqueamento brasileira, nos dá um interessante panorama sobre essa situação que o racismo estrutural legal ao Brasil:

A branquitude (ou a brancura) não é o contrário de negritude. É oportuno lembrar que esses conceitos surgem e se enraízam nos discursos em diferentes momentos históricos, envolvendo fenômenos e propósitos diversos. Enquanto a negritude é um conceito tecido por um discurso êmico, para realçar sentidos de pertença e orgulho negro que o colonialismo destroçou, enquanto se elevou como voz regenerativa e em busca de afirmação identitária; a branquitude é um conceito elaborado a partir de um discurso ético, criado para desvelar certos processos e relações estruturais de dominação, para desmascarar a face oculta do colonialismo, como um operador sub-reptício de naturalização do branco e para transformá-lo em ideal e em universal.

Como bem escreveu Andreas Hofbawer (1999) em sua obra História do branqueamento ou o negro em questão, a ideologia do branqueamento foi uma crença amplamente difundida no Brasil durante o século XIX e XX, segundo a qual a miscigenação entre brancos e negros levaria à formação de uma população mais branca e, portanto, mais civilizada. Essa ideologia influenciou profundamente a política, a cultura e a sociedade brasileiras, contribuindo para a marginalização e o preconceito contra a população negra.

A ideologia do branqueamento teve sua origem na época da escravidão, quando os negros eram considerados inferiores aos brancos e, portanto, inaptos para a cidadania. A miscigenação, nesse contexto, era vista como uma forma de "clarear" a população negra e torná-la mais apta à participação na sociedade.

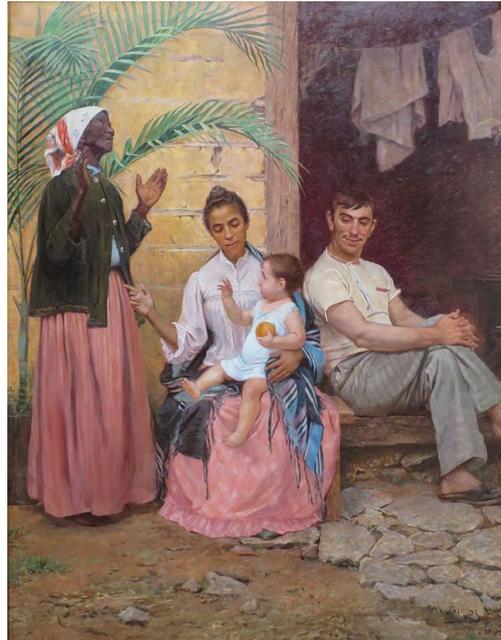
No século XIX, a ideologia do branqueamento ganhou força com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A classe dominante, branca e europeia, passou a ver a miscigenação como uma forma de garantir a continuidade de sua hegemonia.

Nesse contexto, foram implementadas diversas políticas públicas voltadas à promoção da miscigenação, como a imigração europeia e a proibição do casamento entre negros. Além disso, a cultura brasileira foi influenciada pela ideologia do branqueamento, com a valorização de elementos culturais europeus e a marginalização de elementos culturais africanos.

A ideologia do branqueamento teve um impacto profundo na sociedade brasileira. Ela contribuiu para a marginalização e o preconceito contra a população negra, que ainda hoje sofre com as consequências dessa ideologia.

Para tornar gráfico a ideia da política e teoria do branqueamento no Brasil, descrito até aqui, calha mostrar e analisar o quadro “A Redenção de Cam”, do pintor Modesto Brocos:

Figura 28 – Modestos Brocos. *A Redenção de Cam*



A pintura "A Redenção de Cam", de Modesto Brocos, é uma obra de arte que representa a ideologia do branqueamento no Brasil. A pintura foi realizada após a abolição da escravidão no Brasil, fazendo relação a uma história bíblica em que a maldição de Noé sobre seu filho Cam, que seria negro, a qual deveria ser revertida.

Em artigo publicado no site da EDUSP, Murilo Roncolato (2018)²⁶, analisa a aludida pintura:

Em um verbete do livro *Dicionário Crítico da Pintura no Brasil* (1988) dedicado ao quadro *A Redenção de Cam* (1895), o jornalista, crítico e professor José Roberto Teixeira era “muitíssimo bem pintada”, mas indubitavelmente também “de uma das pinturas mais reacionárias e preconceituosas da Escola Brasileira”. A crítica carregada sobre a tela do espanhol Modesto Brocos (1852-1936), radicado no Brasil por mais de 40 anos, tem sua razão de existir.

O quadro "A Redenção de Cam", de Modesto Brocos, é uma representação visual da ideologia do branqueamento. Essa ideologia, que foi popular no Brasil durante o século

²⁶Disponível em: <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>

XIX e XX, acreditava que a miscigenação entre brancos e negros levaria à formação de uma população mais branca e, portanto, mais civilizada.

O quadro foi reverenciado e premiado em sua época, e foi usado para promover a ideologia do branqueamento. Em 1911, o médico e diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, usou a pintura para ilustrar um artigo sobre branqueamento que ele apresentou no Congresso Universal das Raças, realizado em Londres. No artigo, Lacerda descreve a pintura: "O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças." Essa descrição reforça a ideia de que a miscigenação leva ao branqueamento, e que o branqueamento é um processo natural e inevitável.

Como dito, a pintura "A Redenção de Cam" de Modesto Brocos representa a ideologia do branqueamento, que foi popular no Brasil durante o século XIX e XX. Essa ideologia acreditava que a miscigenação entre brancos e negros levaria à formação de uma população mais branca e, portanto, mais civilizada.

A pintura mostra três gerações de uma família, com a cor da pele gradativamente ficando mais clara. No canto esquerdo, a avó, que é a personagem mais escura, tem as mãos erguidas ao céu em agradecimento. Isso sugere que ela acredita que seu neto, que é o mais claro, foi "redimido" da maldição de ser negro.

A mãe da criança, que está sentada ao lado do pai, tem a tez mais clara, encontrando-se vestindo roupas que sugerem que ela está se adaptando à cultura europeia (branca). Isso é reforçado pelo fato de que o chão em que ela pisa é de terra, enquanto o chão em que o pai pisa é de pedra. O homem branco é representado como um salvador, que traz progresso e civilização para o Brasil.

A pintura "A Redenção de Cam", como representação visual da ideologia do branqueamento reforça a ideia de que a brancura é superior à negritude e que a miscigenação é um processo natural e inevitável.

A pintura de Brocos ainda é controversa hoje em dia. Alguns estudiosos acreditam que a pintura é racista, pois reforça a ideia de que a brancura é superior à negritude. Outros estudiosos acreditam que a pintura é apenas uma representação artística de uma crença popular da época. Independentemente da interpretação, a pintura de Brocos é um importante documento histórico que representa a ideologia do branqueamento no Brasil.

No campo social, o desemprego do homem negro, por exemplo, foi cruelmente punida com a criação das leis antivadiagem, tornando os negros, alvo de políticas de repressão policial. Ainda segundo essa visão, o isolamento econômico, social e cultural do

negro, era um produto “natural” de sua incapacidade de sentir, pensar e agir socialmente como homem livre (Moraes, 2022).

Efetivamente, a República não teve a capacidade de propiciar ações em defesa da amplificação das oportunidades da população negra. Efetivamente, as desigualdades entre raças, nesta ocasião compreendidas como inerentes às suas distintas naturezas, indicariam as potencialidades individuais e escorriam para o cenário político e social onde a capacidade de participação dos negros não poderia ser entendida a não ser com restrições (Moraes, 2022).

Em um país onde houve a invenção da regalia jurídica segundo a qual as leis "pegam" ou "não pegam", não é de se desconfiar que os encargos contra o tráfico de escravos e contra a própria escravidão tenham demorado tanto para se efetivar. As questões judiciais, as sinuosas direções legais da Câmara e do Senado, aos embaraços e retrocessos provocados por infundáveis discussões partidárias; as divergências entre os liberais e conservadores que precediam a aprovação de qualquer nova lei contra a escravidão, deve-se adicionar o fato de que, após enfim aprovadas, tais leis se tornavam, no ato e na prática, “letra morta”, e esse processo durou 80 anos no Brasil (Moraes, 2022).

Trazendo aos dias de hoje, o Brasil é um país que não se declara racista e pela ausência dessa declaração de que é racista, é então que se encontra várias adversidades para o combate da prática tão enraizada na sociedade brasileira (Nazário, 2017).

As conexões raciais são notadas por racismos, preconceitos, etnicismo, xenofobia e segregacionismos ameadados ao longo dos anos nos diferentes países, que encontra seu fundamento de validade em uma ideologia discriminante (Nazário, 2017).

Na obra “Sociologia do Negro Brasileiro”, Clóvis Moura dispõe que na data do dia 21 de março de 1977, oito anos após a confirmação da Convenção e durante o período ditatorial militar no Brasil que o presidente Ernesto Geisel, falou ao Secretária-Geral da Organização das Nações Unidas, enquanto ocorria a comemoração do Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial que:

O Brasil é o produto da mais ampla experiência de integração racial que conhece o mundo moderno, resultado, ao longo dos séculos, de um processo harmônico e autônomo, inspirado nas raízes profundas dos povos que aqui somaram esforços na construção do país. Compartilhem os brasileiros da convicção de que os direitos da pessoa humana são desrespeitados nas sociedades onde conotações de ordem racial determinam o grau de respeito com que devem ser observadas as liberalidades e garantias individuais (Moura, 2019).

Rodrigues (2013), preserva a concepção de que existe uma xenofobia “à brasileira”, focalizada em certas culturas e povos que são reparados como “inferiores” ou “separados”. A

autora dispõe em sua tese que uma maneira comum/simples de notarmos a “nossa” xenofobia é compreendermos que se há conhecimento muito mais da mitologia grega – com seus deuses do Sexo, Inteligência ou Amor – do que das mitologias de matriz africanas. Apolo, Afrodite e outros deuses são sujeitos que se é encontrado rotineiramente nas aulas de História antiga ou Filosofia. Já Oxun, Yemanjá, Ogum soa a nossa sociedade de forma tão estranha e distante (quase vetados), quanto Shiva e Krishna (deuses indianos) (Rodrigues, 2013).

Após o período ditatorial do Brasil, ocorreu a experiência do processo de redemocratização, mesmo que gradualmente e lentamente. Logo, a Constituição Federal de 1988 tornou-se um grande marco histórico e jurídico na luta contra o racismo ao dispor em seu artigo 4º que a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais pelo desprezo ao racismo e em seu artigo 5º que a prática do racismo constitui em crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão (Nazário, 2017).

Contudo, mesmo com toda a história do Brasil com a escravidão e o período ditatorial, com a luta de figuras históricas como Esperança Garcia – primeira advogada do Brasil, mulher, negra e piauiense – e o rábula Luiz Gama e outros que buscaram e lutaram pela normatização e criminalização do racismo no Brasil, a partir do ano de 2013 as narrativas autoritárias e racistas voltam a serem reproduzidas no país, apesar de sabermos que essa prática não é antiga, porém em 2018, durante as campanhas eleitorais pra presidente da república, o presidenciável Bolsonaro traz comentários de cunho racistas.

Jair Bolsonaro fez comentários racistas em anos anteriores à campanha eleitoral de 2018 e que foram reiterados durante a mencionada campanha eleitoral de 2018. Aqui elencaremos algumas dessas frases e como o racismo do aludido candidato foi evidenciado através de uma charge publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Seguindo nessa linha, um comentário que ganhou grande relevância durante o mesmo período, mais precisamente no ano de 2017, foi o comentário que relacionou quilombolas a animais em palestra realizada no Rio de Janeiro, no Clube Hebraica, feita na seguinte forma²⁷ “Fui num quilombola em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais” (Bolsonaro, 2017)

O comentário acima rendeu a Bolsonaro uma denúncia por crime de racismo e discriminação apresentada pela Procuradoria-Geral da República junto ao STF, contudo, em setembro de 2018, a Primeira Turma do STF, somente alguns dias antes da realização do

²⁷ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>

primeiro turno das eleições de 2018, absolveu Bolsonaro das acusações de racismo e discriminação.

Um outro comentário que enfatizou bastante o viés preconceituoso de Bolsonaro foi realizado ainda no ano de 2011, no programa extinto de TV *CQC*, da *Rede Bandeirantes*, quando Jair M. Bolsonaro dispôs ser desfavorável às cotas raciais por compreender que o ingresso em concursos públicos e universidades deveria ser por mérito. O comentário acima foi dito: “Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista. (Bolsonaro, 2011)

Comentando ainda sobre cotas, desta feita em entrevista dada para a *TV Cidade Verde*, do Piauí, em 23 de outubro de 2018²⁸, dias antes das eleições do segundo turno, Bolsonaro ratificou sua visão sobre a política de cotas no Brasil, defendendo que a mesma estaria “totalmente equivocada”, e reforça ainda mais seu preconceito, referindo-se a políticas afirmativas como “coitadismos”.

Os comentários acima foram reiterados em julho do ano de 2018, um pouco antes do início da campanha eleitoral presidencial, desta feita durante o programa da *TV Cultura, Roda Viva*, quando negou que haveria um débito histórico do Brasil com os afrodescendentes. Nessa oportunidade Bolsonaro, que já era candidato, comentou: “Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso” (BOLSONARO, 2018).

A análise da charge publicada em 18 de outubro de 2018, também no jornal *Folha de S. Paulo*, de autoria do chargista Alberto Bennet, nascido em Ponta Grossa/PR, sendo desde 2007 chargista do jornal *Folha de S. Paulo* nos mostra um pouco mais.

Figura 29 – Bennet. Jornal *Folha de São Paulo*. 18.10.2018.

²⁸ Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/285362/bolsonaro-diz-que-combatera-a-politica-do-coitadismo-e-nega-que-prejudicara-o-piaui>



A charge acima faz uso de elementos verbais e visuais para enfatizar o racismo de Bolsonaro. A primeira evidência encontramos no texto contido no balão da charge, em especial no final do texto, conforme se vê: “Já disse, eu não soo como a kkk!” O chargista faz um jogo de palavras com a sonoridade do verbo “soar” e a sigla da organização racista e fora-da-lei norte americana *Klu Klux Klan* - KKK. Ao ler o texto do balão, tem-se a impressão de que Bolsonaro diz “sou” como a KKK, mas ao mesmo tempo transparecendo que ao final ele ri, de acordo com o riso comumente utilizado por internautas no Brasil quando escrevem textos na internet.

Sobre a organização racista e fora-da-lei norte americana *Klu Klux Klan* – KKK, *esta surgiu após* a derrota na guerra civil norte americana e a abolição da escravatura, sendo que ex-membros do Exército dos Confederados, as tropas que lutaram pelos estados sulistas, se reuniram e fundaram a organização terrorista nomeada de *Klu Klux Klan* na cidade de Pulaski, no Tennessee, ao sul dos Estados Unidos. Farias (2022), no site Politize!²⁹ Caracteriza tal organização nos seguintes termos:

A organização possuía ideais supremacistas (a ideia de que um grupo é superior a outro) e promovia atentados contra negros, judeus e também contra brancos que apoiassem a abolição e defendessem os direitos dos negros. Inicialmente as ações do grupo envolviam cavalgadas noturnas brandindo tochas e gritando palavras de ódio para amedrontar os negros, mais tarde suas ações ficaram mais violentas, passando a atacar escolas e igrejas frequentadas por negros.

²⁹ Disponível em <https://www.politize.com.br/ku-klux-klan/>

A mensagem do chargista Bennett tem um forte impacto, pois como dito, *Klu Klux Klan – KKK*, organização racista criada no século XIX nos Estados Unidos desde então vem promovendo o racismo e discriminação, em particular a supremacia da raça branca, o ódio contra negros ou qualquer um que não seja branco. Aliás um dos objetivos da *KKK* era exatamente a preservação da raça branca e a manutenção dos privilégios derivados da segregação racial. Esta sociedade que foi constituída aos moldes das sociedades maçônicas, foi fundada em 1866 por um maçom chamado de Nathan Bedford Forrest (1821-1877) que conseguiu reunir um grupo de veteranos sulistas brancos da guerra da secessão, para criar esta organização. Seu símbolo de terror eram os capuzes brancos pontudos e a cruz flamejante.

Além do mais, o segundo elemento visual que enfatiza o racismo de Bolsonaro e sua relação com a *KKK* do texto é o capuz branco que ele usa como um megafone para transmitir sua negação sobre algo que era evidente com relação ao racismo e sua ligação com a organização racista e supremacista branca.

Ora, há uma clara e evidente intencionalidade do chargista quando faz relação entre Bolsonaro e a famigerada organização racista norte-americana, pois dois dias antes da publicação dessa charge, David Duke, um conhecido líder da *KKK*, afirmou: "Ele soa como nós. E também é um candidato muito forte. É um nacionalista"³⁰. David Duke ainda afirmou sobre a branquitude de Jair Bolsonaro:

Ele é totalmente um descendente europeu. Ele se parece com qualquer homem branco nos EUA, em Portugal, Espanha ou Alemanha e França. E ele está falando sobre o desastre demográfico que existe no Brasil e a enorme criminalidade que existe ali, como por exemplo nos bairros negros do Rio de Janeiro. (BBC, 2018)

Outra charge que dialoga com a charge de Bennet e é muito mais antiga, já apontando o racismo de Bolsonaro, foi a charge publicado por Carlos Latuff, na revista Fórum, na já longínqua data de 29 de março de 2011, fruto de uma entrevista em que o então deputado ao programa CQC, transmitido pela TV Bandeirantes, em que o político afirmou que consideraria uma "promiscuidade" se um de seus filhos se apaixonasse por uma pessoa de origem negra. Além disso, ele lançou críticas às políticas de cotas raciais e fez comentários ofensivos em relação aos homossexuais.

Figura 30 – Latuff. *Forum*. 29.03.2011.

³⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45874344>



Fonte: Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/mariafro/bmariafro-bolsonaro-por-latuff/>

Legenda: "Não discuto promiscuidade! Filho meu é bem educado e não corre o risco de se apaixonar por negras ou gays!"

A charge ora em análise, é por demais clara e brutal. O chargista Latuff mostra Bolsonaro como um integrante de um grupo de extrema-direita, envergando em sua camisa uma suástica nazista, segurando um porrete e uma mulher negra caída aos seus pés.

Na charge, vemos Bolsonaro caracterizado como “skinhead” ou “careca”, vestido ao estilo de vestuário distintivo desse grupo, que incluía roupas como botas e jeans e a imagem de rebeldia juvenil, que embora não tinha relação inicial com a extrema-direita e o racismo, se ramificou e incluiu diferentes subgrupos.

Alguns desses subgrupos são associados a ideologias de extrema-direita, nacionalismo e racismo. Esses skinheads, frequentemente chamados de "skinheads carecas" ou "skinheads racistas", adotaram símbolos como a suástica e se envolveram em atividades violentas e crimes de ódio.

Dessa forma, os símbolos contidos na charge evocam toda a violência e barbárie do discurso de Bolsonaro no programa CQC, e o pior, sem qualquer punição, pelo contrário, a retórica racista só cresceu, sendo que em outras oportunidades ele afirmou que "negros não

fazem nada" e acrescentou que, em quilombos (comunidades de descendentes de escravos), "nem para procriador eles servem mais". Esses comentários embora amplamente criticados por serem considerados racistas, reafirmaram o racismo de Bolsonaro.

Insta mencionar neste tópico, que no tocante ao combate ao racismo, no campo das leis, a legislação brasileira já estabelecia, desde 1951, com a promulgação da Lei Afonso Arinos (Lei 1.390/51), os primeiros fundamentos do conceito de racismo, embora não o considerasse um crime, mas sim uma contravenção penal, ou seja, um ato delituoso de menor gravidade em comparação com um crime.

De acordo com essa disposição legal, como destacado por Paim, o caminho foi aberto para a restauração da plena cidadania dos negros e mulatos. Posteriormente, em 1989, o Congresso aprovou a proposta apresentada pelo deputado Luiz Alberto Caó (Lei 7.716/89), que ficou conhecida como Lei Caó. Essa legislação esclareceu as infrações de racismo, adaptando-as ao novo entendimento estabelecido pela Constituição.

A mencionada Lei, em seu artigo 20, reza que praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional a pena vai ser a reclusão de um a três anos e multa.

A discriminação racial é compreendida como crime tanto pela CF/88 quanto pela legislação infraconstitucional, as quais dispõem de diversas formas de sanção (punição) para estes casos. Diante disso, se é de relevância mencionar que o crime de racismo sucede quando se há o menosprezo da raça de um indivíduo, havendo o impedimento da entrada em algum local, com a negação de fornecimento de emprego a uma pessoa negra ou negando a matrícula escolar de uma criança ou adolescente por ser negra.

Urge, por fim, mencionar, que o tema racismo é muito delicado no Brasil, haja vista que este país foi o último das Américas a abolir a escravidão e foi um dos primeiros a redigir leis específicas discriminando pessoas negras, inclusive libertas, podendo-se indicar a primeira constituição brasileira, promulgada por D. Pedro I, de 1824, a qual impedia o direito de voto a essas pessoas, conforme pode ser visto no art. 94, inciso II, da mencionada constituição.

Com o passado escravagista e racista, o Brasil criou e vem criando diversos dispositivos que tratam do racismo, verificando-se que os casos não foram racionados, pelo contrário, ao verificar as notícias percebe-se que ainda existe o racismo no Brasil, tanto o propriamente explícito quanto o racismo estrutural, este que é, o racismo já estruturado na sociedade, principalmente na sociedade brasileira, que já teve políticas de branqueamento.

O racismo no Brasil definitivamente é crime e mesmo como político há 28 anos, Jair Bolsonaro como candidato não se preocupou em demonstrar seus preconceitos e nem ao menos procurou conhecer os assuntos relacionados.

4.5 O discurso autoritário durante a campanha do candidato Bolsonaro

Antes de falar de autoritarismo, se faz necessário realizar uma breve síntese acerca da democracia e dos regimes autoritários que estiveram presentes no Brasil, logo, a Enciclopédia Larousse Cultural, a palavra “demo-ocracia” (*demokrateia*) é originada da Grécia Antiga e refere-se à uma experiência filosófica e política com fundamentos na liberdade eleitoral, soberania popular, no controle da autoridade e na divisão de poderes que proporcionou o crescimento da construção do sistema democrático ateniense (Brustolin, 2021).

No Brasil, o Estado Democrático de Direito é um fenômeno recente. Em que pese não haver um consenso sobre a instauração de uma democracia plena e ainda diante das críticas imperiosas quanto à sua efetivação (Nunes, 1991, p. 101), o texto da Constituição Federal da República de 1988 estabeleceu o regime democrático no Brasil.

Chauí (2013), dispõe que os traços do autoritarismo no Brasil foram reforçados com o golpe de estado de 1964. Observa-se que mesmo após o fim do regime militar, estabelecido em 1964 e que durou por quase 21 anos, a sociedade brasileira ainda tem refúgio em uma cultura autoritária, que se manifesta com diversas narrativas. Entre as tais, se faz necessário citar o nacionalismo e a violência, que são características da ideologia supramencionada e que estão presentes em discursos políticos e midiáticos, sendo reproduzidos pela sociedade (Medeiros; Silva, 2022).

Verifica-se manifestações de nacionalismo e autoritarismo pós o encerramento da ditadura militar por conservadores fortemente reproduzidas no Brasil, após uma série de escândalos de corrupção encontrados e que vieram à tona entre as décadas de 2000 e 2010. Um dos escândalos supramencionados, foi a operação Lava Jato, que investigou diversos crimes, como lavagem de dinheiro, superfaturamento, e o pagamento de propinas, onde foi conduzida pela Polícia Federal, no ano de 2014.

No entanto, antes da Lava Jato, a partir de 2013 no Brasil, os acontecimentos que sucederam causaram um desconforto com o sistema político. Almeida (2019, p. 85), dispõe que a relação dos fatores religiosos e conservacionistas deram força aos protestos de rua no

mês de junho do ano de 2013, e se consolidaram com a polarização das eleições de 2014, o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e a candidatura e futura eleição de um político de extrema direita, em 2018. Mas, não se têm essa tendência à extrema-direita isoladamente no Brasil, observa-se a mesma também nos EUA, com a expansão de Donald Trump (2016) e verifica-se que a situação se agravou, ao observar que em alguns momentos ocorre a retomada das características dos sistemas autoritários (Levitsky; Ziblatt, 2018).

E após o *impeachment* de Dilma da presidência, os movimentos nacionalistas se fortaleceram, principalmente no ano de 2018, quando ocorreu a paralisação dos caminhoneiros, onde manifestavam contra o preço da gasolina. Na época, a indignação não só com o preço da gasolina, mas também com a paralisação em si dos trabalhadores, foram um dos principais sentimentos que estimularam os movimentos nacionalistas, além do desemprego, corrupção e a violência (Medeiros; Silva, 2022).

Logo, o que era para ser o inimigo, se tornou herói. O presidencialista, que se espelhava no regime militar como forma de fundamentação para o seu governo, onde aqueles que se declaravam conservadores e patriotas, simpatizantes do arcaico tradicionalismo, fascista e violento, assim como Bolsonaro aparentava ser. (Santos, 2022)

O polêmico comportamento do candidato em ato político no dia 1º de setembro de 2018 só reforçou sua “tendência” autoritária quando fez uma “brincadeira” ao dizer que iria “fuzilar a petralhada”, prosseguindo com sua fala, afirmando que “vamos botar esses picaretas para correr do Acre, já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá, só que lá não tem nem mortadela, hem galera?!”³¹ (Poder 360).

Em um vídeo, disponível no seu próprio canal oficial do YouTube, o presidencialista aparece fazendo uma transmissão ao vivo para os seus apoiadores, que estavam na Avenida Paulista, no dia 21 de outubro de 2018, o presidencialista reforçou ideais nacionalistas, afirmando que seus eleitores faziam parte do “Brasil de verdade” e que juntos construiriam uma nova nação.³²

Conforme demonstrado até o presente ponto, verificou-se que a campanha de Jair Bolsonaro fez uso de propagação de ódio, enfatizando uma visão racista, LGBTQIA+fóbica, machista e autoritária, fato este bastante evidenciado nas charges até aqui expostas, não só em charges, mas nas próprias falas do presidencialista que não foram retiradas durante a campanha de 2018.

³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCbyQ>

³² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9wxneOnIOI>

O presidenciável nunca escondeu sua “opinião” sobre a comunidade LGBTQIA+. Não só durante a campanha, mas sim enquanto perdurou os 27 anos na Câmara dos Deputados, Bolsonaro ganhou fama por tais discursos. (Matos, 2022)

Antes mesmo da campanha de 2018, em 2014, o presidenciável esteve em um programa de TV para discutir sobre a exibição do primeiro beijo entre dois homens em uma novela da Rede Globo. O deputado, no período, afirmou que o beijo e demonstrações de afeto em público por homossexuais eram coisas “agressivas” e que “a sociedade é ofendida, a família é ofendida” pelos atos. (Matos, 2022)

O presidenciável também foi forte opositor ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006, que criminalizava a homofobia e outros crimes resultantes da discriminação de gênero ou identificação sexual. O até então deputado argumentava que o projeto era contra a tradicional família brasileira, pois “qualquer coisa” poderia ser considerada homofobia. (Matos, 2022)

Se eu quero contratar um motorista para levar o meu filho no Ensino Fundamental. Se eu perceber que ele é homossexual, eu vou contratá-lo? É um direito meu (Bolsonaro, 2006)

Também, durante a campanha de 2018, Bolsonaro trouxe à tona o “kit gay”. Durante a edição do Jornal Nacional do dia 28 de agosto de 2018, apresentou um livro intitulado *Aparelho sexual e Cia*, por poucos segundos, cuja capa trazia o desenho de um menino de topete loiro olhando um tanto quanto assustado para o que tem dentro das próprias calças, sendo que, foi provado posteriormente que o livro, de autoria do suíço Philippe Chappuis (conhecido como Zep) e da francesa Hélène Bruller. Basicamente, tratava-se de um kit de apoio para a formação de professores em temas relacionados aos direitos LGBT, como o combate à violência e ao preconceito no ambiente escolar. A pressão de grupos conservadores, no entanto, fez com que a então presidente vetasse a proposta, e as peças de conscientização nunca saíram da gaveta³³. (El País, 2018)

Em uma entrevista disponibilizada no canal do *youtube* da emissora nacional de canal aberto, RedeTV, datada do dia 07 de julho de 2018, onde a jornalista Mariana Godoy, que coordenava a entrevista, questionou o presidenciável acerca da sua opinião sobre condenação do Brasil pelo assassinato jornalista Vladimir Herzog, considerado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) como um crime contra a humanidade. Mesmo diante a informação repassada por Mariana, Bolsonaro insistiu em dizer que o caso se referia

³³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html

à um suicídio e não um homicídio. Ademais, ainda insinuou que não houve ditadura, pois supostamente existia a “liberdade de ir e vir”, fazendo assim a minimização dos impactos e atos de violência, torturas e mortes que ocorreram no período ditatorial.³⁴

Outro elemento bastante comum que enfatiza todo o autoritarismo de Bolsonaro é o uso da figura militar, a qual é e foi bem utilizada nas charges que foram publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* e ora utilizaremos para análise.

Para se alcançar nosso intento, utilizaremos três charges publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, durante as eleições presidenciais de 2018. Para tanto foram escolhidas uma charge de Laerte e duas charges de Claudio Mor. Passemos a analisar a charge de Laerte sobre o autoritarismo de Bolsonaro demonstrada na campanha eleitoral.

Figura 31 – Laerte Coutinho. Jornal Folha de São Paulo. 16.09.2018.



Fonte: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1613101255613626-charges-setembro-2018>.

A charge acima (Figura), de autoria de Laerte, mostra dois militares de alta patente, pelas fardas e insígnias, generais, sentados relaxada e tranquilamente em suas poltronas, dialogando sobre a possibilidade de assumirem o governo no ano de 2019, haja vista a possibilidade real naquele momento do então candidato Bolsonaro vencer o segundo turno das eleições, o que, de fato, veio acontecer, conforme várias matérias jornalísticas do ano

³⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ImtDtmLhcqY>

de 2019 apontam que 6 mil militares ou mais estão em exercício em cargos civis no governo de Jair Bolsonaro³⁵.

A figura dos militares, em diversos aspectos, durante a campanha, substituiu o próprio Bolsonaro, fato este que foi muito explorado durante a campanha bolsonarista, inclusive com militares elaborando plano de governo que incluiria redução da maioria penal, classificação do golpe de 1964 como “contrarrevolução”, corte de ministérios e relativização das mortes de suspeitos cometidas por policiais, conforme se pode ver no site da *Gauchazh*³⁶.

Importante mencionar que o componente militar foi de extrema importância para Jair Bolsonaro, posto que foi no meio militar que a candidatura Bolsonaro foi gerada e lançada no já longínquo ano de 2014. Aliás, sobre esse evento, necessário se faz lembrar matéria jornalística publicada pelo jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, em que na data de 07 de dezembro de 2014, que teve como título “*Militares acolhem Bolsonaro. De olho em 2018, Jair Bolsonaro é recebido com honras na Aman e faz campanha à Presidência*”.

A matéria jornalística acima referida é assertiva ao asseverar que quatro anos antes da campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro já trabalhava sua campanha no interior dos quartéis, iniciando pela prestigiosa Aman, sendo que a matéria do jornal *O Dia*³⁷, relata:

“Líder! Líder!” Foi assim que o deputado federal Jair Bolsonaro (PP) foi saudado antes da formatura dos aspirantes da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), no dia 29 de novembro. Enquanto os novos oficiais se alinhavam para a solenidade, ele se dirigiu ao grupo e fez, em um minuto e vinte segundos, seu primeiro comício como candidato à Presidência da República em 2018. Ovacionado pela turma, disse que “alguns vão morrer pelo caminho”, mas que está disposto, “seja o que Deus quiser”, a jogar o Brasil para a “direita” daqui a quatro anos. (*O Dia*, 2014)

A estratégia de Bolsonaro em colocar os militares dentro de sua campanha perdurou e já no ano de 2018 o jornal *El País*, da Espanha, publicou matéria em que apontava a fácil aceitação de Bolsonaro na caserna. Sobre a matéria do jornal *El País*³⁸, a mesma teve como título: “*Quartéis se abrem para a campanha eleitoral de Bolsonaro. Deputado federal é frequentador de eventos das Forças Armadas e das Polícias Militares*”.

³⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-amplia-presenca-de-militares-em-30-orgaos-federais.shtml>

³⁶ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/10/as-ideias-dos-militares-da-campanha-de-bolsonaro-para-governar-o-brasil-cjngsgmrt06qc01piqijhxa9m.html>

³⁷ Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-12-08/militares-acolhem-bolsonaro.html>

³⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/20/politica/1508513779_228341.html

Como visto, a relação de Bolsonaro com os militares e com as ideias que estes passaram a representar no Brasil, principalmente após o golpe militar de 1964, é umbilical, o que foi mostrado de forma bastante visual na charge acima analisada, principalmente como os dois generais são apresentados, sentados de forma tranquila, esperando apenas o tempo para assumirem um poder que lhes é prometido por Bolsonaro desde 2014.

O cientista político William Nozaki (2021), na obra *“A Militarização da Administração Pública no Brasil: Projeto de Nação ou Projeto de Poder?”*, Conclui que:

Os tentáculos das armas se estendem de uma maneira mais ampla por toda a estrutura do governo. Tal presença não só é, certamente, uma das maiores da história brasileira de todos os tempos, de fazer inveja até mesmo aos períodos militares, como também ela tem rendido outros ganhos corporativos às Forças Armadas. (Nozaki, 2021, p. 16)

Além do acima, o militarismo é mostrado nas próximas charges, todas de autoria de Claudio Mor, evidenciando sua face mais negativa que é o autoritarismo tão enaltecido por Bolsonaro antes, durante e depois das eleições presidenciais de 2018.

A segunda charge a ser analisada foi publicada no decorrer do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, mais precisamente em 28 de setembro do mesmo ano, onde Claudio Mor retrata um soldado pisando em cima de uma urna eletrônica e tendo como legenda *“Vamos dar o primeiro passo para resgatar nossa pátria”*, o que naturalmente se configura como uma frase cínica, posto que no golpe militar de 1964 os generais golpistas propagandearam que deram um golpe de estado para proteger a democracia.

Figura 32 – Claudio Mor. Jornal Folha de São Paulo. 28.09.2018.



Sobre o sentido dado pela charge, em que um militar diz que irá libertar o país exatamente suprimindo o direito ao voto, que é um dos baluartes da democracia brasileira,

Bede Junior (2013) ao rememorar o governo militar e o seu pouco apreço às ideias democráticas, diz:

Não há dúvidas de que a ditadura militar institucionalizou uma aparente legalidade jurídica, mas tal regime não sobrevive a uma análise mais profunda dos requisitos para que haja uma democracia e um regime constitucional adequado ao respeito aos direitos fundamentais. (Bede Junior, 2013, p. 171)

A equação autoritarismo, militares e democracia, também é brilhantemente resumida pelos autores Souza N. e Sarmento (2012), os quais corroboram o já explicitado por Bede Junior. Vejamos:

Os militares que governavam o país não formavam um bloco monolítico, ideologicamente homogêneo. Havia, grosso modo, dois grupos principais. De um lado os linhas-duras, que queriam a radicalização do regime e a intensificação da perseguição aos opositores, não se importando em manter o poder indefinidamente com as Forças Armadas. Do outro, os moderados, que pretendiam devolver o poder mais rapidamente aos civis, depois de expurgarem da vida política os elementos considerados mais perigosos, e rechaçavam alguns excessos cometidos pelos primeiros no combate à oposição e à esquerda, como a tortura e o homicídio. Nenhum dos grupos demonstrava grande apreço pela democracia e pelos direitos humanos, mas o segundo era menos radical e mais preocupado em manter as aparências do regime. (Souza Neto e Sarmento, 2012, p. 141)

Por fim, outro elemento que chama bastante atenção na charge acima referida são as cores, pois a cor magenta do segundo plano faz com que a atenção sobre a charge aumente sobremaneira, sendo quase que impossível o olhar desviar da mesma, conseguindo ainda mais evidenciar o soldado do primeiro plano e sua farda verde oliva, sua atitude de pisar sobre o inimigo, um contraste evidente entre a ação e a legenda da própria charge.

A terceira e última charge em análise, também de autoria de Claudio Mor, foi publicada no retorno (segundo turno) das eleições presidenciais de 2018, mais precisamente em 26 de outubro. Para demonstrar todo autoritarismo evidenciado no discurso de Bolsonaro durante os dois turnos das eleições de 2018, Claudio Mor desenha um Brasil cercado de muros altos, com cerca, concertina, soldados fortemente armados e com arma e uma grande placa com os seguintes dizeres: “Bem-vindo à Bolsolândia uma terra livre de opositores e coitadismo”.

Figura 33 – Claudio Mor. Jornal Folha de São Paulo. 26.10.2018.



Dois elementos se destacam da charge acima, o primeiro é o visual, a cor vermelha ao fundo nos remete facilmente ao perigo, a cor vem ao cérebro com algo que requer atenção e notadamente marcial, pois se sobressaem os soldados pesadamente armados e a cercas e os muros, os quais dão o caráter de quartel ao país, tão evidenciado por Bolsonaro durante as eleições.

O segundo elemento é o verbal, o qual consta na placa de boas-vindas, pois logo de início verifica-se uma mudança no nome do país, sai Brasil e entra *Bolsolândia*, e a segunda mudança é o termo “Terra livre de opositores e coitadismo”. Bolsonaro durante sua campanha no Acre e em outras ocasiões sugeriu o fuzilamento ou aniquilação de opositores. O coitadismo aqui era direcionado aos negros, indígenas, nordestinos, comunidade LGBTQIA+, a quem em diversos episódios os relacionou ao coitadismo ou vitimismo, como já mencionado acima.

Aliás, o termo “coitadismo” foi muito utilizado por Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018, sendo necessário para isso retornarmos à entrevista concedida à Tv Cidade Verde, em 23 de outubro de 2018, que repercutiu nacionalmente em todas os grandes veículos de mídia, no qual afirmou textualmente que: “Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso.” (Bolsonaro, 2018)³⁹

O efeito de suas falas identificou vários apoiadores que compartilharam do mesmo pensamento e com isso desencadeou uma série de casos contendo preconceito e racismo.

³⁹ Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/285362/bolsonaro-diz-que-combatera-a-politica-do-coitadismo-e-nega-que-prejudicara-o-piaui>

Uma charge que foi publicada pela *Folha de S. Paulo* e evidencia o autoritarismo do candidato Bolsonaro, agora já eleito, foi a publicada por Laerte, o qual evoca a figura do Grande Irmão, do livro 1984, de George Orwell, conforme segue abaixo:

Figura 34 – Laerte. Jornal Folha de S. Paulo. 23.10.2018



Charge publicada nesta terça-feira, 23 de outubro de 2018 Laerte

A charge de Laerte, publicada após a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018, representando como uma figura que observa os cidadãos, evidencia seu caráter autoritário e que ele exercerá um controle sobre a população, a partir das mídias digitais. A imagem do presidente, posicionada de maneira elevada e observando as pessoas, transmite uma sensação de vigilância e autoridade, fato esse devidamente evidente na legenda "O Grande Irmão Segue Você".

A legenda faz referência a "O Grande Irmão," um conceito do livro "1984" de George Orwell que simboliza a vigilância estatal constante. Isso implica que o governo, representado por Bolsonaro, estão vigiando e controlando a população de maneira semelhante à descrição feita por Orwell em sua obra.

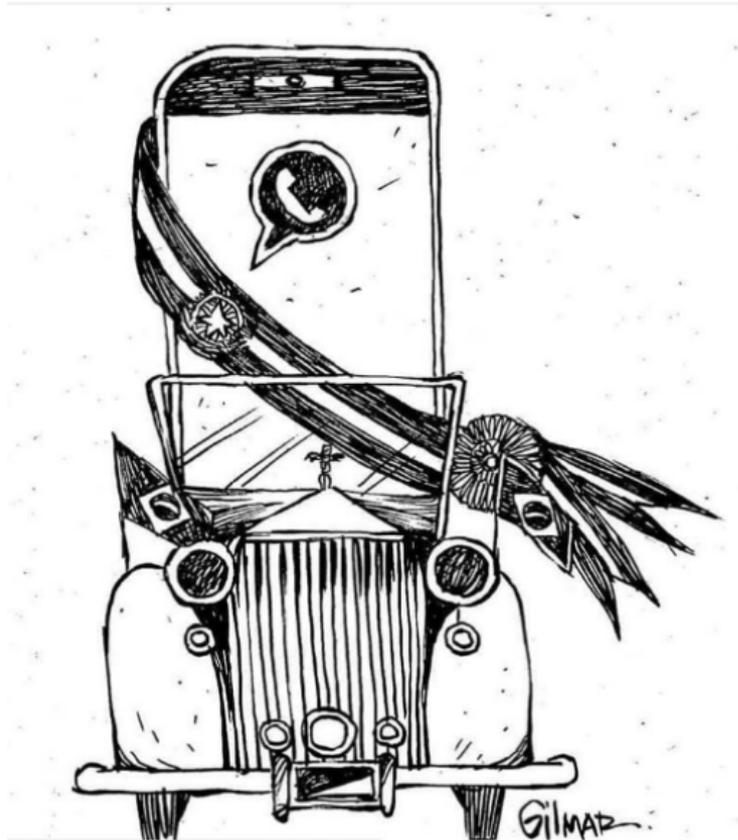
Aliás, sobre o "Grande Irmão", de Orwell, este é um personagem do famoso livro "1984" de George Orwell (1903-1950), um escritor indiano que passou grande parte de sua vida na Inglaterra. Publicada em 1948, a obra descreve um cenário fictício que o autor imaginou para o futuro: um mundo em 1984 dominado por uma ditadura totalitária na qual o Estado, representado pelo Grande Irmão, controla toda a sociedade.

O Grande Irmão, o epicentro do poder, é uma figura abstrata e enigmática. Embora ninguém tenha tido contato pessoal com ele, todos os cidadãos veem seu rosto em telas

instaladas em locais públicos e nas residências. Escapar do escrutínio do Grande Irmão é impossível, uma vez que, através das mesmas telas, ele pode vigiar qualquer indivíduo.

Outra charge que faz essa relação entre governo Bolsonaro e o uso de tecnologias e redes sociais foi a charge do artista Gilmar, publicada em sua própria página do Facebook.

Figura 35 – Gilmar. Facebook. 08.10.2019.



Fonte: <https://www.facebook.com/CartunistaDasCavernas/photos/pb.100044483947632.-2207520000/2093689527399945/?type=3>

Ao analisar essa charge, o artista faz uma relação entre o presidente Bolsonaro, caracterizado como um celular, que é uma representação visual clara da tecnologia contemporânea, criando uma metáfora visual que sugere uma conexão ou relação entre o poder presidencial e a comunicação, principalmente via WhatsApp, evidenciando uma representação da influência da tecnologia e das redes sociais na política contemporânea.

Sobre o simbolismo, este reside na associação entre o cargo presidencial e a comunicação sugerindo claramente que a plataforma de mensagens foi usada como uma ferramenta poderosa para a comunicação política e poder de influência do governo.

Em uma perspectiva sociológica, a imagem pode ser interpretada como uma representação da interseção entre a política e a tecnologia na sociedade contemporânea. Ela

reflete como a comunicação digital, como o WhatsApp, que se tornou uma ferramenta fundamental para os líderes políticos se comunicarem com eleitores e cidadãos, inclusive, para divulgação de suas ideologias ou mesmo *fake news*.

As duas últimas charges aqui elencadas criticam a administração de Bolsonaro, sugerindo que seu governo poderá exercer vigilância excessiva sobre a população, o que pode ser percebido como autoritário.

Importante salientar que a visão de Laerte sobre Bolsonaro, como um candidato voltado ao discurso que exaltava a violência já era explicitada na Folha de S. Paulo quando este ainda era pré-candidato, conforme se vê na charge seguinte, qual foi publicada no mês de março de 2018:

Figura 36 – Laerte Coutinho. Jornal *Folha de São Paulo*. 29.03.2018



Ao analisar a charge imediatamente acima referida, verifica-se que Bolsonaro é facilmente reconhecível por sua postura, roupas e características faciais, além disso o revólver, é um elemento central da imagem que chama a atenção., sugerindo-se nesse contexto uma crítica à retórica ou políticas do então pré-candidato a presidente, sugerindo que suas palavras podem ser perigosas ou inflamatórias.

No campo simbólico o revólver é um símbolo conhecido de violência e poder, desta forma, o uso de um revólver como câmara de ressonância de Bolsonaro pode simbolizar uma ligação com a retórica divisiva e confrontacional.

Outra charge que evidencia esse discurso de violência foi a publicada na Folha de S. Paulo, de autoria de João Montanaro, em 30 de abril de 2018, que apresentou um termo bastante utilizado no discurso de Bolsonaro, “o cidadão de bem”:

Figura 37 – João Montanaro. Jornal *Folha de São Paulo*. 30.04.2018



A imagem apresenta vários elementos visuais notáveis, incitando-se pelo título "Cidadão de Bem", o qual sugere uma associação com alguém que se considera um cidadão respeitável ou virtuoso, contudo, logo se torna paradoxal, eis que surge um homem armado com uma espingarda em frente a uma barraca de tiro a alvo, indicando uma conexão entre a posse de armas e a noção de cidadania.

Outro elemento que traz de logo um choque visual são as várias pessoas mortas ao chão, que são vítimas de disparos, criando uma cena violenta e finalizada com o texto no balão de fala do homem armado: "E então cadê meu prêmio?", que sugere uma expectativa de recompensa por sua ação violenta e por ser um “cidadão de bem”.

A charge claramente critica o discurso do candidato Bolsonaro à cultura da posse de armas, à violência armada e à noção de "cidadãos de bem" que acreditam que o uso de armas é justificado, fato esse reforçado pelo texto no balão do homem armado, o qual sugere uma busca por reconhecimento ou gratificação pessoal por meio da violência.

No campo simbólico, os símbolos presentes na charge são poderosos, iniciando-se pela espingarda que representa o poder e a violência associados à posse de armas, ao passo em que as pessoas mortas no chão simbolizam as vítimas da violência armada. O título "Cidadão de Bem" é irônico e simboliza a arrogância de certas pessoas que se consideram virtuosas, apesar de suas ações violentas.

Sob uma perspectiva sociológica, a charge evoca uma crítica à cultura das armas em certos segmentos da sociedade, onde a posse de armas é vista como um sinal de cidadania e virtude. Ela também destaca a desigualdade de poder e a vulnerabilidade das vítimas da violência armada, o que pode ser interpretado como um comentário sobre questões sociais e políticas mais amplas.

De forma resumida, essa charge evidencia o discurso violento do candidato Bolsonaro, travestido aqui no conceito de “cidadão de bem”. Aliás, sobre “cidadão de bem”, tal termo é genérico e desprovido de um conceito claro e objetivo. Nesse sentido Souza (2021), faz uma importante abordagem sobre a relação simbólica entre o que seria um cidadão de bem no discurso de Bolsonaro:

Debruçando-nos sobre textos do presidente da República, constatamos uma regularidade interessante: o emprego de “cidadão de bem” muitas vezes é acompanhado de uma seleção lexical tipicamente bélica. Isto é, nesses textos em que há a expressão nominal “cidadão de bem”, são comuns palavras que remetem a guerra, a conflito ou a batalha. (Souza, 2021, p. 59)

Sobre símbolo e violência, cabe aqui mencionar o conceito formulado por Pierre Bourdieu, sociólogo francês, que desenvolveu o conceito de violência simbólica para explicar o processo de perpetuação e imposição de valores culturais específicos. Enquanto a violência física se manifesta de maneira tangível, a violência simbólica opera principalmente no plano psicológico, embora possa, em última instância, se manifestar de forma concreta. Segundo Bourdieu (2007):

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «illocutionary force», mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronúncias, crença cuja produção não é da competência das palavras (Bourdieu, 2007, p. 14-15)

Assim, Bourdieu conceitua a violência simbólica como uma forma de agressão que é sutil, imperceptível para suas próprias vítimas, exercida principalmente através das vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, de maneira mais precisa, do desconhecimento, do reconhecimento e, em última instância, do sentimento (Bourdieu,

2007, p. 7-8). Para ele, na dinâmica da dominação simbólica, a resistência se torna notavelmente desafiadora, pois é algo que se incorpora na vida cotidiana como o próprio ar, algo que o sujeito não percebe como uma pressão direta; ela está onipresente e, ao mesmo tempo, é evasiva, tornando-se uma dificuldade formidável escapar de sua influência (Bourdieu, 2007, p. 270).

Desse modo, a violência simbólica, quando posta em prática, legitima a cultura dominante, tornando-a imposta e, eventualmente, percebida como natural. Nesse estágio, os indivíduos subjugados frequentemente perdem a capacidade de resistir ou se opor com eficácia, às vezes nem percebendo a si mesmos como vítimas, pois sua condição parece inescapável.

Conforme Silva (2017):

A violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Devido a esse conhecimento do discurso dominante, a violência simbólica é manifestação desse conhecimento através do reconhecimento da legitimidade desse discurso dominante. Para Bourdieu, esta opressão específica é o meio de exercício do poder simbólico (Silva, 2017).

O que as charges aqui analisadas demonstram efetivamente é mostrar graficamente a violência simbólica evidenciada, principalmente, nos discursos do então candidato Bolsonaro, o qual usa uma retórica do confronto, que frequentemente inclui declarações polêmicas e controversas, usando linguagem agressiva e polarizadora e ante a exposição contínua de discursos agressivos ajudar a criar a sensação de que essa linguagem se torne normal, o que é um aspecto da violência simbólica. Isso pode levar as pessoas a aceitarem discursos violentos como parte da política cotidiana, minando a capacidade de resistência ou crítica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gênero charge, na maioria das vezes veicula um discurso “proibido”, que não poderia ser tratado da mesma maneira por outros campos discursivos. Assim, o discurso humorístico aborda um número de questões que estabelecem um relacionamento direta ou indiretamente com temáticas e polêmicas sociais e culturais as mais diversas: políticas, religiosas, as de natureza moral e/ou ética, costumes, tradições, valores, dogmas, tabus, preconceitos e estereótipos.

A charge é um gênero que trabalha com fatos temporais que circulam em meio a sociedade através de vários suportes. No caso do presente trabalho, as charges escolhidas foram as veiculadas no portal do *Jornal Folha de S. Paulo* (<https://www.folha.uol.com.br>), em especial nas edições online do jornal *Folha de São Paulo*, divulgadas durante as campanhas eleitorais para presidente no ano de 2018.

Em suma, as análises realizadas buscaram verificar os principais elementos linguísticos/visuais determinantes de um efeito risível e crítico em cada charge, buscando enfatizar algumas reflexões de teor linguístico, social e psicológico.

Diante o exposto, é possível verificar que as charges constituem um rico objeto de análise para o estudioso, em vários campos do saber, inclusive, visto que elas possuem elementos abundantes para contribuir com um estudo completo do funcionamento e da estrutura da comunicação verbal e não verbal, além de se consolidarem como um elemento importante na comunicação jornalística, bem como a capacidade de reproduzir a realidade independentemente da razão e a verdade independente da realidade, produzindo com tudo isso sentido.

Como foi possível inferir acerca do aqui defendido, a charge produz um discurso no campo da comunicação, onde seus efeitos são apresentados e carregados de incompletude e movimentação nas imagens, que se materializa em texto ou visual, no qual aciona no sujeito um senso crítico e assim, entra e faz parte do discurso jornalístico, pois a charge tem esse papel de conter linguagem verbal e visual única e capazes de expressá-la e ser entendida como discurso.-

Ademais, a charge tem em sua essência uma raiz de agressividade, sendo que essa essência é um ponto importante em relação ao leitor, uma vez que permite o despertar de uma consciência crítica, onde o humor também aparece como discurso e considerando que a charge é caracterizada por sua criticidade. Também se buscou demonstrar que a charge nunca

é neutra, passiva, pelo contrário, assume um partido em todas as questões em que se envolve, sempre valorizando o humor e a crítica.

Embora a charge seja muitas vezes considerada como um texto desprezioso, na verdade, seu principal objetivo é trazer novas construções que representam algo que está em evidência na mídia, permitindo aprofundar a atualidade que é exposta de forma crítica e intencional. Diante disso a charge traz uma visão de mundo que se apresenta de modo claro, transparente e objetivo, dando oportunidade aos leitores outras possibilidades de interpretação e entendimento da notícia.

Também se fez necessário, para a concretização deste trabalho fazer uma linha histórica do surgimento da charge na imprensa ocidental, a história da charge na imprensa do Brasil, dando ênfase à primeira charge publicada data de 1837, poucos anos após a independência do país com o título de “*A Campanha e o Sujo*”, em que se zombava das propinas recebidas por um servidor do governo ligado ao *Correio Oficial*. Também, faz parte desse momento histórico a criação da revista *Lanterna Mágica*, criada por Manuel de Araújo Porto Alegre, vez que foi ela quem iniciou o humor político na imprensa brasileira.

Outra revista que marcou em definitivo a chegada da charge no Brasil foi a *Revista Ilustrada*, lançada no ano de 1876, e capitaneada pelo multiartista ítalo-brasileiro Angelo Agostini, primeiro chargista a utilizar este gênero comunicacional como crítica e conteúdo ideológico, principalmente pela tomada de posição antiescravidão e abolicionista, servindo para posições republicanas. Desse modo, foi a *Revista Ilustrada* e seu principal chargista, Angelo Agostini, a explorar um projeto de mudança estrutural da sociedade, enquanto concede à charge a função crítica e o conteúdo ideológico, cujo objetivo principal não é fazer rir, e sim fazer refletir.

Outro fator deveras importante no estudo das charges foi evidenciar e diferenciar os componentes de uma charge, especificamente seus elementos verbais e visuais, sendo que nos elementos visuais é onde ocorre a caracterização dos personagens e sua ambientação, estabelecendo-se uma das bases da leitura e para a construção de sentido. O outro elemento é o verbal, que embora não seja obrigatório, quando se possui tal elemento esse deve reforçar o sentido da charge, apresentando-se sempre de modo conciso, sintético, leem frases curtas com várias ideias.

Durante este trabalho mostrou-se de suma importância fazer a diferença entre charge, cartum e caricatura, posto que estes três gêneros de desenho de humor, não raramente confundidos os gêneros. Isto posto, charge, cartum e caricatura, como já mencionado, são

termos que se referem a diferentes formas de ilustrações humorísticas ou satíricas. No entanto, eles podem ter conotações ligeiramente diferentes e são usados em contextos diferentes, por exemplo, a charge é um gênero de desenho de humor que usa desenhos simples e texto mínimo para fazer um comentário direto sobre um assunto ou evento específico.

É tipicamente mais direto em seus comentários do que outras formas de desenho animado. Por sua vez, o cartum é um tipo de desenho de humor mais focado em criar um efeito humorístico ou satírico através do uso de imagens exageradas ou distorcidas, em vez de fazer um comentário político ou social específico. Por fim, a caricatura é um tipo de desenho de humor que usa recursos exagerados ou distorcidos, em geral do rosto de alguém para criar um efeito humorístico, é tipicamente mais detalhado e expressivo do que uma charge ou um cartum.

Com o advento da internet, a charge também se transmutou e evoluiu, surgindo um novo gênero de charge: a charge animada, ocorrendo desse modo a ampliação de uma nova proposta de elementos de narrativas digitais, sendo uma característica evidente da charge animada é o fato dela estar fora dos veículos impressos, sendo seu ambiente primordial a internet ou a TV, promovendo dessa forma uma nova percepção dos temas e fatos que retrata, abrindo espaço, inclusive, para uma percepção crítica.

Avançando ainda na pesquisa nos deparamos com a definição, importância e história da charge jornalística, para tanto fazendo uso de Romualdo (2000), o qual asseverou que desenhos e caricaturas começaram a ser usados para mostrar e criticar os fatos relativos à revolução de 1789 na França. No caso do Brasil, coube à *Missão Artística Francesa* representar a sociedade de então através de imagens, sendo que coube ao *O Carcundão*, surgido na cidade de Recife-PE, o nascimento da chamada “charge jornalística”. Hodiernamente, a charge possui uma função muito clara, conforme Teixeira, que seria um instrumento de intervenção política.

Como tal, a charge adota uma postura/leitura da realidade extensivamente mais crítica do que as próprias notícias que a sustentam, vez que enquanto a notícia luta por uma suposta neutralidade, a charge derruba barreiras, rompendo de forma zombeteira e desrespeitosa uma hipotética neutralidade da notícia.

O viés da caricatura jornalística é claro, é sempre parcial, pois as caricaturas são o resultado da leitura e interpretação das notícias do dia a dia pelos seus criadores, pois as charges de jornal não contam notícias e não revelam fatos novos, sendo o papel do cartunista tornar as notícias extraordinariamente sensível para apreender a realidade.

Observe-se que o poder de convencimento da charge jornalística é frequentemente usado para endossar sua própria política editorial. Além de ser persuasivo, Maringoni (1996) aponta que as charges de jornal têm um papel identitário acerca do próprio jornal.

Como se pode observar, este trabalho abordou o surgimento da charge na Europa, seus primeiros passos no Brasil, a definição e a história da charge, suas funções, a diferença entre charge, cartum e caricatura, bem como os elementos verbais da charge e, por fim, a charge animada. Aqui trazemos nosso olhar para a plataforma em que é um dos objetos de nossa pesquisa, a *Folha de S. Paulo*.

Inicialmente buscamos fazer uma linha histórica do surgimento da *Folha de S. Paulo*, desde a unificação dos jornais *Folha da Noite*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*. Outro momento essencial de nossa pesquisa foi identificar quando se deu a migração da *Folha de S. Paulo* do papel para o digital, iniciando, contudo, com o pioneiro dessa migração, ou seja, o *Jornal do Brasil*.

Além desse recorte histórico, foi apontado as características do jornalismo online. Em relação a *Folha de S. Paulo*, começou a publicar sua versão *online* em 1995, chamada de *FolhaWeb*, sendo que a migração completa para a versão online só ocorreu anos depois. A partir de meados da primeira década do século 21, a *Folha de S. Paulo* começou a reduzir a circulação de sua versão impressa e a investir cada vez mais em sua plataforma online.

Uma constatação tirada da pesquisa acerca da migração do papel para o tecnológico da *Folha de S. Paulo* e mesmo de outros veículos de informação é que com o crescimento e popularização da versão online, a versão impressa vem enfrentando uma queda em sua circulação. Outro momento bastante importante para a pesquisa foi a relação da *Folha de S. Paulo* na Eleição presidencial de 2018.

Com o objetivo de se tornar a pesquisa menos longa, houve-se por manter o foco sobre o segundo turno das eleições, elegendo-se três matérias jornalísticas divulgadas pela *Folha de S. Paulo* durante o segundo turno da eleição presidencial de 2018, a saber: a) Bolsonaro é esfaqueado durante evento de campanha em Juiz de Fora; b) Empresários dão suporte financeiro para campanha contra o PT pelo *WhatsApp*; c) Bolsonaro confirma favoritismo e é o 42º presidente.

Outro momento que ficou deveras marcados na relação da *Folha de S. Paulo* e a campanha de Bolsonaro foram os ataques, por parte do candidato Jair Bolsonaro contra a mídia, em especial contra a *Folha de S. Paulo*, se prolongaram durante toda a campanha eleitoral, chegando-se a um levantamento em que se verificou, desde o início do ano, 129

“agressões” de Bolsonaro à imprensa, mostrando que os ataques se exacerbaram no último mês de reta final da campanha eleitoral, período em que ocorreram 45 acontecimentos, um terço do total. Estrategicamente, com o aumento das críticas à mídia, Bolsonaro obteve mais notoriedade e tempo na mesma mídia que criticava.

Após a confirmação da vitória de Jair Bolsonaro, a *Folha de S. Paulo*, divulgou seu posicionamento oficial em seu editorial, destacando a vitória democrática do político, contudo, sem camuflar sua aversão ao recém-eleito presidente. Em resumo, a relação de Bolsonaro com a imprensa, desde as eleições, tem sido bastante conturbada e é uma fonte de preocupação para aqueles que defendem a autonomia de imprensa e a transparência na política.

Finalmente, este trabalho passou a avaliar, a partir da Análise de Conteúdo, sete charges publicadas na *Folha de S. Paulo* durante o período das eleições de 2018, para tanto, inicialmente se fez necessário conceituar e caracterizar a Análise de Conteúdo proposta pela socióloga francesa Laurence Bardin (1977), feita essa parte introdutória, passou-se a apresentar os Procedimento metodológicos, dividindo-se esse procedimento em três etapas essenciais, as quais devem ser adotadas, quais sejam: a) pré-análise; b) Exploração do material; e c) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Sendo que após isso se fez a seleção do material a ser analisado, no caso, as charges publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, em sua versão online, durante as eleições presidenciais do ano de 2018, relacionando-as com os temas: a) A relação da campanha de Bolsonaro com a extrema-direita; b) Apresentação do candidato Bolsonaro como um candidato grosseiro; c) O discurso racista durante a campanha do candidato Bolsonaro; e d) O discurso autoritário durante a campanha do candidato Bolsonaro.

Como dito acima, foram escolhidas sete charges que possibilitaram sintetizar como o candidato Bolsonaro foi representado nas charges publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* durante as eleições presidenciais do ano de 2018. Assim, de acordo com a temática proposta, iniciaremos por analisar a charge criada por Laerte que se relacionou com o fascismo.

As charges criadas por Laerte, Renato Aroeira, Duke, Bruno Maron e outros chargistas neste trabalho elencados, apresentam de forma definitiva, apontam o candidato Bolsonaro com todas as características de um político fascista, principalmente ao se fazer relação com o lema de campanha do candidato mencionado, qual seja, “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.*” slogan esse de forte inspiração em um lema bastante divulgado na propaganda nazistas das décadas de 1930 e 1940.

Ficou patente que a natureza visual e textual da charge em análise, que faz excelente uso do ecletismo (verbal/visual), proporciona uma leitura que tem como mote principal a crítica, o que possibilita importante instrumento de conscientização no exercício da cidadania, sendo que desta feita, a charge está associada ao humor gráfico e pelo exagero dos traços e pela síntese dos fatos, e como já mencionado, a charge explicita uma crítica à realidade social e política, e do termo de que um dos candidatos possuía estreita relação com um discurso que já faz parte de uma nefasta história da humanidade.

Laerte adapta um conhecido ditado popular sobre ter “focinho de porco, orelha de porco, rabo de porco, mas não querer ser um porco” “para o fascista que parece, fala, age, tem como símbolo uma arma, mas não quer ser considerado um fascista. Na charge de Laerte o candidato Bolsonaro não é retratado, contudo, suas ideias o tornam presente na charge e qualquer leitor o identifica nela.

Quanto às charges relacionando Bolsonaro com a estupidez, foram analisadas cinco charges, com autoria de Laerte Coutinho, Bruno Maron, Renato Aroreira e Duke, publicadas, no jornal *Folha de S. Paulo*, *Humorpolítico* e *Tribuna da Internet*, sendo que a primeira charge inclui no ato da grosseria não somente o candidato Jair Bolsonaro no campo da grosseria, mas inclui quem vota em Bolsonaro como participante dessa condição grosseira “bolsonária”. Para tanto o chargista faz uso do número, da imagem do candidato e do símbolo usado durante a campanha eleitoral de Bolsonaro.

A segunda charge analisada descreve Bolsonaro como um “chef” de cozinha, não conseguindo pacificar o país nem mesmo com um livro de receita e usando um meio desproporcional para tratar questões sensíveis como o ovo. A charge que trata sobre racismo, de autoria do chargista Alberto Bennet, faz uso de elementos verbais e visuais para enfatizar o racismo de Bolsonaro, verificando desde à primeira vista a intencionalidade do chargista quando faz relação entre Bolsonaro e a famigerada organização racista norte-americana *Klu Klux Klan*.

Com relação as charges que relacionam Bolsonaro ao deboche/autoritário, importante desde já mencionar que todas as charges escolhidas e analisadas fazem referência ao militarismo, algo extremamente presente na campanha e também no governo de Jair Bolsonaro. A primeira charge analisada, de autoria de Laerte, mostra a estreita relação de Bolsonaro com os militares, refletindo a possibilidade de vitória de Bolsonaro e a absorção, por parte de seu governo de incluir militares dentro de sua campanha e posteriormente de seu governo. A segunda e a terceira charges analisadas, ambas de autoria de Carlos Mor,

apresentam o autoritarismo de Bolsonaro, mas através dos militares, que como foi mencionado anteriormente, fizeram parte essencial tanto da campanha quanto do governo de Jair Bolsonaro.

As charges em questão fazem uso do discurso cínico em sua parte verbal e de um discurso violento em sua parte visual. Na charge publicada durante o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, mais precisamente em 28 de setembro de 2018, a charge retrata um soldado pisando em cima de uma urna eletrônica para supostamente dar o primeiro passo para resgatar nossa pátria, mas pisando sobre ela antes. É sempre contraditório alguém que diz lutar pela liberdade suprimir com o peso de uma bota um dos principais símbolos da democracia: o direito ao voto. Nessa charge Carlos Mor consegue enfatizar a equação engendrada pela campanha de Bolsonaro: autoritarismo e militares.

A terceira e última charge em análise, também de autoria de Claudio Mor e publicada no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, mais precisamente em 26 de outubro de 2018. Também faz uso do discurso cínico em sua parte verbal e de um discurso violento em sua parte visual para demonstrar todo autoritarismo evidenciado no discurso de Bolsonaro durante os dois turnos das eleições de 2018, Claudio Mor desenha um Brasil cercado de muros altos, com cerca, concertina, soldados fortemente armados, e com uma grande placa com os dizeres: “Bem-vindo à Bolsolândia uma terra livre de opositores e coitadismo”. Ou seja, a charge exibe uma grande contradição entre o verbal e o representado pelos soldados.

Assim, as charges escolhidas e publicadas pela *Folha de S. Paulo*, durante as eleições de 2018, apontam para o racismo, a incapacidade e autoritarismo, em nenhum momento camuflado, do então candidato Jair Messias Bolsonaro a presidente do Brasil. Durante o período em que ocorreu a campanha eleitoral de 2018, a *Folha de S. Paulo* demonstrou de forma clara sua visão e posicionamento frente às propostas e políticas defendidas pela campanha bolsonarista.

REFERÊNCIAS

_____. **Código Penal Brasileiro – Decreto Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 19 de outubro de 2023.

ARBACH, Jorge Mtanios Iskandar. **O fato gráfico: o humor gráfico como gênero jornalístico.** São Paulo: USP/SP. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, 2007.

BELTRÃO, Luis. **Iniciação à filosofia do jornalismo.** Rio de Janeiro: Agir, 1960.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de DRESSLER, Wolfgang U. **Introduction to text linguistics.** Londres, Longman, 1981.

BERGSON, H. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico.** Rio de Janeiro: Zahar. 1980.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. 10. ed. Rios de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

BRASIL. **Nani enaltece a importância da charge para o jornalismo.** Disponível em: <<https://tvbrasil.etc.com.br/artedoartista/post/nani-enaltece-a-importancia-da-charge-para-o-jornalismo>> Acesso: 05 de agosto de 2022.

BRUSTOLIN, Alessandra. O AUTORITARISMO ANUNCIADO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/39473/31744>> Acesso em: 19 de outubro de 2023.

CARDIM, Elmano. **A Imprensa no Reinado de Pedro II.** Petrópolis, 1970.

CAVALCANTI, Cristiane Renata da Silva. **Discurso político na charge.** 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2013.

CARUSO, C. **Não tenho palavras.** São Paulo: Circo Editorial. 1984.

CEZAR, K. P. L., & Romualdo, E. C. **Interpretação de charges e conhecimento de mundo.** Teoria E Prática Da Educação, 2011.

COSTA, Décio Bessa da. **Charges eletrônicas das eleições de 2006: uma análise de discurso crítica.** Brasília. 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** – 12. ed., 1. reimpr. - Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FLÔRES, Onici. **A leitura da charge.** Canoas, RS: Ed. ULBRA, 2002.

FONSECA, J. **Caricatura: a imagem gráfica do humor.** Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1999.

LEITE, Carlos Rober Saraiva. **O riso crítico e irreverente da imprensa**. Observatório da Imprensa. 2015. Disponível em: < [https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed837 o riso critico e irreverente da imprensa/](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed837-o-riso-critico-e-irreverente-da-imprensa/)> Acesso em: 05 de julho de 2022.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Conceito de caricatura**: não tem graça nenhuma. Domínios da Imagem, Londrina, ano I, n. 2, p. 7-26, maio 2008.

GRIFFIN, Roger. The Nature of Fascism. London: Routledge, 1999.

LINZ, Juan. Totalitarian and Authoritarian Regimes. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2000.

MUDE, Cas. The Far Right in Europe. Cambridge: Polity Press, 2007.

GOMEZ, G. O. **Educação para os meios e práticas de recepção midiática**. Comunicação & Informação, v. 1, n. 2, p. 310-319, 1998. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/65498>> Acesso em: 05 ago. 2022.

HOFBAUER, Andreas. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. . Acesso em: 06 nov. 2023.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIMA, Marília Dalva Teixeira de. **A construção de sentido no gênero charge**: o discurso humorístico da crítica social no Brasil nas eras FHC e Lula. João Pessoa. 2012.

MATOS, Caio. **OS HOMOSSEXUAIS NA VISÃO DE BOLSONARO**. 2022. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/os-homossexuais-na-visao-de-bolsonaro/>> Acesso em: 19 de outubro de 2023.

MAGGIONI, Fabiano. **A charge jornalística**: estratégias de imagem em enunciações de humor icônico. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MARINGONI, G. **Humor da Charge política no jornal**. In: Comunicação & Educação, 7. 1996.

MANTA, André. **Guia do jornalismo na internet**. 1997. Disponível em: <<https://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/manta/Guia/cap02.html>> Acesso em 05 de agosto de 2022.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELO, Demian. **O bolsonarismo como fascismo do século XXI**. Neofascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, p. 12-46, 2020.

MIANI, Rozinaldo A. **A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica.** São Paulo: ECA/USP, 2000.

MODENESI, T. V. **Educação para abolição: charges e histórias em quadrinhos no Segundo Reinado.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MORAES, T. C.; MORAES, Luis Carlos N. **A ESCRAVIDÃO TUTELADA PELO DIREITO NO BRASIL DOS ANOS 1850 A 1888.** REVISTA CIENTÍFICA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCÃO PIAUÍ. Teresina, p.14 - 39, 2022.

MOUCO, Maria Aparecida Tavares; GREGÓRIO, Maria Regina. **LEITURA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE CHARGES COM FUNDAMENTOS NA TEORIA SEMIÓTICA.** Trabalho final do Programa de Desenvolvimento da Educação – PDE. 2007. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_maria_aparecida_tavares.pdf> Acesso em: 22 de outubro de 2023.

NAZÁRIO, G. C. S. R. O. **Combate ao racismo por meio de instrumentos jurídicos internacionais.** Jus.com. Publicado em 03/2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/56229/combate-ao-racismo-por-meio-de-instrumentos-juridicosinternacionais/1>> Acesso em: 19 de outubro de 2023.

PAIVA, V. **Narrativas multimídia de aprendizagem de língua inglesa: Um Gênero Emergente.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, SIGET, 4., 2007, Tubarão. Anais..., Tubarão, SC: UNISUL, 2007.

PERUZZOLO, Adair C. **A comunicação como encontro.** Bauru, SP. Edusc, 2006.

POZZEBON, Martina. **A charge constitui uma ferramenta de conscientização.** Universidade Federal de Santa Maria. 2017.

PRYOR, Larry. **The third wave of online journalism. The third wave of online journalism.** Online Journalism Review. Disponível em: <www.ojr.org/ojr/future/1019174689.php> Acesso em 05 de agosto de 2022.

RAMOS, Paulo. **Coleção Linguagem & Ensino.** São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

RABAÇA, C. A. & BARBOSA, G. **Dicionário de comunicação.** Rio de Janeiro: Codecri, 1995.

ROMUALDO, E. C. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo.** Maringá: Eduem, 2000.

RIANI, Camilo. **Tá rindo de quê? (Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba).** Piracicaba: UNIMEP, 2002.

SALIHU, N.A & OPARAUGO, B. **Cartoon as a device for political critique in Nigerian newspapers.** The Beam: Journal of Arts and Science, 11(2), Pp. 149-155. 2017.

SANTOS, Luana Ferreira dos. O DISCURSO AUTÓRITÁRIO DE BOLSONARO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/5628/1/Luana%20Ferreira%20dos%20Santos%20-%20Monografia.pdf>> Acesso em: 19 de outubro de 2023.

SILVA, Ivam Cabral da. **Humor gráfico: o sorriso pensante e a formação do leitor**. Natal: UFRN/RN. Dissertação de Mestrado, 2008.

SILVA, Lara Ferreira da; OLIVEIRA, Luizir de. O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu . Rev. FSA, Teresina, v. 14, n. 3, art. 9, p. 160-174, mai./jun. 2017.

SOUZA, Dayane Raphaelle de **A reprodução discursiva do poder e o contradiscurso: o "cidadão de bem" em discursos do presidente da República e de antibolsonaristas** / Dayane Raphaelle de Souza. - 2021.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do Humor, trapaças da razão: a charge**. Fundação: Casa Rui Barbosa. Rio de Janeiro. 2005.

TOGLIATTI, P. Corso. **Sugli avversari: le lezioni sul fascismo**. Torino: Einaudi, 2010.

VASCONCELOS, Dennise Cunha de; MAGALHÃES, Henrique. **As narrativas multimidiáticas das charges animadas**. Ano III, n. 01 –jan/jun/2010.

VASCONCELOS, G. Q. **O crime de injúria racial está alocado no artigo 140, §3º, no Título I, capítulo V, da Parte Especial do Código Penal Brasileiro – "Dos Crimes Contra a Honra"**. Direito Net. 06 mar. 2008. Disponível em: <direitonet.com.br/artigos/exibir/4187/Injuria-racial> Acesso em: 19 de outubro de 2023.